



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0504/08	DATA: 23/04/2008
INÍCIO: 14h10min	TÉRMINO: 19h43min	DURAÇÃO: 5h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h26min	PÁGINAS: 103	QUARTOS: 66

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CHARLES SABA - Presidente da USPIT - entidade norte-americana dedicada ao treinamento policial especializado e Consultor permanente para o Comitê Latino-Americano das Nações Unidas sobre Requisito Mínimo de Manutenção de Detentos.
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES SOARES - Diretor de Relações Institucionais da Condor Tecnologia Não Letais.
NATHANIEL PEREGRINO - Engenheiro e Assessor da Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal.
LUIZ MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO - Diretor da DPOE do Distrito Federal — Diretoria Penitenciária de Operações Especiais.
SÁVIO BLOOMFIELD - Engenheiro Mecânico.
BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Juiz de Direito Titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Guarabira, Estado da Paraíba.
HEBERT SAUL DE SOUZA - Diretor Técnico da STOP/BR, empresa de monitoramento eletrônico de presos.
GUY IGLIORI MACHADO - Diretor de Marketing da EBCO Systems Ltda.
JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Engenheiro de Segurança, representante da Bosch.
MÁRIO VINÍCIUS MORAES MONTENEGRO - Engenheiro Mecânico, representante da Renifer.

SUMÁRIO: Debate sobre instrumentos tecnológicos a serviço do sistema penitenciário utilizados em outros países e em alguns Estados do Brasil.

OBSERVAÇÕES

Durante a exposição de vídeo o expositor Charles Saba falou distante do microfone.
Há termos inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibições de imagens e de vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi criada na Câmara Federal, no dia 22 de agosto do ano de 2007, com a finalidade de diagnosticar e investigar o sistema carcerário brasileiro.

A CPI do Sistema Carcerário já realizou diversas diligências, em mais de 17 Estados brasileiros. Já visitamos mais de 60 unidades prisionais no País, realizamos diversas audiências públicas aqui, nos plenários da Câmara, debatendo com especialistas e estudiosos do assunto problemas relativos ao sistema carcerário do nosso País.

Estamos realizando hoje esta audiência pública com o objetivo de fazer uma amostra, uma exposição e um debate sobre os instrumentos tecnológicos que estão a serviço do sistema penitenciário e já são utilizados em alguns outros países e aqui no Brasil, em alguns Estados. Mas nem todos os Estados aplicam esses instrumentos e essas experiências no sistema prisional.

A CPI entende a importância da utilização desses instrumentos que estão hoje a serviço do sistema penitenciário, que são instrumentos tecnológicos de última geração, que podem contribuir para amenizar muitos problemas que detectamos durante as visitas realizadas pela CPI do Sistema Carcerário do nosso País.

O Deputado Domingos Dutra, Relator desta CPI, foi o autor, foi o proponente da criação desta Comissão e está conosco à Mesa. Queremos também convidar para estar conosco aqui o Dr. Maurício, que é Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, representando aqui o Ministério da Justiça. *(Pausa.)* Quero convidar também o Deputado Jorginho Maluly, que é também autor desta proposição para a realização desta audiência pública, para estar conosco também aqui na Mesa. *(Pausa.)* Está conosco também o Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB de Minas Gerais, que é o 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e muito nos honra aqui com sua presença.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito agradece a presença de todos, agradece os expositores e agradece a todos aqueles que estão colaborando para que esta audiência possa ser realizada com o maior sucesso possível.

Neste momento, quero passar a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues, que é Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, para que possa fazer uso da mesma.



O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Boa-tarde a todos. Caríssimo Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta Comissão; caro Domingos Dutra, Relator; quero também saudar o Deputado Jorginho Maluly, responsável pelo requerimento que resulta nesta audiência pública; e cumprimentar também o representante do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Maurício; cumprimentar o Dr. Charles Saba, o Dr. Antonio Carlos Magalhães, o Dr. Nathaniel Peregrino, o Dr. Luiz Mauro Albuquerque Araújo, o Dr. Sávio Bloomfield, o Dr. Hebert Saul de Souza, o Dr. Guy Iglori Machado, o Dr. José Carlos Hollaender e o Dr. Mário Montenegro, que são palestrantes nesta audiência pública, que me parece da maior oportunidade.

Queria dizer que estou aqui a pedido do Presidente da Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, que me pediu que deixasse a Presidência da sessão da Câmara dos Deputados para expressar aqui, em nome da Câmara dos Deputados, a importância que a Mesa Diretora — e, naturalmente, todo o Parlamento — dá a esse evento que se realiza no contexto desta CPI do Sistema Carcerário, na tarde de hoje.

A Câmara dos Deputados vem se debatendo já há algum tempo, na busca de resgatar as suas prerrogativas, no que diz respeito à legislação, ao seu papel de legislar a favor da sociedade brasileira. E não é por outro motivo que, neste momento, a Casa discute a restrição na emissão de medidas provisórias, num entendimento que supera qualquer divergência de natureza partidária, ideológica, uma discussão que não é mais de Oposição e Situação, é o sentimento da Câmara dos Deputados de que é preciso devolver ao Parlamento o seu papel de legislar. Porque nós temos tratado, através das medidas provisórias, daquela que é a agenda do Governo, e que é da maior importância, até porque é um Governo legitimado pelo voto, mas é fundamental que, no resgate das suas prerrogativas, o Parlamento possa, fundamentalmente, estabelecer uma janela para a sociedade, abrir oportunidade para que o Parlamento discuta os temas que interessam à sociedade brasileira e que são demandados através da nossa atuação parlamentar, na visita às bases, na pressão que a sociedade exerce, através dos seus diversos segmentos organizados junto ao Parlamento brasileiro.



E nós temos a visão muito clara de que alguns temas que são tratados até como temas tabus, como é a questão das células-tronco, que hoje está dependendo de decisão do Judiciário, a questão do aborto, da reforma política, do sistema eleitoral, a questão da preservação ambiental, do aquecimento global e da segurança pública são temas que, por mais polêmicas que gerem, devem ter ambiente para serem discutidos aqui pelo Congresso Nacional. É o papel nosso ser o fórum de debates da sociedade brasileira.

Eu queria cumprimentar a Comissão Parlamentar de Inquérito e o Deputado Neucimar Fraga, que vem liderando esta que é hoje uma das Comissões que abriram a janela para discutir um tema importante para a sociedade brasileira, que é a questão da segurança pública, do sistema prisional; cumprimentar pela iniciativa.

Na tarde de hoje, tenho certeza, nós damos um passo muito importante no objetivo que temos de aproximar as tecnologias modernas do aperfeiçoamento do sistema prisional brasileiro. Vamos tratar aqui de questões que, eu tenho certeza, produzirão um debate, vão suscitar posições muitas vezes até conflitantes, posições que são da natureza da própria discussão. Mas não há dúvida de que a utilização de tecnologia de ponta para a modernização do sistema carcerário brasileiro é um passo que deve ser perseguido por toda a sociedade. E é do dever da Câmara dos Deputados dar uma contribuição para que esse debate se converta em mais do que uma discussão, em posicionamentos claros, lúcidos, majoritários, e que com isso nós possamos construir um ambiente legislativo que faça com que o Parlamento cumpra com o seu papel.

Temos, entre os temas a serem discutidos aqui, a questão que já causa uma grande polêmica em São Paulo, que é a do monitoramento de presos, através das pulseiras eletrônicas. Vamos tratar também da questão da adoção do processo eletrônico no sistema carcerário, do bloqueio de celulares. Enfim, é uma temática, meu caro Presidente Neucimar, que, tenho certeza, vem ao encontro do anseio da sociedade brasileira de aprimorar o seu sistema carcerário, de produzir uma discussão que crie ambiente para que nós possamos fazer com que a tecnologia desenvolvida no Brasil e no mundo possa ser introduzida no sistema de segurança pública do País, de forma a gerar cidadania, gerar conforto, gerar tranquilidade e



ampliar a margem de segurança que nós todos perseguimos, objetivamente, hoje, no Brasil.

Portanto, ao deixar aqui uma palavra em nome do Presidente Arlindo Chinaglia, que, infelizmente, não pôde estar aqui por estar presidindo, neste momento, uma outra solenidade de igual importância a essa que nós realizamos aqui, eu quero deixar os cumprimentos ao Deputado Jorginho Maluly, pela iniciativa tomada de propor uma audiência pública com essa extensão, desse conteúdo, com exposições que são promissoras. Eu tenho certeza de que sairemos daqui com contribuições efetivas não só para o sistema prisional, mas para todo o anseio da sociedade brasileira, e também inspiração para que nós possamos converter tecnologias em lei e, a partir daí, ampliar e melhorar o sistema prisional que nós temos hoje no Brasil.

Deixo aqui os cumprimentos do Presidente Arlindo Chinaglia e de toda a Mesa Diretora a esta CPI, que vem cumprindo um papel extraordinário, não só no debate aqui, mas principalmente na visita que tem feito *in loco* da realidade do sistema carcerário e, com isso, tem contribuído para que o debate não seja apenas um ato do Congresso Nacional, mas que seja, sobretudo, da sociedade, porque a cada visita que se faz a um Estado brasileiro — e esta Comissão tem ido praticamente a todos os Estados brasileiros — nós estamos permitindo a capilarização da discussão e o aperfeiçoamento do sistema como um todo.

Deixo aqui os meus cumprimentos, meu caro Deputado Neucimar Fraga, a todos os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito e o desejo de que nós possamos ter, na tarde de hoje, uma tarde extremamente produtiva e a favor de todo o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao nobre Deputado Narcio Rodrigues. Queremos solicitar que V.Exa. permaneça por mais um tempo conosco, só para assistir a um vídeo. Esse vídeo é um resumo, bem sucinto mesmo, das visitas que nós realizamos a alguns presídios do Brasil, só para que os nossos convidados, os nossos Parlamentares, o nosso Vice-Presidente conheçam um pouco o trabalho desenvolvido e como se encontram alguns dos



presídios brasileiros. E nós, nas visitas que realizamos em diversos Estados, encontramos algumas experiências boas e algumas experiências muito ruins.

Nós vamos mostrar agora um resumo desse trabalho. No relatório final da CPI, nós vamos fazer um outro vídeo, com uma duração maior, aí sim mostrando as experiências boas e as experiências ruins do sistema prisional brasileiro. Mas, em tese, praticamente, esse vídeo hoje é um retrato do sistema que está sendo enfrentado já pelo Dr. Maurício há muito tempo na sua luta à frente do DEPEN e por todos os que trabalham e atuam no Brasil para que nós possamos ter um sistema penitenciário que cumpra com as suas funções, mas que seja também humanitário no tratamento da população carcerária brasileira.

Quero pedir permissão a todos, porque vamos passar esse VT. Está pronto aí? Vamos passar o VT e pedimos a atenção de todos a este VT. *(Pausa.)*

Se quiserem descer um pouquinho podem ficar à vontade.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa é a realidade que a CPI encontrou na maioria dos presídios visitados. Cenas ainda muito mais fortes não puderam ser compactadas neste DVD, porque o tempo é curto. Mas acho que este VT deu para dar uma mostra da situação do sistema carcerário no Brasil. É por isso que esta Comissão não apenas ficou restringindo os seus trabalhos às audiências aqui.

E nós queremos, também, neste momento, aproveitar a oportunidade para agradecer à Aeronáutica e ao Ministério da Defesa, que proporcionaram à CPI uma aeronave, todas as semanas, para fazer o deslocamento da CPI aos diversos Estados visitados. Então, nós queremos fazer um agradecimento aqui à Aeronáutica do Brasil, ao Ministério da Defesa. Todas as semanas nós tínhamos um avião da FAB à disposição da CPI, para levar a CPI aos Estados do Brasil, os mais distantes da nossa Capital, como Rondônia, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Santa Catarina. Nós visitamos o sistema prisional de praticamente todas as regiões do Brasil.

E, infelizmente, essa é uma parte da realidade dentro dos presídios no Brasil. Com raríssimas exceções, mas raríssimas exceções, temos algumas boas experiências em alguns Estados. E nem essas experiências boas conseguem ser padrão em todo o Estado.



O desejo nosso, da Comissão Parlamentar de Inquérito, nosso Vice-Presidente da Câmara, Deputado Narcio Rodrigues, é discutir com o Congresso Nacional, discutir com o Governo, discutir com os Governos, discutir com a sociedade brasileira uma forma de nós equacionarmos os problemas dentro do sistema prisional em nosso País. Para quem não conhece, essa é a realidade do nosso sistema prisional.

Muitas dessas imagens foram obtidas com muita confusão, enfrentamento, porque são alguns espaços que, muitas vezes, nunca haviam recebido uma visita de nenhuma Comissão. E nós adentramos em algumas áreas dos presídios onde normalmente era proibido entrar e aonde, muitas vezes, a imprensa nunca teve acesso. São pessoas que estão, às vezes, 8, 10, 15 anos presas e nunca receberam a visita de ninguém na grade para conversar, nem para serem ouvidas, nem para ouvir o clamor.

E, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero, aqui, agradecer a todos os Parlamentares que caminharam conosco nessas visitas. Alguns estão aqui: Deputado Ayrton Xerez, Cida Diogo, Deputada Jusmari, Jorginho Maluly, Deputado William Woo, Deputado Felipe Bornier, Deputado Paulo Rubem, Deputado Domingos Dutra, Deputado Pinto Itamaraty, Deputado Valtenir Pereira e outros Deputados que estiveram conosco em algumas dessas diligências. Queremos agradecer, de coração, o apoio que recebemos desses Parlamentares.

Queremos, aqui, em nome da CPI, também fazer o nosso agradecimento à Câmara dos Deputados. Achamos que a Câmara podia ajudar um pouco mais. Tivemos muita dificuldade e temos ainda. Mas somos gratos pelo que foi possível fazer por parte desta Casa. Acredito que se tivéssemos tido uma facilidade maior, uma estrutura maior, poderíamos realizar um serviço ainda melhor.

Porque, infelizmente, a maior parte das despesas da CPI são custeadas por nós mesmos. Tiramos do bolso para pagar viagem, para pagar almoço. Porque a Câmara, Deputado Narcio Rodrigues — queria que V.Exa. levasse essa reivindicação por parte da CPI —, a Câmara dos Deputados, hoje, não tem estrutura para bancar isso nas Comissões. Nós tivemos que bancar a maior parte desse trabalho com dinheiro do próprio bolso e contando com parceiros, com os Governos dos Estados, que disponibilizaram algumas estruturas na área de logística,



transporte, deslocamento. Mas, infelizmente, a Câmara, diferentemente do Senado, que tem orçamento para as CPIs, não tem. E nós enfrentamos muitas dificuldades para realizar o trabalho. Mas, mesmo assim, com toda a dificuldade, queremos agradecer o apoio recebido por parte da Mesa Diretora da nossa Câmara dos Deputados.

Queremos agradecer também ao DEPEN, que tem apoiado a CPI e enviado para a Comissão as informações necessárias para realizar os trabalhos; aos Governos dos Estados, que têm enviado as informações solicitadas por esta Comissão.

E nós vamos continuar o nosso trabalho. Devemos fazer ainda algumas diligências pelo Brasil. E nós queremos trazer à tona esse assunto para ser debatido com o Congresso Nacional e com toda a sociedade organizada do País.

E quero parabenizar as instituições — a Igreja Católica, a igreja evangélica — que realizam algum serviço dentro do sistema prisional brasileiro através da Pastoral Carcerária, dos trabalhos assistenciais, dos cultos realizados dentro dessas unidades, que ainda são algumas coisas boas que acontecem dentro do sistema prisional. Porque, se não estivesse acontecendo essa parceria, quem sabe, o sistema estaria ainda muito pior e muito mais debilitado.

Com essas palavras, queremos agradecer o apoio de todos — da imprensa, daqueles que nos acompanham no dia-a-dia dos nossos trabalhos. Não sei se o Relator queria fazer uma saudação, antes de nós convidarmos o nosso primeiro palestrante.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero saudar todos os Deputados Federais e Deputadas na pessoa do nosso Vice-Presidente Narcio Rodrigues; saudar todos os membros desta CPI, na figura do Presidente Neucimar; cumprimentar todos os expositores, os convidados.

Presidente, eu queria ser bem breve. Primeiro, pedir ao Vice-Presidente que leve ao Presidente Arlindo Chinaglia e a toda a Mesa essa mensagem de socorro para a CPI.

Sou Relator desta Comissão e posso dizer a V.Exa. que ela está funcionando, na linguagem popular, no braço. Acho que a forma como a Mesa tratou a CPI é a



mesma forma como todas as autoridades têm tratado os presos: com desprezo. Porque não é justo a gente ter que pagar do bolso para fazer um trabalho que é um trabalho institucional da Casa.

Portanto, quero aqui que V.Exa... ainda temos muitas tarefas a serem realizadas. Até para produzir esse VT foi uma luta. Porque a *TV Câmara*, simplesmente, para ceder o estúdio é uma luta. É uma luta muito grande a gente ter direito a um estúdio de um espaço de televisão que é da Casa.

Quero agradecer à jornalista Fátima de Sousa, ao Alcimar, ao Paulão e ao Luís, que produziram esse VT de 10 minutos na maior dificuldade. Então, não é correto. Pelo Regimento, as CPIs têm que ter orçamento. E não é correto que os membros da CPI, para não serem desmoralizados — e eu, como Relator, para não ser desmoralizado —, tenham que pegar dinheiro do bolso para fazer um trabalho que é um trabalho para o povo brasileiro. Esse trabalho não é para preso. Esse trabalho é sobretudo para quem está solto. Porque se continuarmos tratando os 437 mil brasileiros que estão presos... se eles continuarem sendo tratados como animais, como está aí, serão 437 mil animais que irão para a rua e, com todo o direito, para se vingar de nós. Porque o nome disso aqui é vergonha. Não há situação que possa descrever e comparar com a situação dos presídios. E a responsabilidade é histórica e sucessiva de Governadores de Estado, de Secretários que cuidam dos presos, de juízes de execução penal, de promotores, de todos.

A minha vontade, Deputado Narcio, quando saio de um presídio e vou para a audiência, se pudéssemos, era botar na cadeia todos aqueles que legalmente têm responsabilidade por essa situação e deixaram desse jeito. Nós que assistimos aos filmes do nazismo... Eu acho que o nazismo era humano diante das cadeias brasileiras. Como nós vimos, em Mato Grosso do Sul, homens dormindo junto com porcos. E os porcos pertencem aos agentes penitenciários. Portanto, o que eu posso falar da situação que temos visto é: vergonha.

E acho que a Câmara Federal deveria, neste final, Deputado Neucimar, nos dar apoio. Queremos produzir um VT de 40 minutos, porque eu não estou a fim de produzir 200 ou 300 páginas para ninguém ler. Vão lembrar desta CPI pelas fotografias que vão ilustrar o relatório e pelas imagens que estão aí. E talvez pelas propostas que vamos fazer para o Congresso Nacional. Porque também o



Congresso Nacional tem uma responsabilidade muito grande pelo caos, cada Deputado. Todas as vezes em que os Senadores e Deputados aprovam leis aqui, aumentando penas, endurecendo penas, não se pergunta quem vai bancar a conta. Portanto, a responsabilidade por esse caos é de todos; absolutamente de todos.

O Dr. Maurício, que faz um serviço extraordinário, ficou aqui indignado. Digo, aqui, Dr. Maurício... A gente pega a Lei de Execução Penal, uma maravilha de lei, lá está cheio de órgãos — conselho penitenciário etc. Sinceramente, deveriam ser todos indiciados por omissão. Me desculpe. Porque não é possível que essa realidade que a gente descobriu... Nós não descobrimos coisa nova. São fatos antigos.

Portanto, desculpe a veemência, diante desse caos que a gente tem visto. E a Câmara, Deputado Narcio, acho que faz um trabalho inédito, porque nós fazemos a audiência, aqui, com especialistas, mas a gente está indo sentir o fedor dos presos. Que é isso o que todo mundo tem medo. Ninguém quer sentir fedor de preso; não é cheiro, não, é fedor de preso. Então, ninguém sai do seu gabinete com perfume francês para passar 2 horas na frente da cela ouvindo clamor de resto de gente, de lixo humano. Portanto, Sr. Presidente, esse é o desabafo que eu faço, primeiro, pedindo que a Mesa da Câmara respeite esta CPI, nos dê condições para a gente produzir um trabalho que contribua com os presos, mas sobretudo contribua para quem está solto.

Esta CPI é uma CPI da segurança pública, não é CPI de bandido, não é CPI para tratar de PCC. Mas, ao tratar os que estão presos e ao tentar prevenir os 550 mil mandatos de prisão que estão nas ruas, nós estamos cuidando é de nós todos, porque um homem ou mulher dessa, depois de ser tratado como animal, ele não tem motivo nenhum para nos tratar bem. Os motivos dele são para continuar roubando a gente, matando, esfolando e fazendo pior do que da primeira vez.

Portanto, Sr. Presidente, era essa a minha falação. (*Palmas.*) Espero que os expositores ajudem aqui a dar segurança para aqueles que trabalham no sistema, para aqueles que visitam o sistema, porque esta CPI está vendo é o sistema carcerário, mas também ajude a desafogar esse inferno que é o sistema carcerário. Quem quiser fazer um estágio para saber como é, se depois da morte se não for para o céu e for para o inferno, visite um presídio brasileiro.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, nós vamos dar a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu queria, aproveitando a presença do nosso Vice-Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, tomar a liberdade, em solidariedade ao Relator, o Deputado Domingos Dutra, de externar ao Vice-Presidente que essa opinião do Relator é compartilhada por todos os membros da CPI, por todos os demais Sub-Relatores, que têm trabalhado na visita aos presídios, na análise dos dados, sobretudo quando nos Estados é investigada a responsabilidade dos sistemas prisionais dos respectivos Estados.

Eu queria apelar a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, que já disponibilizasse aos membros da CPI essa primeira edição de 10 minutos, essa primeira versão. E lembro, caro Vice-Presidente Narcio Rodrigues, que, em alguns momentos nós tivemos que lançar mão de equipamentos nossos. Eu, por 2 vezes, socorri a CPI levando câmeras de vídeo digitais para fazer o registro das imagens em Minas Gerais e no Estado do Ceará, porque não havia sido assegurada à CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pernambuco também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pernambuco também. Não haviam sido asseguradas à CPI as condições necessárias. Porque, como bem disse o Relator, nós podemos fazer um relatório aqui de 5 mil páginas. Vai para o lixo se ficar no papel. Diferentemente, se nós tivermos a capacidade de produzir um relatório impresso, mas, ao mesmo tempo, disponibilizar esse material, não só para os Deputados do Congresso Nacional, Deputados e Senadores, mas para as Faculdades de Direito, para os Cursos de Pós-Graduação em Administração Penitenciária, para aqueles cabeças de planilha que elogiam a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não se preocupam em quanto os Estados têm que aplicar no Fundo Penitenciário e executar adequadamente a Lei de Execução Penal...

Eu quero, portanto, me solidarizar com o Relator. Creio que falo em nome de todos os Deputados Sub-Relatores e Deputados da Comissão. E, mais uma vez, quero propor, Sr. Presidente, que já seja disponibilizada aos Deputados a cópia



desse vídeo, para que nós possamos repercuti-lo nos Estados, junto à Ordem dos Advogados, junto às Assembléias Legislativas, às Câmaras Municipais das cidades onde estão localizadas as unidades prisionais, cadeias, presídios ou penitenciárias, porque isso vai ser fundamental para nós trazeremos a sociedade para este debate e compartilharmos essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer. Nós vamos passar a palavra ao Deputado Jorginho Maluly.

Nós vamos com certeza fazer cópias desse VT, distribuir aos Parlamentares e ao DEPEN, que já nos solicitou.

Queria registrar a presença do Dr. Damásio também conosco, do DEPEN.

No relatório final, nós vamos fazer esse relatório eletrônico por Estado. Serão identificados os Estados onde foram encontradas essas cenas, para que todos tenham conhecimento, nos seus Estados, de como está a situação das unidades prisionais, nos seus Estados. Porque, do jeito que foi feito, é um cenário nacional. E um dos problemas que nós encontramos para enfrentar o problema da segurança no Brasil é justamente porque alguns números... Quando se vai analisar os números da economia do Brasil, se comparam os números da economia com os do Primeiro Mundo; quando se vai analisar o PIB, fazem comparação com o do Primeiro Mundo; quando se vai comparar a educação, se compara com a do Primeiro Mundo. Mas quando a discussão é segurança e sistema penitenciário querem comparar com outros Estados do Brasil: *"Ah, no Brasil todo é assim, ninguém dá conta mesmo"*. Então, cada Governador administra o seu problema de acordo com o problema do Estado vizinho e não com a realidade mundial ou nacional. O problema é que nós temos que quebrar essa linha de comparação, de tratamento do sistema de segurança penitenciário brasileiro, ao invés de compararmos com outros Estados. A desculpa é sempre assim: *"Mas os outros Estados também estão assim"*. Em todos os Estados em que nós vamos os representantes dos Estados abrem a palestra da mesma forma: *"Esse não é um problema dos nossos Estados, é assim no Brasil todo"*. É como se fosse assim: é assim no Brasil todo, nós não temos como mudar, vamos aceitar. E nós da Comissão Parlamentar de Inquérito, a exemplo do Deputado Domingos Dutra, que já fez aqui um manifesto praticamente de indignação, costumamos dizer que só conhece o sistema penitenciário quem já



sentiu o cheiro de uma cela que fica impregnado nas narinas e na roupa, e a gente chega à noite no hotel tem que trocar o terno porque senão no outro dia não dá para vestir. Mas nesse misto de indignação também existem os nossos agradecimentos ao apoio que temos recebido, mesmo que seja pouco, por parte de todos aqueles que nos têm auxiliado.

Com a palavra o Deputado Jorginho Maluly. Logo em seguida, eu peço permissão aos Srs. Parlamentares para convidar o nosso primeiro palestrante. Depois, no intervalo das palestras, os Parlamentares que quiserem fazer uso da palavra também poderão usá-la.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Presidente Neucimar, nobre Relator Domingos Dutra, meu amigo Deputado Narcio Rodrigues, representando a Presidência da Casa. Obrigado pela sua presença. Dr. Maurício, nosso Diretor do DEPEN, representando aqui o Governo Federal, em especial o Ministro Tarso Genro também; Senhores convidados para as palestras que se seguirão, eu tomo a liberdade, para ser bastante objetivo, de agradecer a presença de todos os senhores e senhoras na presença do Coronel Dr. Charles Saba, que está aqui participando com a sua esposa deste evento. Em nome do casal saúdo todos os convidados, os assessores da Comissão, imprensa, autoridades, empresários, Deputados, Deputadas, enfim, as senhoras e os senhores.

Em primeiro lugar, Presidente, respeitando e apoiando tudo aquilo que venha a fortalecer a nossa Comissão, acho que nós estamos desvirtuando um pouquinho a nossa reunião. Nós estamos hoje numa audiência pública com tema específico. Eu acho que as questões de funcionamento da Comissão devem ser tratadas no âmbito da Comissão, e reivindicações merecidas, justas, devem ser pauta desse trabalho.

Feita essa ressalva, informo que eu fiz questão, Presidente, de fazer parte desta CPI não para aparecer na mídia, tanto que não fui a todas as visitas, portanto, ninguém viu talvez imagem minha aí nesse vídeo, nem para dar entrevista na televisão, nem para rádio, nem para fazer propaganda pessoal. A minha experiência é de vida, a minha vida política começou numa pequena cidade do interior de São Paulo, chamada Mirandópolis, onde eu fui Vereador, Presidente da Câmara e duas vezes Prefeito. Mirandópolis foi uma das primeiras cidades do Estado de São Paulo a ter um presídio. Hoje são 3 no município, 2 de segurança máxima, onde tem



presos de altíssima periculosidade, e 1 de semi-aberto. E hoje a região... tanto a região noroeste quanto a sorocabana e a alta paulista, que é o triângulo, aquele do fundo, no Estado de São Paulo, onde a CPI fez algumas visitas, concentra um número muito grande dos presos do Estado de São Paulo. E, como Mirandópolis, Presidente, era a primeira cidade a receber presídio, quando os Governos anteriores começaram a levar os presídios, com a futura implosão do Carandiru, onde tinham mais de 7 mil presos que iam ser deslocados para o interior, eu, como Prefeito da cidade que tinha um presídio, fui convidado a participar de vários debates sobre a questão do presídio, sobre se ele era bom ou se era ruim para aquela comunidade. E, nessa vivência, nessa convivência com o Prefeito, numa cidade que tem mais de 3 mil presos que representam mais de 10% da população da cidade, Nércio, nós pudemos presenciar alguns problemas graves, que agora o Relator muito bem colocou nas suas visitas e vai fazer parte do seu relatório, tenho certeza disso. Nós todos, Presidente, Infelizmente, gostaríamos de não ter vivenciado essas experiências que nós vivemos, mas a verdade está aí, nua e crua, doa a quem doer. Essa é, não vou dizer toda, mas a grande maioria da realidade do nosso sistema prisional. E nós começamos a ver — eu no meu dia-a-dia e os outros também que acompanham na mídia, aqueles que trabalham dentro dos presídios — que a primeira questão que se debatia era a questão do agente penitenciário. Só quem mora numa cidade, quando tem rebelião, sabe o que é a agonia das famílias, dos familiares, quando o agente fica refém do preso, como ele sai depois desse período com o estilete no pescoço ou uma faca, um revólver, ou qualquer outra arma — fica lá 3, 4 dias sob guarda, vamos dizer, desses presos —, o que acontece com o psicológico dessas pessoas.

Além dessa parte, nobre Relator, que nós vimos, cabe lembrar também que nós estamos debatendo aqui a questão da qualificação profissional, a questão da criação de uma guarda penitenciária, a questão dos salários, enfim, também estamos debatendo essa questão interna dos presos.

E quando eu propus, Presidente, esta audiência pública, é porque eu entendo que não adianta nada nós ficarmos aqui 3, 4, 5 meses debatendo, discutindo, visitando, mostrando que a maioria, pelo menos, se não sabia, já deveria saber o que está acontecendo lá no final da linha, sem que a CPI faça o seu primordial



papel. Primeiro, denunciar, sim, mas, segundo, dar soluções, dar propostas e alternativas. Não sei se vamos resolver isso, mas se desse relatório, Presidente, do nosso trabalho, um desses presídios se tornar um lugar digno de cumprimento de pena, acho que já vai valer a pena a gente ter feito todo esse sacrifício, toda essa luta que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - E nesse sentido é que eu propus esta audiência pública. Nós visitamos, temos visto aí que tem cadeia que está na Idade da Pedra ainda, na idade de 50 anos atrás, enquanto a tecnologia avançou. O homem foi à Lua em 69, e hoje nós estamos aí tendo todo um aparato tecnológico que, com certeza, bem utilizado poderá minimizar toda essa questão. É por isso que nós propusemos e convidamos essas pessoas. Eu tenho certeza, o debate do monitoramento, o debate do controle da entrada de celular... Porque não pode, tem presídios que você chega, faz uma *blitz*, o pessoal vai lá e faz uma limpa na cadeia e dali a uma semana, se fizer outra, tem 40 celulares dentro do presídio. Isso é inadmissível. Se a gente vai a um banco hoje sacar um dinheiro, não entra com celular sem ser detectado. Como é que no presídio entra? Então nós temos que ter mecanismos.

Nós sabemos que o PCC comanda execuções de dentro dos presídios, tráfico de drogas. Basta ver o que aconteceu, se não me falha a memória, 2 anos atrás, quando o PCC autorizou e deu ordem, simultaneamente, em todo o Estado de São Paulo, para que ocorressem rebeliões, e, mais do que rebeliões, atacassem delegacias policiais em todo o Brasil, botando fogo em ônibus.

Então, Presidente, eu entendo que as pessoas que estão aqui, com as experiências que vão ser declaradas e divididas conosco nesta tarde, vão cumprir um dos — não é o único, é óbvio —, um dos principais papéis desta CPI, que é dar ao povo brasileiro, às nossas autoridades, ao Congresso Nacional, o seu papel de responsabilidade na busca de uma solução concreta, objetiva e dentro da realidade brasileira para que esse problema seja minimizado.

Para concluir, Presidente, agradeço o apoio a V.Exa., agradeço o apoio ao Relator Domingos Dutra, aos colegas Deputados que apoiaram nosso requerimento, e principalmente aos senhores que atenderam ao nosso chamado. E espero que no



final do dia possamos, Dr. Maurício, sair daqui convictos de que fizemos a nossa parte de tornar esse Brasil mais justo, mais alegre, e que as pessoas possam ter a certeza de que os Deputados cumprem o seu papel de Parlamentar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos, Deputado Jorginho Maluly.

O Deputado Narcio Rodrigues vai fazer uma consideração final. Está sendo convocado para tocar a sessão da Câmara.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Sr. Presidente Neucimar, senhoras e senhores, na verdade eu quero me desculpar porque estou sendo convocado ao plenário para assumir a sessão da Câmara, mas queria apenas deixar um registro. Eu tenho certeza, como disse aqui o Deputado Jorginho Maluly, que nós estamos vivendo hoje um momento importante da CPI, que é um momento em que a gente sai da fase de diagnóstico para uma fase de contribuição com propostas que podem efetivamente contribuir para que o relatório final desta CPI indique caminhos e possa efetivamente contribuir para o aperfeiçoamento do sistema prisional, do sistema carcerário brasileiro.

Depois de ouvir o Deputado Domingos Dutra e outros membros da Comissão, vou levar até a Mesa Diretora as queixas que foram feitas a respeito da estrutura que é dada à CPI. Acho que é importante que nós possamos sensibilizar a Mesa Diretora para isso, mas é importante dizer também que os nossos convidados não vieram aqui para ouvir esse debate interno. Nós temos regras de funcionamento da CPI que não foram criadas por esta Mesa Diretora — e elas é que talvez nos impeçam de dar o amparo que nós gostaríamos de dar, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu espero que esse espetáculo que desafia toda a sociedade brasileira não se resuma apenas à atribuição de responsabilidade dessa situação ao tratamento que a Mesa Diretora dá à CPI.

Na verdade, eu entendo, meu caro Presidente Neucimar, que a prioridade que o Presidente Arlindo deu a esta CPI foi com a sua criação. V.Exa. sabe, e participou desde o primeiro momento, que o Presidente Arlindo tem uma demanda enorme de CPIs, e a escolha da CPI do Sistema Carcerário foi exatamente pela percepção de que este era um problema que o Parlamento deveria enfrentar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Com deficiências, com a dificuldade que nós temos para implementar o nosso mandato, mas com uma definição: essa prioridade para a Casa. Nós vamos procurar tratar dessa questão no encaminhamento das sugestões feitas pela CPI, com soluções.

Eu espero que os senhores tenham uma tarde extremamente proveitosa. Tenho certeza de que terão, pelos convidados que aqui estão.

Quero mais uma vez cumprimentar o Presidente, o Vice-Presidente, que acaba de chegar, companheiro Deputado Bruno Rodrigues, o Relator e também o Deputado Jorginho Maluly, que teve a iniciativa de propor esta audiência pública, que eu tenho certeza será muito positiva.

Muito obrigado pela oportunidade. Contem com a Mesa Diretora e com o Presidente Arlindo Chinaglia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos, Deputado Narcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente da Câmara, sua presença aqui conosco.

Nós queremos convidar, neste momento, o Dr. Charles Saba. Ele é bacharel em Planejamento Urbano e é consultor permanente para o Comitê Latino-americano das Nações Unidas sobre requisito mínimo de manutenção de detentos. É um representante da ONU no assunto, é nosso convidado, está conosco aqui, e vai estar, neste momento, fazendo uma palestra sobre arma não letal. Nós queremos convidá-lo neste momento.

Antes, porém, queremos registrar a presença do Dr. Kleber Goede, Secretário de Justiça de Santa Catarina; Dr. Maurício Antônio, Secretário de Justiça, também da Secretaria de Justiça de Santa Catarina; Andremara dos Santos, juíza da VEC, lá de Salvador, esteve conosco na audiência; Dr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional; Dr. Wilson Damázio, Diretor do Sistema Penitenciário Federal, que está conosco, muito obrigado pela presença; Dr. Bruno César Azevedo, juiz de Direito, que está conosco. O Dr. Bruno, da Paraíba, sobre quem quero fazer um registro, é o primeiro juiz do Brasil que fez a experiência da utilização da pulseira eletrônica. Lá na Paraíba, desde o ano passado, alguns presos já fazem uso da pulseira eletrônica. Foi uma ação aí do Dr. Bruno César Azevedo,



que é juiz de Direito lá no Estado da Paraíba. Dr. Amaury Serralvo, da OAB, que está conosco aqui.

Nós temos algumas autoridades conosco que não se identificaram lá na entrada e nós queríamos, dentro da medida do possível, que pudessem se identificar para que nós pudéssemos fazer o registro aqui dos representantes dos Estados e também do Governo Federal que estão conosco aqui.

Dr. Charles Saba tem a palavra neste momento e tem o tempo de 15 minutos para proferir uma palestra a este auditório. (*Palmas.*)

O SR. CHARLES SABA - Boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Boa-tarde.

O SR. CHARLES SABA - Boa-tarde, Deputado. É uma honra estar aqui hoje. Muito obrigado pelo convite. Dr. Maurício, já nos conhecemos de outros, outros eventos. Eu vim aqui falar sobre um equipamento não letal chamado Taser. O Taser é um equipamento largamente usado. Nós temos nos Estados Unidos 11 mil departamentos de polícia e a grande maioria já tem esse equipamento, especialmente nas cadeias e nas penitenciárias. É um equipamento que reduz a violência, salva vidas e ajuda a manter a ordem. Nós vamos mostrar alguns vídeos de cenas reais, daqui a pouquinho, mas eu quero explicar rapidamente sobre esse equipamento. Nós também... Aliás, um aparte, nós também já tivemos problemas com celulares na cadeia, e a nossa solução foi uma solução prática de colocar telefones públicos na cadeia, onde só se faz ligações a cobrar pelos detentos, que são monitorados, e a receita dessas ligações vai para o DEPEN, ao Dr. Maurício, e também àqueles que são os carcereiros — não a ele pessoalmente (*Risos*), mas vai para os carcereiros também. Então, uma vez que você mexe no bolso daqueles que estão aqui para proteger a todos nós a coisa funciona e reduz a entrada de contrabando como os celulares. É muito prático, muito simples e funciona no nosso sistema. Agora, os senhores, eu devo salientar, os senhores são heróis para mim. Os senhores trazem luz a cantos escuros da sociedade, pelo que eu vi. E onde o senhor estava era perigoso; não era um lugar aonde pessoas que não têm coragem iriam. E para mim um herói como esses aqui, que também heróis, a coragem deles dura 5 minutos mais que a minha, porque eu não tenho coragem de fazer o que esses homens fazem. Então, realmente, para mim, vocês são guerreiros. Parabéns!



(Segue-se exibição de imagens.) Equipamento não letal. Taser, uma pistola que conduz atrás de uma onda elétrica, uma onda T, que trava o cérebro causando no ser humano a travar e a cair ao solo. Ela funciona com uma mira a *laser*, como tem aqui atrás de mim, apertando o gatilho centelha a 50 mil volts (*ruído de disparo*) e a duração do tiro é de 5 segundo. A pessoa vai para o chão. É instantâneo, porém não há lesão permanente, nem lesão letal. Então o equipamento que nós utilizamos custa 779 dólares, é barato para salvar a vida desses homens aqui quando isso é necessário. Eles têm uma arma letal, que é de uso excepcional. Esta aqui, não letal, é uso diário. Aquela é seguro de vida, esta aqui é seguro de saúde.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Qual é o efeito dela, por favor?

O SR. CHARLES SABA - O efeito dela é que ela trava os músculos da pessoa atingida e a pessoa vai para o chão

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Quantos metros ela alcança?

O SR. CHARLES SABA - Dez metros e sessenta centímetros. É uma distância bastante grande. E, pela primeira vez na história do ser humano, nós conseguimos prender alguém a uma distância fora da distância de reação. Se eu estiver aqui, a pessoa pode reagir, pode me machucar. A 7 metros de distância é a distância onde a reação não é mais uma ameaça a mim. Então eu posso utilizar uma arma não letal. É muito...Nós somos jovens demais para lembrar disso, mas é muito como a lâmpada incandescente. Antes a gente não tinha luz sem ter uma chama em aberto e esta chama causava incêndios grandes em cidades grandes, e isso se tornou obsoleto. Agora a gente liga uma tomada e acende a luz. A mesma coisa com esse equipamento. Depois da instalação desse equipamento na mão dos homens que precisam dele não há mais volta. Este aqui está aqui para ficar. Agora, ela utiliza uma munição que lança 2 dardos a essa distância de até 10 metros. Mas dentro dessa cápsula existe os 2 dardos que voam pelo ar, e também existe um número de confetes que identificam aquela cápsula que pertence a esse homem. Então, quando ele aperta o gatilho, dispara os 2 dardos, também sai o confete com o número de série daquela munição. Então não há sombra de dúvidas que foi aquele homem que atirou. Agora, se a pessoa alega que foi usado de má-fé essa arma, então existe aqui uma parte amarelinho aqui, que vocês estão vendo, e se puxa esta cápsula, coloca os dados no computador, aqui, e baixa os últimos 585 tiros que essa



arma deu: mês, dia, hora, minuto, segundo. Então sabemos que naquela hora foi disparado essa arma uma única vez. Então protege a reputação desses homens que estão ali para proteger e fazer o dever de todos nós. São pagos e uniformizados para fazer o dever de todos nós.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Tem um HD interno?

O SR. CHARLES SABA - Tem uma memória interna, sim. Se tentar violar ela acusa a violação. Se disparar 585 tiros para limpar a memória também é uma violação.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Ela registra o quê no HD?

O SR. CHARLES SABA - Ela registra quantos disparos foram dados naquele minuto. Então ela gerenciável daqui para a frente e daqui para trás também. É movida a 8 pilhas recarregáveis, baixo custo operacional. A munição, que é essa aqui, custa 36 dólares o tiro. É a munição mais barata que tem, é a munição mais barata que vai cair na mão do policial. Quanto custa sua munição?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CHARLES SABA - Dois dólares o tiro? Dois dólares o tiro letal. Esse é o custo dela. Atira, acerta alguém é mais doze mil no hospital se não houver complicação. Já está em 12 mil reais e 2 dólares. Fora uma PM, o advogado que tem que ser contratado e a dor de cabeça que isso causa à sociedade. Aqui trinta e seis dólares. Um evento, um tiro; acaba o evento. É assim que funciona. Na minha cidade de Orlando, aonde eu moro, a Polícia adotou essa pistola, em 2000. De 2000 até 2002 a Polícia de Orlando passou 26 meses sem dar um tiro letal na rua, só usando a Taser. Ela liga, a pessoa vê o pontinho vermelho aqui e ela tem duas opções: ou leva o tiro da Taser e vai preso, ou vai preso. Então, a reação do homem que está causando problemas na rua é de levantar a mão e ir preso, porque eu lhe garanto: eu já levei 7 tiros com ela, e todos eles são muito desagradáveis, todos. Você trava e o nome da queda do ser humano ao solo é "tampo de privada", você enrijece e vai para o chão. O colete não segura o tiro, o alvo é o ser humano todo e tudo que está em volta do ser humano até 2 centímetros e meio. Porém, se o Dr. Nathaniel está me segurando e eu levo o tiro da Taser ele não sofre nada. Então, se eu estou com um refém aqui, e eu sou o meliante, eu levo o tiro, eu vou para o chão, e com o refém nada acontece. Então, equipamento de uso em larga escala



nos Estados Unidos e em outros 45 países, incluindo o Brasil. A Câmara dos Deputados onde nós estamos já tem ela, o Senado tem, as Polícias Militares de vários Estados já têm, e já salvam vidas. Cidades com guardas municipais já têm e já salvam vidas. Então, nós olhamos para isso como um equipamento que é seguro de vida. E nós somos treinados para prender, bater, matar, sim, somos. Mas nós usamos uma pistola letal quando necessário para defender a vida de alguém e nunca para tirar a vida de ninguém. Então usamos a pistola para defender ou a nossa vida ou a vida de terceiros. Então o enfoque é diferente e tem que mudar. Temos que dar apoio a esses homens que aqui estão, que arriscaram a sua própria vida e tiraram dinheiro do bolso para fazer o que fizeram, que nós vimos nesse vídeo. Eu lhe digo, eu fiquei pasmo com o que eu vi aqui hoje. E eu não tinha visto... Eu tinha visto algo similar na Polinter do Rio de Janeiro, Deputado, aonde tem muitos presos em espaços pequenos, mas não assim como eu vi no seu vídeo. E, Dr. Maurício, o senhor tem uma missão impossível. É uma missão impossível. O senhor está de parabéns pelo que o senhor já fez e que o senhor irá fazer, porque eu sei que esse homem ele traz muita coisa de bem ao povo brasileiro. E sei que o meu tempo está acabando... Posso falar? Então, é isso. Se tiver alguma pergunta que eu possa responder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Por favor, o vídeo.
(*Exibição de vídeo.*)

O SR. CHARLES SABA - Dois fios com um anzol que bate na pessoa e leva a energia e a onda que trava o cérebro para dentro do corpo do ser humano. (*Pausa.*)(*Inaudível*)...onde usam-se outros equipamentos não letais que (*ininteligível*) final, por uma abertura na porta da cela, usar o tiro da Taser, paralisando o sujeito, e ele vai para o chão. (*Pausa.*) Faz-se o “adentramento” e detêm-se esse homem.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Em qualquer parte do corpo?

O SR. CHARLES SABA - (*Inaudível*) Em qualquer parte do corpo. O alvo é o corpo inteiro. Em qualquer parte do corpo, em qualquer lugar. Também no coração. É arma não letal. Se a pessoa usa marcapasso, é cardíaco, a Taser não vai curar ele, ele vai continuar cardíaco. Mas ela funciona. Essa é uma cena filmada de um helicóptero, de uma pessoa que está fugindo. Foi dado ordem de parar, ele não quis parar, quis resistir e foi usada a Taser. Então, veja que há vários níveis de opções



(*ininteligível*) o policial naquela cena: Armas letais, cães, armas não letais... Temos que encurtar o vídeo bastante. (*Exibição de vídeo.*) Cada ser humano é cada ser humano. Mas nós podemos contar com mais ou menos 20 segundos em que a pessoa fica lá e não sabe o que deu que jogou o cara no chão.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. CHARLES SABA - Uns 15 segundos. Aqui no nosso mundo é muito tempo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A gente notou que o baque é grande

O SR. CHARLES SABA - Sim. É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não há nenhum efeito só da queda? Já teve algum acidente?

O SR. CHARLES SABA - Há vários índices de pessoas se machucando na queda, sim. Mas lembra, Deputado, quem toma um tiro desse não é uma debutante; é uma pessoa que merece levar o tiro. E se ele cai e quebra o dente ou bate a cabeça e se corta, está no dia dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse equipamento já está sendo produzido aqui no mercado brasileiro?

O SR. CHARLES SABA - Ele está sendo utilizado no Brasil por diversas polícias de todos os níveis: Polícia Federal, enfim, polícias locais, polícias estaduais, e não é produzido aqui. É produzido no Arizona, mas é colocado em várias partes...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor pudesse repetir a questão dos efeitos colaterais da queda, se está sendo produzido, onde, e qual é o custo.

O SR. CHARLES SABA - Perfeito. O índice de danos causados por equipamento é muito baixo. Chega próximo a zero. Não é zero absoluto, mas chega a próximo a zero. É extremamente eficaz. E lembram que nós estamos falando de um país como os Estados Unidos, que é um país litigioso. Têm pessoas que acordam todo o dia pensando: "*Quem é que eu vou acionar hoje para ganhar o pão desse dia?*" Então, se ela não funciona do jeito que nós dizemos que funciona, esse equipamento não existiria mais. Agora, há situações onde a pessoa cai e pode causar uma pequena lesão, menor do que um bastão, menor do que um tiro de um



calibre pesado. Então, é a teoria do menor dano. Ela causa o menor dano possível. De novo, pela primeira vez, podemos controlar uma pessoa a uma distância grande, onde esses homens aqui não precisam se machucar. O nosso dever é certificar que eles voltam para jantar com as suas famílias todo o dia. Então, agora....Eu falei do custo, não?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O valor do equipamento?

O SR. CHARLES SABA - O custo desta pistola aqui é 779 dólares, que dá o quê, 1.214 reais, menos que uma pistola letal. A vida útil dessa cápsula aqui é 5 anos na prateleira, mas se essa munição tiver 5 anos na sua prateleira. Mas se essa munição tiver 5 anos na sua prateleira eu volto para te visitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Os Srs. Deputados querem fazer alguma pergunta? Dr. Charles tem algo mais a acrescentar?

O SR. CHARLES SABA - Não, eu acho que isso daí é basicamente o equipamento que revoluciona o policiamento desde o rádio e carro de patrulha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Queremos agradecer a participação do Sr. Charles Saba.

O SR. CHARLES SABA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Foi muito importante para esta CPI. (*Palmas.*)

Dando prosseguimento, queria convidar para fazer uso da palavra o Dr. Antônio Carlos Magalhães, Diretor de Relações Institucionais da Condor Tecnologias Não Letais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES SOARES - Boa-tarde a todos, gostaria de cumprimentar o Deputado Neucimar Fraga, Presidente da CPI, o Deputado Domingos Dutra, que foi muito veemente na sua exposição, o Deputado Jorginho Maluly, o Dr. Maurício, que é a alma lá da DEPEN. Sou um profissional dessa área de tecnologias não letais há 29 anos. Faço parte de uma empresa genuinamente brasileira que produz hoje cerca de 150 itens. O Saba apresentou — nós somos velhos conhecidos — apresentou 1 item que nós fabricamos aqui no Brasil e exportamos para 20 países na América do Sul, América Latina, Oriente Médio, África e Europa. Temos inclusive uma unidade de fabricação na França. Tivemos que tomar essa providência para poder atingir o mercado europeu, que é



muito fechado. Vou falar do conceito da tecnologia não letal para entendermos melhor como funciona e depois eu vou falar de algumas experiências reais bem sucedidas e das tecnologias que estão disponíveis hoje. Introduzindo. (*Segue-se exibição de imagens.*) A natureza dos conflitos mudou. Hoje, esses conflitos são travados nas cidades. As guerras no passado eram travadas em locais definidos, em campos de batalha. Hoje, o que se vê é a guerra nas cidades e essa situação exige novas doutrinas e tecnologias compatíveis com essa realidade. Na segurança pública, a evolução do crime expõe os agentes da lei a graves riscos, exigindo treinamento, capacitação profissional e recursos materiais adequados para agir com eficácia e de forma humanitária, o que se consegue primordialmente pelo emprego de tecnologias não letais. Existe uma exigência mundial nessa questão humanitária, no trato com o delinqüente, com criminoso não só em ações de segurança pública como na guerra também. O cenário que se assiste hoje... Por exemplo, no Iraque, há uma crítica muito forte da ação do governo americano, do exército americano naquelas intervenções onde expõem muito a população civil e gera vítimas inocentes. Qual é a realidade brasileira? Temos um rol aqui de problemas que acontecem em todo o País. Temos invasão de fronteira, tráfico de armas e drogas, o crime organizado atuando em comunidades carentes, guerras de quadrilhas, invasão de propriedades, propriedades públicas e privadas, falsas *blitze*, seqüestros, conflitos agrários, distúrbios civis em eventos, manifestações violentas, bloqueios de ruas e estradas, desrespeito ao agente da lei e rebeliões em presídios. Abrindo um parênteses aqui nessa questão do agente da lei, é muito cultural a reação das pessoas contra a autoridade policial. Nos países desenvolvidos, o policial simplesmente fardado já impõe uma situação de respeito ao cidadão. Aqui no Brasil, é comum a pessoa desrespeitar o policial seja de que tipo for. Por exemplo, um policial de trânsito fica muito exposto. Então, inicia pelo diálogo, pelo argumento e chega até à agressão física. Temos diversos casos que registram essa situação. Bom, a definição do que vêm a ser armas não-letais: elas são especialmente projetadas para o emprego primário na incapacitação temporária de pessoas, objetivando não causar fatalidades ou lesões permanentes, bem como neutralizar materiais sem provocar danos ao patrimônio e ao meio ambiente. Então, a gente fala de incapacitação temporária, porque a gente pressupõe seja reversível.



O Saba estava falando aqui do choque elétrico. Quando cessa o choque, a pessoa tem de estar íntegra, ela não pode ficar com nenhuma seqüela. Então, isso atende ao conceito não-letal. Fala-se também em neutralizar materiais sem provocar danos ao patrimônio e ao meio ambiente, porque existem tecnologias hoje sofisticadas antimateriais, que atuam sobre sistemas, equipamentos. Hoje, as armas de guerra todas estão informatizadas — os tanques, os aviões, os navios. Existem tecnologias hoje que paralisam essas armas. Por que o termo não-letal? Nós adotamos essa terminologia. Nós entendemos que essa ação, o efeito tem de ser reversível. Então, o americano utiliza *less lethal*, *less than lethal*, ou *soft kill*, que seria uma morte suave. Nós entendemos que seria mais aplicável, por exemplo, a um dispositivo que pode incapacitar a pessoa, mas vá causar uma lesão ou uma seqüela, como uma mina antipessoal. Quem usa no Brasil esses materiais? As Forças Armadas, a Polícia Federal, Polícias Rodoviárias, Força Nacional, Polícias Militares, Polícias Civis, Guardas Municipais, sistemas prisionais e, agora foi atualizado, também empresas de segurança privada. É muito mais seguro que um agente esteja dentro de uma agência de banco portando uma arma elétrica, ou um *spray* de espuma, uma bala de borracha, do que uma arma de fogo, porque ele não vai evitar... Se o criminoso estiver disposto a cometer um assalto, ele não evita o assalto e ainda expõe os clientes e os funcionários da agência. Bom, nós temos uma experiência, o Brasil tem uma experiência interessantíssima em missões de paz. Há pouco tempo, o País foi classificado como a tropa que melhor emprega a tecnologia não-letal em ações de forças de paz, com exemplo do Haiti. Esse tem sido um ponto alto na atuação das forças conjuntas lá no Haiti. Nós temos um Congresso da ONU que foi realizado em 1990, que, no seu texto, ele recomenda que os responsáveis pela aplicação da lei desenvolvam e utilizem uma variedade de armas não-letais. Objetivando o quê? A redução da vitimização e da letalidade. Então, é um texto interessante que vem sendo divulgado e propagado nas forças de segurança de todo o mundo. Qual é a fundamentação legal para o emprego de tecnologia não-letal? Muita gente pergunta: tem alguma lei, algum regulamento, alguma coisa que autorize? É o mesmo princípio do código legal. Não está escrito no texto do Código Penal que a pessoa possa usar um arma de fogo. Ela deve utilizar da força de forma moderada para defender a sua vida, ou a vida de terceiros, isso numa escala



progressiva de força. A arma de fogo é um dos instrumentos, e a arma não-letal também estaria ajustada dentro desse conceito. Bom, aqui, nós temos duas imagens: uma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo. Na esquerda, nós vemos um policial apontando uma pistola para um cidadão. E a pergunta que se faz é a seguinte: ele vai disparar essa arma? Será que vai resolver o problema? Isso poderia ter sido resolvido ali com *spray*, com uma pistola elétrica, enfim, com outros recursos. E na imagem da direita, o policial, em São Paulo, estava utilizando o *spray* de pimenta. Aqui no caso é um espargidor com efeito de *spray*. Temos outros efeitos também que nós vamos ver mais adiante. Quais são as expectativas que existem numa operação? Preservar a integridade física dos agentes da lei; manter a ordem pública; preservar o patrimônio público e privado; aplicar a força de forma gradual, que é o princípio da proporcionalidade ou moderação; agir de acordo com a lei e respeito aos Direitos Humanos e obter reconhecimento da opinião pública. Quando a operação é bem sucedida, há o reconhecimento da opinião pública através da imprensa, enfim. Quando a operação não é bem sucedida, vem a crítica contundente. Então, temos alguns exemplos. O National Institute of Justice, dos Estados Unidos, faz 3 recomendações básicas, que nós também entendemos que são adequadas, de quando se deve utilizar o recurso não-letal. Então, vamos mostrar a primeira. Quando a força letal não é apropriada. Temos no canto esquerdo, lá acima, aquela invasão da Câmara dos Deputados, nesta Casa, em 2006. Se a Polícia Legislativa dispusesse naquele momento de recurso não-letal, com certeza não teria havido uma progressão naquela invasão, teria sido contida ali na entrada da Câmara. Temos aqui o assentamento em Israel, onde a polícia israelense está evitando que o cidadão israelense ultrapasse uma barreira; temos imagens de campo de futebol e imagens da Rússia também. São situações onde não é adequado o emprego de arma letal. A força letal é justificada e está disponível para uso, mas uma força moderada pode subjugar o agressor. Então, nesse caso, tem que se usar arma não-letal. Temos imagens da Nicarágua, rebelião em São Paulo e na França no ano passado. A força letal é justificada, mas seu uso pode causar efeitos colaterais. Então, temos diversos casos pelo Brasil afora, e com maior intensidade lá no Rio de Janeiro. Temos ali, uma imagem, do lado esquerdo, acima, de policiais fazendo disparos a esmo numa travessia de uma rua contra uma



comunidade. Ações também, diversas ações, em que é muito comum o policial usar arma de fogo como instrumento de intimidação. Ele pega o fuzil, faz uma série de disparos para tentar ultrapassar uma barreira ou fazer uma progressão dentro de uma favela. Só que o projétil sai da arma com energia e esse projétil vai cair com energia e pode atingir alguém, que é o que a gente conhece como bala perdida. Aqui, dos efeitos colaterais, alguns exemplos. Temos imagem de um tanque, aqui do lado direito, apontado contra uma favela. Imagina-se que esse grupo de combatentes vá fazer um disparo com carro de combate contra uma favela. Tiros e mortes na Providência. Enfim, um noticiário do Rio de Janeiro traz diariamente casos desse tipo. Na história recente, temos Carandiru, Eldorado dos Carajás, Siderúrgica Nacional, onde morreram 3 trabalhadores atingidos por disparos de fuzil do exército, e aquele caso famoso de Londres, onde o brasileiro foi morto no metrô, o Jean Charles. Interessante que ele foi atingido por disparos de armas de fogo, 8 tiros, e 2 dias depois um terrorista foi preso, neutralizado com uma arma de choque, uma arma dessa tipo Taser, que o Saba mostrou ainda há pouco. Abrindo um parênteses no caso do Carandiru, na época em que houve essa tragédia lá, a polícia de São Paulo fazia, como até hoje ainda faz, intervenções nas cadeias, mas era de uma forma desordenada. Então, a partir daí, o comando da polícia não queria mais fazer esse trabalho. E foi uma dificuldade muito grande. Um coronel da época, o Coronel Barros, que assumiu o comando de choque lá da capital, nos procurou, fizemos um convênio com a polícia de São Paulo e fizemos um treinamento intensivo com a tropa. E a partir do Carandiru, até hoje, não há registro, não houve mais registro de mortes provocadas pela polícia em intervenções, tanto no Carandiru como em outras cadeias. São casos excepcionais, houve um caso ainda no Carandiru de um camarada que estava num pátio com uma arma de fogo atirando contra um policial que estava na torre, e esse homem foi atingido pontualmente. Mas no controle de rebelião, não houve mais registros de mortes com a intervenção da polícia. A polícia só utilizava balas de borracha, granadas e explosivos de luz e som e *spray* de pimenta. Casos recentes bem sucedidos. A megarrebelião que houve em São Paulo, em 32 presídios, simultaneamente, que o Deputado tinha citado, a inteligência da polícia já tinha detectado que o PCC estava articulando essa megarrebelião e descentralizou as ações de choque por todos os batalhões da capital e do interior.



Em 24 horas, as rebeliões foram sufocadas, todas utilizando recurso não-letal. Não houve uma morte provocada pela polícia. A rebelião no Presídio Hélio Gomes, em 2004, foi uma ação conjunta do GIT, Polícia Militar do Rio de Janeiro e Polícia Civil. O Mauro deve falar sobre isso mais tarde. Foi uma operação espetacular, que foi noticiada na Europa inclusive, nos Estados Unidos e na Europa. O GPOE aqui de Brasília tinha ido ao Rio de Janeiro treinar o pessoal do Grupo de Intervenção Tática lá dos presídios do Rio, da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, e foi uma operação muito bem sucedida. Poucos homens entraram na cadeia, uma cadeia edificada, vertical, só utilizando recursos não-letal. Em pouco tempo, também, questão de, parece-me, meia hora no máximo, a rebelião foi contida: 900 homens armados, arma de fogo, pessoal do GITE entrou só com recurso não-letal, e a rebelião foi dominada. Por último, como eu tinha citado, a prisão de terroristas em Londres, em 2005. Segurança estratégica. Nós tivemos uma experiência no PAN, de 2007, com a Força Nacional e a Polícia Militar do Rio, Polícia Militar e Polícia Civil, atuando no controle de eventos esportivos e na segurança também de infraestrutura, como usina nuclear, usina hidrelétrica. Esse aqui é um gráfico que a gente faz para mostrar como deve funcionar o uso gradual da força. Inicia pela presença ostensiva, que, por si só, já deveria causar uma intimidação, mas no Brasil a gente sabe que não funciona. O próximo passo é a advertência verbal, o comando de voz do policial quando manda parar. Não havendo uma resposta positiva, isso deve sofrer uma graduação de força, utilizando primeiro o *spray* de pimenta, fumaça, ou pistola, enfim, passando por munições exclusivas, munições de impacto controlado até a última resposta que, se não tiver alternativa, seria a arma letal. Eu queria dizer que não há nada 100% não-letal. Até a água em excesso mata. Então, o que garante que o agente da lei e o policial vá obter eficácia para o emprego da tecnologia é a sua capacitação. Então, tem que haver uma doutrina, regulamento, treinamento, estratégias e táticas. A empresa tem um núcleo de treinamento. Nós damos treinamentos aqui no Brasil para as Forças Armadas, para as Polícias Militares, Polícias Cíveis, Guardas Municipais, agentes prisionais; treinamos o pessoal da Força de Paz que foi para o Haiti; damos treinamento no exterior também. Já fizemos treinamento na Turquia, em vários países aqui da América do Sul, na França. É uma empresa que tem uma *expertise* muito grande nessa área. Essa



frase “atira para não matar”, ela estabelece um contraponto, porque quando a gente fala em atirar, sempre sugere que seja com uma arma letal. Então, o que se busca aqui é não matar, é preservar a vida. Nós temos uma família de produtos — aqui não tem toda a linha, mas tem grande parte. Vou passar rapidamente falando de cada uma. Aqui, primeiro, as munições de impacto controlado, que são as famosas balas de borracha. Aquela amarela é uma bala que está patenteada nos Estados Unidos. Nós estamos agora abrindo patente também na Europa. É uma bala de precisão. Então, tem um sujeito com uma faca, um objeto qualquer que coloca em risco a vida de alguém, o policial pode, numa distância de 30 metros, fazer um disparo e atingir a mão da pessoa, somente a mão. E outros tipos, como projetis esféricos, cilindros de vários calibres, calibre 12 e calibre 37/38. Essa é uma linha nova de munição tanto de impacto controlado, como ogivas explosivas, ogivas com gás lacrimogêneo e até iluminativos. Essa munição é uma munição que tem uma procura muito grande no mundo inteiro, tanto para ações militares, quanto para ações de força de paz e de controle de distúrbio. No Rio de Janeiro, o BOPE já está utilizando esse material nas intervenções nas favelas, porque são áreas de difícil acesso, onde o criminoso está sempre em vantagem operacional. Ele está postado em cima de uma laje, ou protegido por um anteparo. Então, essas munições podem ir a longa distância, feito um disparo, pode ser uma ogiva explosiva com gás lacrimogêneo que vai provocar uma interferência, uma incapacitação no homem que esteja atirando, e ele vai se deslocar e vai ficar em desvantagem. Então, se o policial tiver que fazer um disparo para matar aquele criminoso, ele vai ser pontual, ele não vai colocar em risco as outras pessoas inocentes que estão no cenário. Munições químicas que são disparadas por uma arma 12, ou 37/38, que é uma arma com calibre bastante grande, dispara um pó com lacrimogêneo que incapacita por bastante tempo. Munições de emissão lacrimogênea também de longas distância para controle de distúrbio, combate à criminalidade. Granadas explosivas, que são feitas de um material especial, para não provocar lesão com a explosão. Elas são feitas de borracha maleável, aquela parte de cima é destacada antes da explosão da carga principal, de vários modelos, com gás lacrimogêneo, sem gás lacrimogêneo. Essa granada é uma granada para adentramento, ela provoca um ruído bastante intenso que atordoia o criminoso. Então, ela é jogada dentro do ambiente, e o grupo



tático tem um tempo de 6 a 7 segundos para agir, e é muito eficiente. Granadas de impacto. Também é uma novidade para ser usada em ambiente carcerário. Porque é muito comum, em rebeliões, os presos estarem, os amotinados estarem protegidos atrás de paredes e barricadas. Então, essa granada é lançada, explode e lança uma série de esferas impregnadas de pimenta, ou lacrimogêneo, enfim. Isso vai atingir as pessoas atrás do anteparo. Granadas lacrimogêneas tradicionais de vários tipos. Essa daqui é uma novidade, porque é uma granada que tem um movimento próprio, é a chamada bailarina, que evita que ela seja devolvida contra a polícia. Granadas fumígenas, que tem um efeito incapacitante interessante, porque tira a referência visual do criminoso e dá uma vantagem operacional. *Sprays* lacrimogêneos com agente CS tradicional, que é o que causa lacrimejamento. E o pimenta, que atua através de uma substância capsaicina, que é extraída da fruta, da pimenta malagueta. Essa substância, em contato com a pele do corpo humano, ela gera uma outra substância que causa sensações extremamente desconfortantes. A pessoa tem uma sensação de queimação intensa, como se estivesse sofrendo uma queimadura, mas não tem lesão, fecha os olhos, não consegue abrir, tem dificuldade de respirar, mas são sensações que não têm registro fisiológico. Depois de um certo tempo, passado o efeito, a pessoa está bem, mas ficou incapaz de reagir contra a ação policial. Nós temos inclusive a versão do *spray*, do espargidor em espuma. Eu vou depois fazer um disparo aqui. Essas aqui são armas especiais para lançar munições de vários calibres. Aqui é um KTO, que é uma maleta, onde o grupo tático tem uma série de munições, porque para cada caso tem uma aplicação distinta. Tem situações que se resolvem com uma pistola elétrica; tem outras que não se vai conseguir resolver com a pistola elétrica, vai-se precisar de uma bala de borracha, ou de uma granada de gás lacrimogêneo. Tem uma pessoa dentro de uma casa, de um ambiente que não queira sair: tem de jogar uma granada lacrimogênea para pessoa sair daquele ambiente. Então, dessa maleta, tem um certo número, uma diversificação de itens que podem ser usados. Isso, dentro de uma penitenciária — inclusive o pessoal do GPOE tem essa experiência — dá uma versatilidade operacional muito grande. Aqui, pirotécnicos de sinalização. São armadilhas iluminativas que podem proteger a parte externa do presídio. Se um preso, um fugitivo consegue sair da penitenciária, ele vai tocar num fio e vai disparar um sinal



de luz. Aqui, nós temos uma arma muito interessante. Esse material todo está exposto aqui fora, para quem tiver depois curiosidade de ver. Essa é uma arma belga, fabricada pela FN, que fabrica o Fau, aquele fuzil famoso, que dispara essa munição de plástico que não penetra no corpo da pessoa. Ela pode ser utilizada em ambiente carcerário também, para parada por impacto. Tem diversos modelos de projétil, com só impacto, tem impacto marcador, para identificar o líder da rebelião, e tem com agente incapacitante pimenta ou lacrimogêneo. Tem uma pistola tcheca, da CZ, que dispara uma bala de borracha, que é um funcionamento idêntico a uma arma real, com ruído. Ela cicla como se fosse uma arma normal e dispara um projétil de borracha. Tem um grande poder de incapacitação também. Aqui, a pistola Stinger, semelhante à Taser, que foi mostrada. Tem até um exemplar aqui na minha mão. Dispositivos suíços de lançamento de gás lacrimogêneo e pimenta; e uma lanterna para verificação noturna. Ela, além de emitir um fecho de luz que cega a pessoa momentaneamente, ela pode disparar, tem um mira a *laser* e dispara ainda um jato de pimenta. São munições também para incapacitação, mas essa daqui é alemã, que nós representamos. Veículos blindados, imobilizador de veículos. É muito comum em *blitz*, na rua. Quando o cidadão fura a *blitz*, às vezes não é criminoso, ele fica assustado, passa daquele ponto, e a polícia vai, atira e mata. Já houve diversos casos desses. Então, esse equipamento é colocado em determinado ponto. Quando o veículo ultrapassa, ele aciona e fura o pneu do carro. Máscaras contra gases americanas — nós representamos também. Agora, eu queria pedir a permissão dos senhores para passar um filme curto, mas de um realismo muito grande, com cenas, enfim, do mundo inteiro e principalmente do Rio de Janeiro. Esse aqui é um espargidor de pimenta de espuma, porque o tradicional é aquele que faz um *spray*. Esse aqui produz uma espuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Eu só pediria que, após o filme, o senhor concluísse.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES SOARES - Pois não. (*Segue-se exibição de imagens.*) Bom, Deputado, era isso que nós tínhamos a mostrar. Se houver necessidade, respondo a alguma pergunta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Agradeço a V.Exa. e coloco à disposição dos Deputados, se quiserem fazer alguma colocação, antes de passarmos para o próximo palestrante.

Muito obrigado, Dr. Antônio Carlos Magalhães, pela sua experiência dividida conosco aqui.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES SOARES - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Convido, para fazer parte agora da nossa audiência pública, para sua explanação, o Dr. Nathaniel Peregrino, que vai falar sobre arquitetura prisional. V.Sa. tem 15 minutos.

O SR. NATHANIEL PEREGRINO - Muito obrigado.

Vamos começar logo antes que acabe o tempo aqui. Arquitetura prisional é infra-estrutura para todo o sistema penitenciário. É onde os funcionários e os internos vivem e convivem ali, queiram ou não queiram. (*Segue-se exibição de imagens.*) Vou tentar mostrar aqui a visão do Governo do Distrito Federal. Aqui é o meu nome e o das pessoas que participaram dos projetos. Vou falar de aspectos negativos encontrados em diversas penitenciárias que a gente visitou. Muitos desses aí já tiveram no nosso sistema. O plano diretor de construções, que nós criamos aqui no Distrito Federal. Vou falar rapidamente sobre a penitenciária feminina e o módulo de saúde e fazer uma comparação de custos, que são os custos operacionais *versus* a construção, porque muita gente acho que não tem nem noção dessa parte. Depois, farei as considerações finais. Então, aqui, os aspectos negativos. Em celas — não vai dar tempo de falar disso tudo —, mas falta de iluminação, ventilação, falta de manutenção adequada, porta de cela abrindo para dentro de celas, superlotação, camas com gavetas, triliches e falta de manutenção é o básico da maioria do sistema penitenciário. Aspectos negativos dos pavilhões de celas, que normalmente a gente encontra aí. O que a gente percebe nessas visitas — e algumas nossas ainda têm — é que tem várias coisas, por exemplo: corredores de celas, com celas dos 2 lados. Dizem que para o pessoal de segurança é até um crime, para o pessoal que vai trabalhar ali, os agentes penitenciários. Visão parcial dos pátios. Os agentes não têm visão dos pátios, não têm a visão total dos pátios. Eles ficam impedidos de ver o que acontece, ou, senão, têm a visão, as celas dão visão para o controle — os presos vêem o que os agentes estão fazendo da própria



cela, não é nem do próprio pátio. Ou, senão, celas abrindo direto para os pátios, ou abrindo direto para as oficinas. Isso é outra coisa triste no sistema penitenciário, que quem não conhece olha, acha bonitinho, tranqüilo, mas para quem é encarregado de dar segurança lá, é um sofrimento, porque não consegue fazer a revista nas celas na hora em que quer. Tem que pedir uma força auxiliar, aí aumenta o custo, e vai complicando a vida de todo o mundo. Vamos adiantando. Isso aqui também são aspectos negativos que eu já vi. Tem lugar que não existe corpo da guarda. Tem uma que eu fui — não vou dizer o Estado — que a cozinha é numa guarita. a geladeira fica na escada — coisas absurdas que a gente vê por aí. Guaritas sem mictório e lavatório. O cara tem que ficar 4 horas ali, e onde é que ele vai urinar? Ele pega garrafinha PET ou joga lá em baixo ou urina ali. Quem circula pelos presídios, sente aquele cheiro, que ninguém agüenta trabalhar. Falta uma recepção e revista adequadas para as pessoas que vão adentrar no presídio, falta grupo gerador, entre outras coisas. Outra coisa que eu gostaria de falar: construção de penitenciárias aos moldes americanos. Meu Deus do Céu! Isso é uma das coisas que eu abomino. Por exemplo, tem uns Estados aí que eu vejo, que eu visitei, e aquilo ali seria para uma outra clientela, onde os presos de facções saem num salão tipo esse aqui, sei lá, 10 celas lá, 10 celas aqui, ainda de 2 andares, para facilitar, e os líderes das facções conversam ali. Não tenham dúvida de que aquela informação um dia vai sair para fora ou por algum desses que saem do sistema, ou pelo advogado, ou por onde for. A informação vai sair. Então, aqueles padrões americanos são muito bonitinhos. Quem não conhece olha lá, acha lindo, e tudo o mais, só que não servem para aquela população que imaginam ser. Isso, no meu ponto de vista e, acho, no ponto de vista de muita gente que trabalha no sistema. Aspectos negativos que eu vi em vizinhança: vizinhança colada no muro do presídio — isso é falta de uma política pública. Vias públicas junto às muralhas, falta de estacionamento para visitantes, para funcionário, falta de um heliponto para uma operação policial. Cadê? O helicóptero que vai dar um apoio não tem onde pousar. Então, ele não consegue ajudar numa ação ali. Falta de sinalização viária, falta de sinalização indicativa. Toda vez que um agente ou um policial fala com um visitante, num dia de visita em que eles já estão estressados de ficar ali no sol ou na chuva, já cria um atrito, e esse atrito é carregado lá para dentro. Aí, o visitante, a esposa do interno já se irrita, já



fala com o preso, o preso já se irrita com a administração, e vai virando uma bolinha de neve, só serve para ser o estopim das coisas. Também não vou perder muito tempo não aqui, porque senão vai atrasar todo mundo. Aqui, seria o Complexo Penitenciário da Papuda. Aqui está meio deslocado, seria o CIR, o CDP, a 3ª CPMInd, o CESAMI, e aqui seria o projeto que eu vou mostrar. Essa é uma foto do Google — uma foto antiga. Só tem essa penitenciária aqui. Hoje, na verdade, já temos 2. Aqui seria uma vista aérea onde eu tenho o CIR, Centro de Internamento e Reeducação, e o Centro de Detenção Provisória. Esse aqui é aquele modelo antigo — vamos ver mais na frente. Uma vista aérea do CDP, que são blocos separados. Esse aqui, eu quero que guardem bem essa estrutura na cabeça, porque lá na frente eu vou falar sobre isso aqui novamente. Aquela idéia de corredor central e derivando os blocos de um lado para o outro, penitenciárias de múltiplos andares. Quem olha assim pensa que é uma beleza. E olha que esse aqui temos quase zero de problema atualmente. Temos quase zero de problema porque adotamos várias medidas, que, com a gestão, ajudam bastante, mas vamos ver como um sistema desse aqui é caro, caro para o contribuinte principalmente. Aqui são as penitenciárias do Distrito Federal. Seriam 2 penitenciárias, uma área grande que a gente já urbanizou, estamos tentando, com a ajuda do Ministério da Justiça, com o DEPEN. O Maurício Kuehne nos ajudou bastante nisso aqui. Praticamente, quem é do ramo, sabe que 90% disso aqui foi feito com verbas do Ministério da Justiça. Quero aproveitar aqui só para os senhores verem o que é uma infra-estrutura. Um heliponto, um estacionamento para visitantes, um estacionamento para funcionário, uma penitenciária totalmente independente da outra. Mas, se houver algum problema numa penitenciária aqui, nada impede de alguns funcionários daqui se deslocarem para dar um apoio lá. É por isso que, quando uma vez me perguntaram se sou a favor ou contra complexo penitenciário, eu sou, desde que devidamente projetado. Se for igual àqueles outros 2 que os senhores viram: constrói um ali, aí constrói outro ali, sem o menor raciocínio, “faz um aqui, faz um aqui, faz outro ali”, eu realmente sou contra. Mas se se fizer alguma coisa estruturada, onde há visão da guarita, economiza-se funcionários aqui. Porque quando essas 2 penitenciárias estiverem prontas aqui, essa guarita, os senhores vão ver mais à frente, ela terá a visão dessa rua toda — e essa aqui também. Então, isso tudo é elevar o número de



segurança, reduzindo a quantidade de gente. Calçada para os visitantes chegarem aqui sem serem atropelados. Imaginem um dia de visita. Um agente penitenciário, um carro de polícia atropela um filho de um preso no dia da visita. Vai ter *Jornal Nacional*, eu não tenho dúvida. Aqui, outra visão mais de perto, onde nós temos os estacionamentos, recepção e revista, as ruas de acesso, administração, refeitório e cozinha de apoio e outras coisas, uma garagem para veículo, a subestação elétrica e a parte do presídio. Eu não mostrei na foto anterior, mas a caixa d'água fica aqui do lado de fora, que é fácil. Qualquer coisa, dá-se manutenção sem ter que entrar no presídio. Mas o grupo gerador é obrigado a ficar aqui, porque senão os cabos elétricos vão aumentando muito. Cada penitenciária... No nosso sistema, são 4 módulos: 3 nesse caso aqui são iguais. Esses 3 são iguais, esse aqui é para 240 presos, e esses outros são para 448, e esse é para 120. Ele é para 120 só porque na cela que seria para 1, não tem o beliche para ser 2. É a diferença desse para aquele lá. Tem cela com solário, onde os presos ficam totalmente isolados. Aí, sim, acho que seria o caso daquela população que usa nesses presídios americanos, que ficaria isolada e não teria comunicação. Mesmo assim, ainda teria um pátio, e eles poderiam vir em horários alternados, em dias alternados, para poderem fazer alguma atividade para também tornar a pena um pouco digna. Isso tudo surgiu em 1989, quando a engenharia da Secretaria de Segurança Pública fez um estudo de utilização de uma área, daquela área toda, de 500 por 500, que inicialmente era para 360 internos, quando eu cheguei lá. Comecei a pensar direito, sugeri ao Secretário, ele aceitou, aí passou a ser 3 penitenciárias, um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e um módulo de serviço. Seria: cozinha, manutenção de veículo, almoxarifado e tudo mais. Em 1988, o plano diretor foi revisto e passou para 4 penitenciárias e 1 módulo de saúde. A filosofia do projeto deveria ser o seguinte: deveriam ser seguras, funcionais e econômicas, penitenciárias independentes; deveriam ser modulares, para permitir a implantação gradativa; a alocação seria em função da finalidade e da edificação e do fluxo das pessoas. As medidas externas e a alocação privilegiariam o alinhamento das edificações, para facilitar as guaritas externas. Os módulos de vivência seriam independentes e concentrariam todas as atividades dos internos. Os projetos de módulos de vivência deveriam permitir vários tipos de celas, de acordo com a sua finalidade, sem perder a funcionalidade.



As finalidades poderiam ser: masculino, feminino, saúde, isolamento, coletivas, individuais, ala de tratamento psiquiátrico, centro de observação criminológica, para provisório ou sentenciados. O projeto deveria ser adaptado às novas exigências, mas sem perder suas características básicas. Porque isso aqui facilita o grupo de operações. Já pensou cada vez que ele tem que memorizar 15 presídios ou memorizar 4 blocos diferentes! É mais fácil ter todos eles mais ou menos padronizados porque facilita qualquer ação tática aqui do grupo da GPOE e um baixo custo de manutenção. *(Segue-se exibição de imagens.)* A próxima. Aqui são os parâmetros que influenciaram, vamos falar assim, a gente projetar aquela quantidade de coisa ali. Aquilo ali começou em 88. Para você ver, nós estamos em 2008, ainda nem chegamos na metade. Mas a demanda que a gente calculou, mais ou menos, na época, 30 anos. Tentamos respeitar no que podia o Código de Edificações do GDF e do livro do Ministério da Justiça. Não podemos desconhecer uma coisa que é problemática: tratamento de esgoto. A água, você leva, energia você leva, o esgoto, se você não tiver para onde levar, não adianta fazer fossa. Isso aqui é uma coisa que o pessoal esquece e quando vai ver, lá na frente, dá uma dor de cabeça... Vias de acesso e a distância por causa do transporte diário de funcionário, visitantes, comida, alimento, material e tudo o mais. Próximo. Então, o plano que a gente criou na época seria... O nome foi mudando, porque, aqui, na verdade, era penitenciária. Esse aqui é o nome do órgão que trabalha lá. Então, aqui é PDF. Como foi a primeira não criaram a PDF 1, aí ficou PDF. A PDF 2 que significa Penitenciária do Distrito Federal. Penitenciária do Distrito Federal 4 e a 3. Essa aqui vai ser a feminina com módulo de saúde; vão ser 3 femininas e 1 módulo de saúde. Essa aqui vai ser para os jovens e adultos, assim que o Ministério da Justiça continuar com a ajuda que sempre nos deu. Então, na área externa, na concepção tem que sempre lembrar da área de influência, que não é só aquela área ali. Acabou a cerca, já tem o vizinho. Quer dizer, quanto mais afastado ele estiver melhor. Não esquecer o acesso pavimentado para não estragar as viaturas. Porque têm lugares que a gente vai que dá até dó das viaturas, porque elas não vão agüentar mais do que 2 anos de jeito algum, por causa dos buracos. Calçada para os visitantes caminharem, pontos de ônibus, urbanização externa, estacionamento, estacionamento de visitantes. Tudo que eu já falei ali atrás estou repetindo aqui. O



que a gente considerou no nosso. Próximo. Aqui de novo: calçada de acesso, bem afastada da pista, o balão para permitir segurança ao contornar. Os senhores vêem que dessa guarita tem-se a visão até do outro lado. A caixa d'água do lado externo, como eu falei. A recepção, os acessos. O próximo. Uma visão mais interna. Isso aí foi num sábado de manhã. Aqui é o dia de visita durante a semana; por falta de funcionários. Então, placas indicativas, em vez de você ficar corrigindo as pessoas: *"não, pára aqui; pára na rua"* — e tudo o mais. Placa indicativa. Alambrado para evitar as crianças saírem de dentro de um carro e serem atropeladas aqui e o Estado gastar mais dinheiro. Faixa de pedestres, que, em Brasília, é respeitada. Do outro lado da pista, onde a gente vem para uma recepção e revista, a mesma coisa. O alambrado. Aqui tem, como se diz, estacionamento para funcionários. A próxima. Uma visão da cerca. Eu, hoje em dia, eu já não utilizaria essa cerca. Quando eu entrei lá no sistema falaram assim: *"Você vai ser o fiscal desse presídio para 360 presos. Se vira lá"*. Eu... Aí foram me deixando lá, e foram dando asa à cobra, não é? Então... Eu, hoje em dia, já não faria esse tipo de cerca. Eu usaria os alambrados, que usaria, com 1 metro de concreto aqui e 1 metro de concreto aqui no pé dessa outra cerca. Para você não tirar a visão de fora ou de dentro das próprias guaritas. Em alguns Estados preferem a muralha. Devem ter suas razões. Sempre com a via em volta, para que a gente possa fazer a segurança, fazer a vigilância. O próximo. As guaritas externas. O cara sobe protegido. Aqui dentro tem um mictório e um lavatório. Todas as guaritas nossas, internas e externas, todas. Aí, não só aqui, em todo o sistema. A próxima. Vou falar agora da área interna, que é a recepção de revista, administração, refeitório, garagem, subestação, grupo, 4 módulos de vivência, gramados, calçadas, cerca. Vamos lá! De novo. Só para vocês verem que a coisa é bem estruturada. Acho que já falei até demais disso aí. A gente pode ir para a próxima. Próxima. A recepção e revista. A gente adentrando ali e descendo. Eu descí pela outra. Eu devia ter descido por aquela para ficar mais fácil, mas esta aqui que estava funcionando. Eu descí aqui. Aqui é uma administração, vocês vêem que o módulo está aqui. A subestação elétrica em algumas penitenciárias ficariam lá fundo. A gente puxa ela para frente. Qualquer coisa, eu chego aqui, em caso de rebelião, desligo o disjuntor. Vocês vão ver que eu ainda consigo cortar a água para diminuir o prazo de negociação. Isso é uma vista ao



contrário. Aqui, a parte de refeitório e cozinha e a parte administrativa. Lá, seria o acesso do veículo, que é único, é a recepção e revista. Próximo. Vocês vêem que é sempre limpo. O alambrado, mesmo aqui, na beira, fica a meio metro da grama. Para quem não sabe, é para a grama não subir ali. Senão é manutenção o resto da vida. E haja funcionário. Próximo. Isso aqui é a vista de uma guarita. Olhem como a pessoa tem a... Por poucos. Ainda consegue ver parte do pátio interno. E de uma guarita ainda consegue ver as guaritas dos pátios. Aqui não aparece na foto, mas aqui, assim, teria uma guarita desse pátio e aqui teria uma outra guarita. Então, isso aí facilita muito a segurança. Próximo. É a vista ao contrário. A próxima. Você chegando ao final. Próxima. Um acesso a um bloco, que nós vamos nos deter mais nele, agora. Se eu fechar esse registro aqui, eu corto a água total do prédio. Não tem caixa-d'água nos módulos, que é o que alguns têm. Com isso, qualquer rebelião, eles ainda conseguem ficar ali 24 horas, 72 horas, 1 semana. Aqui não. Aqui a gente corta a energia elétrica lá; corta a água aqui. Porque aí já reduz. Outra coisa que a gente vê nas outras penitenciárias: 40 litros d'água em cada célula. Pelo amor de Deus! Se tiver uma rebelião ali, dura sei lá quantos dias. Próxima. Pode ir para a próxima. Mais uma. Então, aqui é a vista de uma recepção e revista. A pessoa atravessa a rua, vem para a essa área, porque isso aqui é cheio de criança. Para quem costuma visitar já sabe que a mãe, ou a mulher e os filhos. Se fosse o masculino, seria totalmente diferente. Mas vamos lá! Próxima. O acesso das viaturas, com fosso em altura razoável para passar o caminhão do Bombeiros. A próxima. Aqui seria o acesso no dia-a-dia. Aqui é tudo Blindex. No acesso no dia-a-dia, é espelhado para o lado de fora. Você vê, aqui, que lá dentro tem um sistema de grades, proteção e tudo o mais. Aqui teria uma sala do advogado, hoje. Isso aqui é nova. Na antiga não tinha. Nós criamos uma sala para, enquanto o preso é separado, o advogado aguardar aí. Parece que vão botar uma mesinha, um computador para fazer algum pedido. Próxima. Aqui são os bancos para aguardarem. Porque nos outros Estados as pessoas ficam no sol ou na chuva. Por isso que eu digo: se você não der conforto para os visitantes, ele quando for passar na revista ele já está estressado. Ainda passa lá, ainda é humilhado e tudo o mais. Quando ele chega lá dentro só vai reclamar e só vai piorar o ânimo das pessoas. Pode ser a próxima. Esta foto é desta área aqui. Aqui estão os computadores. Aqui



tem 2 pias de apoio dessa aqui para quem vem com criança e tudo o mais. Isso tudo para quê? Os visitantes baixarem o nível de tensão, saberem que estão sendo — vamos falar assim — tratados da melhor maneira possível. Isso não é um aeroporto, mas também não é uma rodoviária. Próximo. Os banheiros. Logicamente o feminino tem bastante. E isso aqui não é só porque é novo. Mas isso aqui, o padrão lá dura bastante tempo. Desse jeito. Porque fica uma pessoa da limpeza, cuidando disso aqui e controlando. Próxima. Isso aqui é uma área atrás da recepção e revista. Se eu tiver que tirar a população ou os visitantes de um pátio, eu tenho que passar eles aqui e sair com eles devagar, para controlar para não sair alguém no lugar de alguém. Não é? Então, tem que ter uma área de contenção para dar tempo de sair. Essa é uma área gradeada. Eu entro e fico retido até que eu possa sair. Aqui seria, depois da revista lá, onde ele pega a encomenda que ele leva para dentro. E aqui é a saída, depois de ele revistado. Eu não tirei a foto aqui porque estava fechado, mas tem um balcão onde a pessoa chega, faz a revista dela ou via raio X ou manualmente. Aí a mercadoria dela passa para cá e ela entra em outro lugar para ser revistada. Depois de ser revistada, ela volta aqui, pega e leva a encomenda lá para o preso. Que é a tal da COBAL, que a gente chama aqui. Próxima. Aqui é a administração. O que tem? Um auditório bom, salas de direção com sanitários, administrativa, copa, banheiro central, *hall*. Pode ir para o próximo. Aqui seria de uma penitenciária, e aqui de outra. Próximo. A parte do refeitório, a cozinha de apoio, o refeitório e a administração. Eu digo que essas construções nossas são bem espartanas. Quem for lá vai perceber. Próximo. Isso é uma garagenzinha. Depois, quando eu fiz isso, isso aqui deu uma humanizada. É engraçado. Sem isso, você olhava lá, aquela coisa árida. Só de botar essa sombrinha lá para os carros não ficarem estacionados de qualquer jeito, já dá outra organização para quem chega. Próximo. É uma outra garagem da outra, que facilita a manutenção preventiva. Para mim, toda penitenciária deveria ter uma subestação com um grupo gerador. Se faltar energia elétrica... É tudo o que eles querem. Próxima. É uma casinha dessa aí. Próxima. Agora que eu vou falar do que é o presídio propriamente dito. São os módulos de vivência. Cada penitenciária tem 4 delas. Cada módulo tem 4 alas, 2 pátios de cobertura com banco sanitário, 2 cantinas pequenas — como vocês vão ver —, 2 controles de área, 1 controle central, 2 salões para oficina, 2



salões para atividade múltipla, 2 áreas de encontros íntimos, 2 celas de transferência, 2 salas de advogado, 1 de oitiva, 1 consultório, 1 alojamento masculino e 1 feminino, 1 guarita superior, quadro elétrico automatizado. As principais portas são comandadas eletricamente. E as marquises de acesso. Próximo. São detalhes construtivos. Não vou nem entrar nisso aqui agora, senão vai entediar todo mundo aí. Vamos passar para a próxima. Isso aqui é só para dizer que todas as paredes nossas lá não têm... Tijolos só tem, vamos falar assim, um trechinho para fazer o fechamento da cobertura acima da laje. Mas todas lá... São duas malhas. Se der para perceber que são 2 malhas. Está certo? As paredes externas são de 15 e as internas são de 12 centímetros. O piso varia de 10 a 15 centímetros de espessura. A laje é de 10. Vocês vêem que isso aqui são os espaçadores. Toda construção é assim, e vocês vão ver que o custo não é caro. A próxima. Os módulos. Vou fazer o seguinte: vou passar para a próxima, que eu vou dizer mais ou menos aquilo ali. O módulo de vivência, aquela porta que vocês viram lá, que eu mostrei do controle da água. O módulo é o seguinte. É como se aqui passasse um eixo. Este lado é simétrico a esse, praticamente. Os presos — não sei se dá para perceber aí — só andam nessa faixa azul, que são os corredores. Esse modelo que está aqui são celas de 8, mas eu poderia ter esse corredor mais um pouco para cá, abria para um lado e abria para outro. Aí teria celas viradas para lá e celas viradas para cá, mas nunca as 2 celas viradas para o mesmo corredor. Bom, vou falar, mais ou menos, aqui, da rotina. Os presos que estão nessa ala não vêm essa ala, porque tem um pátio aqui, que é fechado. Seis metros e meio de altura esse muro. Os presos do lado de cá não vêm o lado de cá. Se numa penitenciária eu tenho 4 módulos, eu tenho 8 pátios. Se eu tenho 8 pátios, eu tenho 16 alas. Isso facilita a administração separar os presos da melhor maneira possível, da forma mais segura, da forma mais conveniente e, se fosse no bloco, naqueles que eu mostrei, que tem o *solarium*, separar mais ainda essas pessoas. Então, aqui, eu tenho o corredor central, por onde entram os agentes. Essa aqui é uma área franqueada aos agentes, por onde eles andam com tranquilidade. Os presos que saiam da última cela, ou da primeira, ou o que for, passam por esse controle aqui. Aqui não dá para aparecer, mas é que eu tenho uma série de grades e portas que são comandadas daqui. Essa pessoa daqui tem a visão completa do pátio, tem a



visão completa de todo mundo que sai das alas, tem a visão completa do acesso à oficina, do acesso ao encontro íntimo, do acesso à antessala do advogado. Então, com isso, num posto só desses, você consegue controlar muita gente. Você começa a economizar em pessoas, que vocês vão ver que é o caro do sistema. Os presos circulam aqui ou vêm para a oficina. No dia de visita ele sai do pátio. Ele vem para cá. Se for o caso, vem para um encontro íntimo e volta. Nos casos de uma oitiva, aí sim, eles viriam para cá para fazer uma oitiva ou para o consultório, do outro lado.

O advogado que passa lá por toda aquela recepção e revista, ao adentrar, só vem até aqui. Ou ele vem para o lado de cá, se o preso dele estiver do lado de cá, ou ele vem para o lado cá, se o preso dele estiver do lado de cá. Mais na frente vou mostrar uma foto daqui para vocês terem uma noção melhor. Aqui é o alojamento masculino ou feminino ou feminino e masculino, de acordo com a demanda lá. Esse controle controla o acesso dessas portas aqui. Tem 1, tem uma outra intermediária aqui no meio, aliás — desculpa —, outra aqui, outra aqui, e comanda o acesso à cantina de um lado, à cantina do outro ou àquela guarita superior. Ele fica protegido atrás de uma grade, ele está no centro, ele consegue perceber quase tudo o que acontece à sua volta, na medida do possível. Por exemplo, se algum agente for pego aqui de refém, esse agente aqui não vai liberar a porta, senão ele é o próximo a ser refém. E se por acaso acontecer essa besteira, esse outro vai ser o próximo. No local onde a gente costuma abrir, apertar os botões das portas está o botão da emergência. Aí é questão de opção dele. Se ele optar pela emergência, no nosso caso aqui, em dois minutos e meio vocês já estão lá dentro, não é? É o tempo padrão da Secretaria do DF. Então, é a chance que os caras têm de fazer uma coisa. E outra coisa: se eles saírem aqui para fora, vocês vêem que eles saem para uma rua. Eles ficam meio perdidos, porque a pessoa sai de um lugar, ele vai cair no espaço, mas ele sabe que está cercado por várias guaritas. Então, eles já sabem que ali não tem muita rota de fuga, vamos falar assim, a gente está diminuindo a chance para o azar. O sim é o descuido do não. Então, qualquer vacilo que possa acontecer lá dentro, a estrutura física tem que dar condições para minimizar essas coisas todas aí. O que mais eu falaria aqui? Os pátios, onde eles praticamente passam o dia, pátio coberto. Tem os sanitários masculinos e femininos nos dias de visita. No dia normal é tudo direto. Vocês vão ver aqui. Depois, eu farei alguns



comentários. A cantina aqui é aquela cantina básica. O cara vende pilha, um sanduíche, um ovo frito e tudo o mais. Aí, já vou adiantar aqui, que em algumas penitenciárias tem aquele problema do superfaturamento. A contabilidade das cantinas, vamos falar assim, essas contas eram da administração e ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nathaniel, 3 minutos para concluir.

O SR. NATHANIEL PEREGRINO - ... aprovado pelo Ministério Público. Vamos passar para a frente. Aí, eu tenho cela de 1 vaga, de 8 vagas. Manda ver, porque senão não vai dar tempo. A vista da galeria de celas. Outra. Essa tranca é sempre com mola e essa no ferrolho. Essa com mola é o seguinte: bateu a porta, trancou. Segurança para o agente. A próxima. A vista interna de uma cela para 8. A outra foto. A vista para fora. Outra. Sanitário; a água. Próxima. Para deficiente. Próxima. A cela individual. Aqui, se fosse para 2, teria uma outra laje. Próxima. Um *solarium*. A máquina não dá ângulo para mostrar direito aqui. Próxima. O corredor de acesso; aquele controle central, que falei, onde o cara fica; a primeira porta, a segunda e a terceira. A próxima. Ao contrário, a porta de saída. A outra que vai lá para cima da guarita. Vamos lá. O controle que eu falo que é das portas comandadas eletricamente, são as principais, as portas de cela são manuais. A próxima. O local para eles fazerem o lanche deles. A próxima. O quadro elétrico. O tamanho do espaço da cantina. A próxima. O controle de acesso ao pátio. Vocês vêem que levam alguns degrauzinhos para que a gente possa ver os presos de cima. Nunca no mesmo alinhamento deles, para facilitar a segurança. É daqui que se controlam aquelas portas de que falei. São 2 salas, celas de espera, para fazer o intercâmbio dos presos. Próxima. A vista do outro lado. A próxima, a próxima, a próxima. Também são as grades de controle. Próxima. Aqui, é como se tivesse 2 tipos de celas: a cela aqui e a cela do fundo. Próxima. A vista de um pátio. Os pilares são redondos até uma altura. Dali para lá são triangulares para dificultar a escalada. A próxima. Concertina. A próxima. A vista da guarita para o pátio. Você vê que tem uma visão total aqui. E a Concertina. De lá também tem uma visão total do pátio. A próxima. Um policial civil, acompanhando um agente penitenciário, porque em Brasília, ele também é policial civil. Sempre um lavatório e um mictório. A próxima. Uma vista parcial do pátio e a vista que ele tem, que seria para fora. A



próxima. Sala do advogado. Aqui tem um policarbonato, que não aparece na foto. Próxima. A oficina. O acesso de lá, que ele controla essa porta. Aqui é a oficina. Próxima. Uma sala de oficina, dá uns 300 metros quadrados. A outra lá dá uns 250. A próxima. Bem ventilada. Então, vamos fazer — mais à frente — jovens e adultos, penitenciária feminina e o módulo de saúde. A próxima. Isso tudo aqui... Vamos pular isso aqui porque senão não vai dar tempo. Onde eu quero chegar. Uma penitenciária feminina, o orçamento que a gente encaminhou para o DEPEN: 36 milhões; 26 mil e 700 por vaga. Preço cheio. Ainda falta a licitação que sempre baixa. E 1.100 o metro quadrado da construção nesse padrão que vocês viram aí. Tudo em concreto. A próxima. Onde eu quero é comparação de custo. Vou comparar o custo funcional desse aqui, operacional, com o custo de uma dessas, só para vocês terem uma noção. Vamos para a próxima. Aqui, quantidade de vagas de um e quantidade de vagas de outro: 588 contra 1.548. Tenho 161 funcionários contra 193 funcionários. Se for por questões de vagas, 3,6 vagas para um funcionário. Aqui são 8,4. Dá 2 vezes... Dá 1,7 vezes a mais. A próxima. Eu não estou fazendo conta com os cargos de comissão; as contas que vou fazer mais à frente. Só estou considerando pessoal de expediente, auxiliar e plantão. Esses dados são do final do ano passado. A próxima. Ou seja, em questões de vagas, 3 CIR desses aqui, 2 ... E 70% de um equivale a um desses aqui em questão de vagas. Aí, vocês vão ver o que acontece mais à frente. Próxima. Se eu multiplicar isso tudo aqui vezes 2,7 vai dar esse número. Comparado com a outra, eu tenho uma diferença de 241 funcionários para a mesma capacidade. A próxima. Em casa, resolvi fazer umas continhas aqui. Duzentos e quarenta e um funcionários a 1.800 — mais ou menos o salário, que eu chutei lá — com mais 45% de encargos sociais daria 2.610 do salário do agente. Teria um custo mensal de 628, que daria 7 milhões e 500 no ano de custo se eu fosse fazer 3 prédios daqueles, 3 penitenciárias do CIR contra uma da PDF. Eu ia gastar 7 milhões e 500 a mais por ano por preso. Comparado com o custo daquela penitenciária feminina, que é de 36 milhões mais ou menos, em 4,8 anos eu pagaria essa diferença. O custo, se eu fosse fazer 3 daquelas, provavelmente, ia ser isso aqui ou um pouquinho mais ainda. Então, vocês vêem que a arquitetura pode economizar e salvar o contribuinte, como vocês vão ver. A próxima. Por acaso eu acessei a Internet e vi lá o número de uma matéria



recente que teve com o Dr. Maurício (*ininteligível*). Estava lá: 275 mil internos. Aí, eu resolvi fazer as mesmas contas. Se eu fosse usar aquele presídio antigo, eu ia precisar de 468 presídios antigos contra 173. Se fôssemos, não é, porque cadê o dinheiro! O custo anual pelo presídio, do antigo, eu gastaria 6 milhões, do outro... Ah, esses 2 aqui, eu já incluí o custo da construção, considerei 30 anos e achei a média. Por isso que dá isso aqui: 7 milhões e não aqueles 7 e meio. O custo anual total, se eu for multiplicar isso aqui: 6 milhões x 468 seria 2 bilhões e 900 contra o custo do outro, 1 bilhão, 250. Com esta solução, com esse tipo de projeto, desde que, eu digo, devidamente estruturado, bem pensado, seguro. Não aquelas portas abrindo direto para o pátio e outras coisas mais que a gente vê pelo Brasil aí, tipo — vocês viram naquela filmagem — um coliseu. Cheguei a um ali e falei: “*Cheguei ao coliseu. Cadê os leões?*” Só faltava isso lá. Com essa solução, a gente economizaria 1 bilhão e 600 milhões. Em 4 anos, eu faria 173, só com essa economia aqui. Os 3 minutos aí, eu acho que era isso que tinha a falar. A próxima. Então, estabelecimentos penais com pouca capacidade é muito oneroso para o contribuinte, porque ele é quem paga essa conta. Em 30 anos, o custo da obra representa menos do que 15% do custo do sistema. Se continuarmos a fazer estabelecimentos com baixa capacidade, os Estados não vão suportar, vão superlotar de novo, e a Lei de Responsabilidade Fiscal vai ficar mais difícil de aplicar, por causa do inchaço da máquina. Mais funcionário e fica naquele limite, aí aumenta funcionário e baixa o salário para ficar ali dentro... Então, é melhor fazer as coisas mais eficientes e pelo menos tentar dar um salário mais digno para os agentes, porque a vida ali é difícil. Logo, devemos repensar os modelos arquitetônicos e a capacidade de vaga para o sistema. É o pedido que eu faço ao Ministério de Justiça, apesar de eles terem sempre atendido aqui. Mas eu digo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos...

O SR. NATHANIEL PEREGRINO - Só a próxima aqui. Amanhã, quem tiver interessado numa visita lá, na Papuda, conhecer o presídio que a gente acabou de falar aqui, só tem de deixar o nome na listinha. O horário de concentração aqui, 9 horas, na entrada do Anexo II. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Nathaniel Peregrino, que é engenheiro civil, por ministrar para nós essa explanação tão importante.

Nós vamos convidar, neste momento, o Dr. Luiz Mauro Albuquerque, que vai falar sobre as operações especiais no DF, vai fazer uma exposição sobre o trabalho feito por esse grupo, o DPOE, a serviço também do sistema penitenciário.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, só uma informação sobre eventuais questionamentos. Por exemplo, sobre essa explanação, vai depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos fazer de 2 em 2 para adiantar o...

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Mauro com a palavra.

O SR. LUIZ MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO - Boa-tarde à Mesa, boa-tarde a todos os presentes, nós vamos falar aqui sobre as técnicas que usamos, que, na realidade, é um associado de técnicas e técnicas próprias direcionadas para sistema penitenciário. Somos solidários a esta CPI, temos honra de estar aqui, justamente porque esperamos não só mostrar os problemas, mas, sim, soluções. Eu ouvi dizer aqui que não sabe se vai vencer. Se quiser, vence. Não é difícil. Dá trabalho e tem que ter vontade política. Então, a gente vai mostrar isso aqui. E desafio aqui, como já desafiei na outra vez: entregue qualquer cadeia, entregue efetivo e deixe treinar, vê se realmente vai perder essa cadeia de novo para os internos. E a gente não pode ser omissos. O Estado tem que assumir suas responsabilidades. Faz parte assumir responsabilidades. Têm coisas que são inegociáveis. Não existe acordo com preso, existe a lei, e a lei nossa é boa para se trabalhar. Deve ser aplicada. Realmente, aqui, o que o preso sofre no sistema, o agente sofre muito mais nessas condições desumanas. E a gente procura trabalhar em 3 pontos aqui, que nós vamos mostrar para os senhores. Nossa unidade é uma unidade tática, responsável pelo Sistema Penitenciário de Brasília, pela segurança, pela parte de intervenção, pela parte de recaptura de foragidos e escolta de presos da Justiça. Para se ter uma idéia de volume, nós temos cerca de 8 mil internos no



DF. O ano passado nós fizemos 26 mil escoltas, sem nenhuma tentativa de fuga, porque nós temos procedimentos que funcionam. As nossas intervenções — há mais de 7 anos não há uma rebelião. Vocês vão vendo mais na frente, foi interessante a estadia no Rio de Janeiro. Quando a gente começou a passar esse associado de técnicas, os agentes falavam: *“Aqui é Rio de Janeiro. Não funciona. Quando a gente entra dentro de uma penitenciária, a gente encontra várias armas de fogo, até fuzil”*. Eu falei: *“A técnica funciona em qualquer lugar, desde que bem aplicada e treinada”*. E disse mais: *“Só lamento, só lamento não acontecer nada real para a gente colocar a técnica em prática”*. Outro dia eu recebi um documento falando que foi o batismo de fogo dele e me chamaram de pára-raios, porque nós enfrentamos 3 rebeliões seguidas. Todas as 3, nós conseguimos resolver com sucesso. Para se ter uma idéia, nós enfrentamos uma rebelião em Hélio Gomes — 1.100 presos, era a quantidade de internos. Nós retomamos a cadeia. Cinco reféns agentes. Nós retomamos a cadeia com 22 agentes: 11 por baixo, 11 por cima e o apoio da aeronave da Polícia Civil de lá. Então, o que acontece? Técnica, equipamento, treinamento, valorização do servidor. Engano de quem pensa que agente penitenciário é só para abrir e fechar cadeado. Não é! Muito engano. São os servidores públicos mais valorizados no Brasil. No entanto, muitos Estados não têm nem efetivo, qualquer um pode trabalhar. Como é que todas as polícias vão fazer um trabalho que às vezes dura anos, prende-se e joga-se na mão de pessoas comuns para tomar conta, que muitas vezes não têm nem condições de se defender, não têm porte de arma, não têm a legalidade do lado deles! Isso é covardia, colocar pessoas para arriscar a vida sem dar condições. Isso é covardia! Muito excesso cometido é falta de capacidade técnica, porque quando você não tem confiança no que você faz, você se excede. Aquele cidadão que estava tentando ser algemado lá, como é que eu vou prendê-lo se eu não tiver um conhecimento técnico profissional? Vou pegar um bastão e vou usar como porrete, porque se eu não der uma nele bem dada, ele vai me tomar e me dar uma surra. Mas quando eu consigo controlar e saber que com esse bastão eu posso mobilizar qualquer ser humano, aí, sim, eu estou preparado para me colocar em situações difíceis; aí, sim, eu estou preparado para poder trabalhar com alto risco. Mas o que se faz hoje? Preferem trocar os agentes do que capacitá-los. Não é só agente penitenciário não; o agente



de segurança. Se eu fiz uma cagada, eu vou embora, respondo. É mais fácil eu arrumar culpados do que assumir a culpa. E treinar tem jeito. Por gentileza. (*Segue-se exibição de imagem.*) Nossa unidade foi criada em 2000. Tínhamos vários problemas no nosso sistema. Tudo o que acontece no Brasil já aconteceu no nosso sistema. Com isso nós trabalhamos duro para poder capacitar, porque nós éramos poucos para cuidar de muitos. Havia várias falhas no procedimento. Nós ficamos num ponto estratégico. Por isso que é importante a questão da estrutura. Complexos penitenciários são importantes, mas bem estruturados, como disse o Nathaniel, pensados. Não é só construir qualquer tipo de construção e colocar preso dentro, não. Hoje em dia, nosso sistema funciona, porque os engenheiros da Secretaria vão perguntar ao agente o que funciona na estrutura e o que não funciona, o que pode ser melhorado. Adianta, adianta. As nossas atividades: escoltas de presos, promover a segurança do complexo penitenciário, investigação e recaptura de foragido, contenção e intervenção em ambiente carcerário, escoltas de autoridades nas dependências prisionais, elaboração e planejamentos de procedimentos de segurança para estabelecimentos profissionais, treinamentos e capacitação dos agentes. Nosso time não é só um time tático. Nosso time tem a capacidade de chegar em qualquer situação, ou seja, em qualquer cadeia, acompanhar uma rotina e adotar procedimentos de segurança na rotina diária, ou seja, na parte preventiva. Então, a gente trabalha em 3 pontos: 1) valorização do servidor; 2) procedimento, e 3) estrutura física. Mas os mais importantes são o 1 e o 2. Quando nós temos o 3 aliado, fica fácil de trabalhar. O.k. Para a gente é fácil trabalhar dentro do nosso sistema penitenciário, porque ele é disciplinado. Não está no ideal, porque falta efetivo, mas é fácil, porque ele é disciplinado. A gente não consegue nada dentro de um sistema penitenciário. Não adianta investir em ressocialização se eu não tenho condições para implantar. E para implantar ressocialização eu tenho que, primeiro, disciplinar o que já faz parte de uma socialização. Então, é importante que a gente trabalhe nessa parte: disciplinar sistemas; não fazer acordos com presos; usar a lei; dar o que é de direito e cobrar o que é de dever. Para não acontecer o que a gente viu naquelas imagens: verdadeiros amontoados de gente. Então, a gente tem que trabalhar em cima disso. E não é difícil! Falta vontade política. Próxima. Poder de resposta. O Estado tem que ter o poder de resposta, ou seja, de imediato. Têm



coisas que são inegociáveis. E quem mais perde dentro do sistema são os próprios internos quando a gente não assume a nossa responsabilidade. E isso é poder de resposta, poder de você resolver o problema o mais rápido possível, porque quem trabalha em sistema penitenciário sabe que se você não resolver em 5 a 10 minutos você perde a cadeia. Depois é melhor chamar os bombeiros para poder apagar o fogo. Em uma estrutura é gasto reformar cadeias, é investimento construir cadeias. E a gente vê muitas vezes aí gastando 50, 100 milhões só para reformar cadeias em situações de emergência. Isso é ruim. É gasto. Próxima. A nossa filosofia de trabalho: legalidade. A lei é plena. Trabalha-se tranquilo com ela dentro do sistema penitenciário. Uso da força escalonada e moderada, ou seja, somente a força necessária para conter o agressor, ou seja, para resolver a situação. Quando a gente se torna profissional e capacitado, usar além da força necessária é covardia. Qualquer idiota faz. Profissional resolve os problemas e garante a segurança e a integridade física e psicológica do interno. Isso é importante. Nós trabalhamos cirurgicamente, ou seja, nós entramos num sistema para resolver os problemas, não para gerar outro problema. E os internos sabem disso. A gente tem que trabalhar, porque a gente sabe que a massa carcerária, 70%, não quer um confronto, não quer arrumar mais problema dentro da cadeia; 20% é aquele que vai na pilha, ou seja, vai na cabeça dos outros: *“Não vamos fazer”*. *“Vamos fazer.”*; e 10%, até menos disso, é a liderança negativa. Então, nós temos que bater com isso. Então, é uma engrenagem. Não é só o time tático. Tem que funcionar tudo. Não adianta eu ter um time tático bom se eu não tenho um procedimento rotineiro dentro da cadeia que seja excelente, ou senão meu time tático não funciona. Não adianta apertar o alarme depois de 5 dias que a pessoa fugiu. Para se ter uma idéia, nós conseguimos adentrar uma penitenciária com 12 agentes e tomar um pátio com 300 presos em 2 minutos e meio, lá dentro, controlado, a partir do toque do alarme. Com isso nós ganhamos o quê? Dificilmente a gente perde um interno numa briga de pátio. Dificilmente! Mas muita gente pensa: *“Ah! salvar a vida de um interno?”* É importante, porque se eu não consigo dar proteção, garantia de segurança para o interno, eu estou gerando soldado do crime, ou seja, se eu falar: *“Você, interno, vá fazer.”* Você vai fazer. Por quê? Porque o Estado não consegue dar segurança, o Estado não consegue ser o tutor do interno. Então, é importante que a gente



trabalhe isso. Com isso eu começo o quê? A desarticular o crime organizado dentro das penitenciárias, porque o interno tem o opcional de estar ali ou não estar. Então, eu consigo oferecer uma segurança para ele. Então, é importante para isso. E o que acontece? Quando eu tenho um poder de resposta, diminui-se o contato, ou seja, as ocorrências graves dentro do sistema. Quando eu tenho procedimento aliado, se estiverem acontecendo algumas crises, elas são crises setoriais, eu não vou perder a penitenciária toda. Um exemplo prático — e foi vivenciado aqui, pela Comissão, quando foi ao PDF: nós levamos ele no melhor bloco que nós tínhamos, mas com os mais indisciplinados. No entanto, quando eles chegaram lá, escolheram 4 para poder tirar, e os internos tinham que se afastar para poder retirar os 4 para serem ouvidos. Eles desafiaram a segurança. Por quê? Porque eles tinham uma comissão da CPI lá. Então, o que foi feito? Foi determinada, ou seja, a voz de comando, e eles hesitaram, não quiseram recuar. Eu falei: *“Tudo bem, vocês não vão recuar? Atenção, meu time tático, prepara para invadir!”* E eles recuaram e se posicionaram, como se faz no procedimento, e foram tirados, e nós não tivemos mais nenhum problema lá. Por quê? Porque nós estávamos preparados para agir. E eles sabem disso. E quantos agentes eu tinha lá? Uns 8 ou 9 agentes. Quantos tinham no pátio? Mais de 300. Então, eu tenho que estar preparado. Então, eu não vou negociar uma coisa que é procedimento. Então, a gente trabalha nisso — adianta, por favor —: investir e valorizar o servidor. Não tem outra forma, não tem outro caminho. O resto é brincar de fazer segurança. Muita gente fala: *“Não, você vai treinar um agente, ele vai ficar policialesco”*. Não, ele vai estar preparado. Engano de quem pensa que agente penitenciário é ressocializador. Em lugar nenhum do mundo ele é ressocializador. Ele é responsável pela tutela do interno e é responsável pela segurança, ou seja, preparar o ambiente para que as instituições responsáveis possam fazer um bom trabalho. Aí, sim, você tem oportunidade, porque, se você não der segurança, lá naquele item atrás, segurança para o interno, ele não vai conseguir estar numa sala de aula tranquilo. Nós nunca tivemos — temos 50 salas de aula dentro do sistema —, nós nunca tivemos uma ocorrência com um professor, porque nós oferecemos segurança para ele. E estamos longe do ideal. Nosso sistema é muito bom em segurança, falta investimento na ressocialização. E ressocializar é ensinar alguma coisa para o interno, ou seja, é ser pedreiro, é ser



pintor, porque, quando ele sair, ele não vai precisar depender de uma empresa para contratar, porque há uma concorrência muito grande de mão-de-obra. Ainda brincam: *“Não, vamos contratar um penitenciário, um ex-detento”*. Por favor! Então, a gente tem que ensinar, pelo menos dar condições para ele ser alguém na vida. E isso tem condições de fazer, mas falta investimento. O Estado gasta muito mais reformando penitenciária do que realmente suprindo as necessidades. Pelo que eu fiquei sabendo da CPI aqui, não é caro para o Estado brasileiro suprir as necessidades de vaga. Cinco bilhões não é caro. Gasta-se muito mais. Não é caro resolver vaga, só que o investimento é mínimo. Investimento para servidor é mínimo. Aí você constrói um prédio de 36 milhões, e perde ele no outro dia, porque você não tem um procedimento. Próxima. Isso aqui são as conseqüências de uma rebelião: destruição material, prejuízo para o Estado. Próximo. O pior: perda de vidas, perda de vidas. E têm outras coisas piores que acontecem com o ser humano. Perda de vidas. Aqui são internos. Fiquei sabendo aqui na CPI, da outra vez que eu vim, que, em 4 Estados, 110 agente morreram! Cento e dez agentes! Fiquei sabendo aqui na CPI que morrem muito mais internos dentro da cadeia do que a pena de morte na China. A última vez que eu fiquei sabendo, eram 10 mil por ano! É um absurdo, é inaceitável a gente brincar de manter a pessoa presa. E o pior: coloca-se naquelas condições e não consegue isolar ele da população, porque diariamente há assaltos, extorsão por telefone. Ele manda matar diretores porque não consegue isolar. Vários diretores já morreram porque não existe um procedimento padrão. Porque o que acontece? Se é o Deputado que é diretor, é ele quem está dando problema. Então, vamos eliminar. Se existisse procedimento, não adiantava eliminá-lo, porque ia entrar outro e ter o mesmo procedimento. E quando a gente tem procedimento, a gente consegue identificar onde está acertando e onde está errando. Não é o diretor, não sou eu, Mauro, agora que quero fazer desse jeito. Não. Eu vou ter até meu estilo de trabalho, mas é o procedimento padrão que existe ali. E procedimento é segurança. Próxima. Outra pessoa que a gente perde, às vezes, não a vida, mas estraga-se para sempre o agente. Quanto mais tempo ele fica como refém numa rebelião, dificilmente você vai recuperar ele para o trabalho. Muitas vezes você não consegue recuperá-lo para a família e, muitas das vezes, com o passar dos anos, ele dá um tiro na cabeça porque não agüenta, porque não tem proteção. Nossa



situação é valorizar o ser humano, tanto o servidor como o interno. Quando a gente quer reeducar, a gente tem de mudar os valores. Eu não posso, eu não posso colocar uma penitenciária com os mesmos valores que o interno tem lá fora. Eu pensei que era só a gente que gastava dinheiro do bolso para trabalhar e tentar fazer alguma coisa. Eu vejo que não é só privilégio nosso, os Deputados também sentiram isso na pele. No nosso começo, muitas das vezes, o equipamento todo era comprado pela gente. Treinamento. Esse é um treinamento que nós fizemos de resgate de refém, que nós temos de estar preparados para todas as situações. Muita gente confunde o uso da força com violência, e está muito distante disso. Você vai usar o necessário. Cada situação dessa, cada equipamento é usado na sua devida hora e local. Então, a gente tem de saber, igual o colega americano falou: *“Tenho que usar na medida certa; tenho que usar na medida certa”*. Até para uma possível conseqüência, ela ser o quê? Justificável. Treinamento. Hoje, o BOPE, quando eu tenho um curso de PATAMO, eles vão fazer um treinamento com a gente de 3 dias para conhecer as nossas técnicas, para poder usar, que nossas técnicas são diferenciadas. Próxima. O GIT, do Rio de Janeiro, o COPE, de Minas, a Polícia Federal quando foi... iam assumir um pavilhão de segurança máxima, que ia ser a primeira federal antes das penitenciárias federais, em Cuiabá, estava reformado. Quando trouxeram as imagens para a gente, nós falamos: *“Aqui não segura ninguém”*. Os internos, sabendo que ia ter um regime duro lá, o que é que aconteceu? Pegou-se, derrubou-se a parede que separava da penitenciária lá, que era de tijolo, e destruiu-se antes de inaugurar. Ainda bem! A intervenção tática. Para ter uma idéia, assim, do que é que a gente fala, o Rio de Janeiro chegou a ter 23 rebeliões por ano! Quando o primeiro time deles veio treinar com a gente, teve uma rebelião em Benfica, morreram 34 internos e 1 agente penitenciário. A rebelião acabou, que, depois que acabou a matança, os internos falaram: *“Toma a sua cadeia de volta”*. E o Estado assistindo à barbárie! Por quê? Porque é mais fácil para as autoridades ficar em cima do muro. Para que assumir risco? Para que é que eu vou ter que responder depois? Então, nós temos, como Estado, nós temos a responsabilidade, nós não temos muitas opções, nós temos que resolver os problemas e assumir os riscos. Essa aqui, nós estivemos em Portugal, em janeiro agora, treinando o time tático de lá que atende a todo o País. Foi muito interessante



a experiência, porque o que é que eles me falavam lá? *“Nossa, a gente só ouvia falar de coisa ruim do Brasil! Eu nunca imaginei que vocês tinham conhecimento técnico, porque a gente só ouve a matança do Carandiru ainda”*. Porque colocou uma força policial sem condições o quê? De resolver um problema adequado. Investimento! Então, foi interessante. O único lugar que eu vi cadeia pior do que aqui foi em Portugal. A questão da construção, de frente... uma cela de frente para a outra em 2 pavimentos! É difícil adentrar, é difícil ter o controle visual. E lá se perde internos em briga, lá eles fazem enfrentamento. Ou, traduzindo, interno é igual em qualquer lugar do mundo! Se você der o espaço, ele toma a cadeia! Interno é igual em qualquer lugar do mundo. Então, você tem que ter procedimento, você tem que ter profissionalismo, você tem que usar a legalidade! Próximo. Nosso pessoal fazendo reciclagem, o Tribunal de Justiça, Secretaria de Justiça de Goiás. Próximo. A Polícia Legislativa treinou com a gente lá. Depois dessa situação aqui a gente fez um treinamento intensivo lá, e duvido se acontece de novo, se eles tiverem o equipamento que eles treinaram. Duvido! Eles não passam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mais 3 minutos para concluir.

O SR. LUIZ MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO - Polícia. Próximo. DEPEN teve uma situação, agora, em Campo Grande. Se eles não estivessem preparados, eles iam perder. O DEPEN está de parabéns, que investiu. Eu consegui dar o treinamento para o DEPEN que eu gostaria de dar para todos os agentes penitenciários brasileiros. Foi caro, mas é investimento, porque, quando você investe no homem, ele consegue servir ao Estado 20, 30 anos! Porque eu tenho colegas que têm quase 50 anos e eu entro em qualquer situação com eles, porque eles estão preparados. Porque, na Polícia, quanto mais você se prepara, mais velho você fica, mais experiente você fica. Próximo. Espírito Santo também está fazendo um excelente trabalho, está investindo, está contratando, isso é importante. É uma segurança máxima lá. Nós fomos lá, treinamos, demos um apoio e treinamos um grupo tático lá. Próximo. Segurança dentro de penitenciária: diminuir o contato físico do Agente para com o interno. Ou seja, isso melhora bastante, diminui o estresse, afasta o agente da situação de um permanente refém. Basta querer, o interno pega! Em qualquer lugar do Brasil é assim. Quando a gente consegue diminuir esse



contato, até os atestados médicos diminuem, a agressividade diminui, o uso da força escalonada, a utilização de equipamentos, a utilização de mobilização tática! Próximo. E, agora, vou... Pula... Vou passar um clipezinho rapidinho, é justamente da técnica que foi usada no Rio de Janeiro e que funcionou e que, dificilmente como é, é aparecer na televisão mostrando que uma coisa dá certo. (*Exibição de vídeo.*) Olhem o desespero do refém tentando sair. Já está vendo na direção dele. Consegui tirar da mão dele, ele queria pular do muro de 4 metros de altura, tendo uma escada do lado. Esse foi resgatado e pulou do muro também, já em segurança, ele pulou, em estado de choque. (*Exibição de vídeo.*) A construção no meio da rua. (*Exibição de vídeo.*) Então, é isso aí, pessoal. Outra coisa — infelizmente acabou o tempo —, eu tinha uma proposta aqui da Força Nacional de Intervenção Penitenciária, formada por Agentes Penitenciários do Sistema Penitenciário que já estão ambientados ao sistema, e isso evita o quê? O excesso muitas vezes cometido por pessoas que chegam lá e não têm a ambientação de que se necessita dentro de um sistema. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Luiz Mauro. Queremos parabenizá-lo, juntamente com toda a equipe, pelo trabalho que tem realizado aqui em Brasília e também pelo auxílio que tem dado a alguns Estados e pelo treinamento que tem oferecido para agentes de outros Estados do nosso País.

Nós queremos convidar, neste momento, o Sr. Sávio Bloomfield. Ele vai falar sobre monitoramento eletrônico de presos. Ele é formado em engenharia mecânica pela Universidade de Brasília. Tem o tempo também de 15 minutos para falar sobre monitoramento eletrônico de presos. Só vale a pena lembrar que o monitoramento eletrônico de presos está sendo discutido pela Casa, já foi aprovado no Senado e na Comissão de Justiça da Câmara, deve ser votado em plenário e já está sendo utilizado experimentalmente pelos Estados da Paraíba e de Minas Gerais. O Dr. Sávio tem a palavra.

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Boa-tarde, Deputado Neucimar Fraga! Parabenizo esta Casa pela iniciativa. Aos Deputados presentes, senhores e senhoras presentes, pediria só para aguardar um pouquinho só, só para abrir o arquivo da apresentação, que vai ser rápida. Prometo ser bem rápida e bem



objetivo. Aquela é Brasília... De baixo, isso. Exatamente. (*Pausa.*)(*Segue-se exibição de imagens.*) Minha empresa chama-se Spacecom, a empresa é voltada ao desenvolvimento de produtos eletrônicos e também temos uma parceria com o Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologia — LACTEC, do Paraná. Bom, a Spacecom é uma empresa 100% nacional, nós somos a única fabricante no Brasil de equipamentos de monitoramento eletrônico de preso. É uma tecnologia feita pela nossa empresa em parceria com o Instituto de Desenvolvimento de Tecnologia, o LACTEC, no Paraná. Bom, nós denominamos nosso sistema chamado SAC-24, ou seja, Serviço de Acompanhamento de Custódia 24 horas. Ele é um sistema que visa a fazer a monitoração dos presos com a utilização de tornozeleiras eletrônicas. Pode avançar um pouquinho, por favor. As vantagens nesse tipo de serviço, como nós vimos aqui, é de retirar aqueles presos ou acompanhar aqueles presos que estão em regime de progressão de pena. As principais vantagens são: a área social, possibilitar ao apenado um melhor retorno à sociedade, fazendo com que o Estado acompanhe seu acompanhamento após ele sair do presídio ou do albergue no regime aberto ou em prisões temporárias; uma economia também, uma redução nos custos hoje, que o gasto do Governo, aproximadamente, como já foi dito aqui nesta Comissão, é em torno de 1.300 reais mensais por apenado. Esse equipamento poderia trazer os custos a cerca de 50% ou 40% desses custos para o Governo. Ou seja, há uma redução, você... Não há necessidade de aqueles presos que não são perigosos estarem sendo encarcerados e o Estado gastando com isso. Uma customização também de acordo com as necessidades de cada Estado. Cada Estado, como nós vimos aqui também, tem necessidades diferentes e é onde podemos também customizar esse tipo de serviço para a necessidade de cada Estado. A acessibilidade. A acessibilidade pode ser feita por qualquer Estado do Brasil, o acompanhamento via Internet através de *site* seguro com criptografia onde qualquer agente da Justiça, qualquer autoridade, poderia acompanhar aquele apenado que está sendo monitorado. Segurança. O SAC também possui todo um sistema de encriptação e criptografia nos seus dados transmitidos. Bom, como é que ele funciona? Nós vimos tanto já na mídia falando. O sistema desenvolvido pela Spacecom é composto de 2 unidades: 1 tornozeleira que pesa menos de 80 gramas e 1 unidade portátil de rastreamento. Por que é feito em 2 peças e não em 1 peça?



Ele é feito para se ter maior segurança, para evitar que o apenado possa envolver no seu tornozelo papel de alumínio em torno do equipamento e deixar de comunicá-lo. Quando você tem 2 equipamentos um no outro, ele faz toda essa detecção para saber se está sendo encoberto ou não, para evitar a fraude de localização do preso, muito comum em sistemas únicos. Bom, esse equipamento, que é essa caixinha aqui, ela é responsável pela captação do sinal do satélite e armazenamento das informações da proximidade do preso que está utilizando essa tornozeleira. Então, ele capta as informações geográficas, armazena as informações da tornozeleira dizendo que o preso está próximo a ela e envia à Central. Como é que o preso utiliza isso? É tão prático que eu uso, estou usando, e ninguém notou. Eu uso na minha cintura e uma tornozeleira no meu pé. A minha mulher está sempre me monitorando. *(Risos.)* Então, nesse caso, com esse equipamento, o preso, ao adentrar aqui nesta sala, por exemplo, que nós estamos aqui nesta sala, você... não é possível captar o sinal do satélite e isso causa uma imprecisão. Você não saberia dizer se o preso está aqui ou não, porque ele estaria em movimentação e esse equipamento detecta movimentação sem sinal de GPS. Então, ao adentrar seu local de trabalho ou sua residência à noite, ele deixa o equipamento parado, ele pode deixar carregando o equipamento com um carregadorzinho, tipo o do celular, e pode afastar-se desse aparelho até no máximo 40 metros de distância. Se ele se afastar mais do que isso e encobrir qualquer dos equipamentos em conjunto ou começar a movimentar esta caixa, ele vai soar um alarme na Central, dizendo: *“O preso está se locomovendo sem sinal de satélite. Ele deveria estar parado”*. Ou colocá-lo próximo a uma janela que pudesse pegar o sinal do satélite e, então, informar que aquele preso está naquela localidade. O.k.? Com os sistemas únicos, isso não ocorre na realidade. Você tem a pessoa andando o tempo todo, no pé. Imagine que eu estou andando, mas não sei dizer se estou aqui, se estou... onde é que estou dentro do prédio. O.k.? Então, um tipo de fraude muito comum é que as pessoas podem adentrar uma garagem e, depois, alegar para a Justiça, dizer o seguinte para o Juiz: *“S. Juiz, eu estava dentro de uma garagem, não tinha sinal de celular, não tinha sinal de satélite. Fiquei 3 horas lá”*. Ele cobriu o equipamento, saiu fora do prédio, cometeu um crime e voltou para dentro do prédio, depois, tirou o equipamento, a tornozeleira encoberta, ele tira aquela capa de alumínio e, depois, diz, apresenta lá:



“Pode ir lá naquela garagem que você não vai ter nenhum sinal”. Mas isso permitiu que ele fizesse uma fraude. A gente brinca muito aqui que esse aqui é Cosme e Damião, é um equipamento que se trabalha sempre com dois, sempre verificando a necessidade um do outro. A outra funcionalidade também de serem 2 peças, principalmente, é uma característica de segurança do apenado, ou seja, essa tornozeleira trabalha 1 ano sem a necessidade de recarga de energia. Nenhum equipamento eletrônico deve ser usado pelo ser humano e conectado à rede elétrica diretamente, a fim de evitar eletrocuções ou choques elétricos devido a tempestades elétricas. É muito comum — você já deve ter visto isso na mídia — celulares que queimaram e coisas do tipo quando estão diretamente conectados. Então, esse equipamento também visa a esse tipo de proteção ao preso, para ele ser carregado distante do preso. Noventa e nove por cento das casas no Brasil não têm aterramento elétrico, e isso pode causar alguns problemas para o apenado. Por favor. Bom, as especificações. Como vocês podem ver, é um equipamento extremamente pequeno, é um pouco maior do que um celular normal, tem uma capacidade de autonomia para armazenar 18 horas de dados... de energia, ele funciona durante o dia. O apenado chega em casa, coloca na tomada e pode entrar no banho, pode tomar banho, entrar numa piscina ou o que seja com a tornozeleira. Não há nenhum problema na utilização do equipamento durante o dia. Se ele sair fora de uma região que tenha cobertura de celular, em uma fazenda, ele pode armazenar até 72 horas de informações desse apenado, e, quando ele adentrar uma área de cobertura de celular digital, ele transmite esses dados à central. Esse equipamento também, nós temos o orgulho de dizer, que ele é único no mundo. Ele é o único equipamento que opera com duas operadoras de telefonia celular. Isso por quê? Eu sou oriundo da área de telecom, e as operadoras de telefonia celular, durante a madrugada, elas dão manutenção na sua rede de telefonia celular, tirando as células do ar. Então, o que que acontece? O preso sabe que, na hora que o celular dele sai do ar de uma determinada operadora, ele pode de repente fazer alguma fraude com isso. E nós operamos sempre *on-line* com 2 *chips* de operadoras transmitindo simultaneamente as informações. Na questão de segurança, o sistema de gerenciamento, ele utiliza protocolo seguro na Internet, aquele mesmo protocolo que é utilizado em bancos, no https, cadastro de computadores de acesso — não é



qualquer computador que entra. Essa história de *hacker* dizer que entra no sistema, não tem como. Ele é previamente cadastrado no sistema, aquele endereço de IP único na Internet. Então, isso evita a tentativa e a entrada desses computadores que não sejam autorizados no sistema. Acesso de usuário e senha criptografada. As informações colocadas no sistema também são criptografadas. Elas ficam na base do sistema *ad aeternum*, elas nunca são deletadas. Todo o sistema é auditável. O agente responsável por aquele monitorado, qualquer alteração que ele faz no sistema fica registrado no sistema. Se ele cria uma área de cerca eletrônica, chamada uma área de inclusão, como é o caso da sua residência, de trabalhar... Ele tem que estar em casa às 8 da noite e sair às 6 da manhã, por exemplo, é uma área de inclusão. Ao fazer esta regra de área de inclusão, ele vai ficar registrado pelo tempo que for necessário. Se o agente alterar essa área ou tentar apagar essa área, esses dados ficam armazenados, disponíveis no sistema para que o seu supervisor imediato também possa ver. Ou seja, não adianta você ter apenas o agente monitorando um monitorado porque pode haver a condição de conluio. Então, você também tem que ter todo o sistema auditável e rastreado para que não haja a possibilidade de conluio. A UPR e a tornozeleira, que é essa caixinha, ela também tem algumas características de segurança. Ela tem uma transmissão bidirecional entre a tornozeleira e a UPR e encriptografada em 1.024 *bits*. A probabilidade de alguém tentar quebrar esse código ou qualquer comunicação entre a UPR, o nosso servidor de dados ou a tornozeleira e essa UPR, que nós chamamos, é de uma em 1 trilhão. É mais fácil ele jogar na Loto do que tentar burlar o equipamento. A transmissão também é criptografada na hora de transmitir no canal do celular, diferentemente das aplicações de rastreamento de veículo que são apenas transmitidos os dados abertamente. Se eu utilizar um programa de Sniffer, que são conhecidos na Internet, eu posso interceptar e ver as informações que estão sendo transmitidas, alterá-las e mandá-las ao mesmo destino. Ou seja, com isso, eu estaria fazendo uma fraude da autenticidade das informações. Estaria inserindo na base essas informações de maneira fraudulenta. Por isso o sistema tem que ser totalmente criptografado. O protocolo também é proprietário e único e não é comercializado na área fora da área de segurança. Ele foi criado especificamente para a área de segurança. Esse equipamento, começou-se o desenvolvimento dele,



em 2003 aqui no Brasil. Alarmes. Há diversos tipos de alarmes no sistema, como violação ou rompimento da tornozeleira, violação da UPR. Não é apenas tirar a tornozeleira do pé, mas, se ele fizer um furo no invólucro da tornozeleira ou ele fizer um furo nesta caixa ou tentar fazer qualquer tipo de fraude ou encobrimento, o sistema detecta, registra e aponta no sistema. Com isso, as autoridades podem, até como no caso do Projeto de Lei nº 1.288, de 2007, que está aqui, na Câmara, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prevê que qualquer fraude contra os equipamentos de monitoramento eletrônico serão possíveis de pena. Ou seja, retira-se aquele benefício que ele está tendo, a progressão de pena, e podendo, então, voltar ao regime fechado. Em termos de outros alarmes que podem ser feitos no sistema, toda essa parte de cerca eletrônica, zona de inclusão, zona de exclusão. Zona de exclusão, por exemplo, seria a residência de uma ex-esposa. Ele teve um litígio, teve uma separação litigiosa e agrediu a esposa, e o juiz determina que não se pode aproximar a um raio de 500 metros da casa dessa pessoa. É totalmente possível isso também no sistema. É ilimitado o número de áreas que são criadas no sistema. Bom, envios de *e-mails* ou *short messages* também para a autoridade que está acompanhando. Aconteceu algum problema, imediatamente, além de aparecer no sistema, pode ser enviado um *e-mail* para aquele supervisor daquele monitorado ou mandar um torpedo no seu celular para que ele possa ver. Por favor. Vai dando mais um “enterzinho” até a gente chegar na última linha ali: vai ter 24 horas. Então, o monitoramento eletrônico de presos, ele tem que ser seguro e preciso para servir de prova para a Justiça. Não pode ser feito com equipamentos adaptados, ou seja, com rastreadores de veículos. Ele não é adaptado a esse tipo para prevenir essa fraude. Se me derem qualquer tipo de tornozeleira dessa, como nós somos técnicos da área, sabemos facilmente fraudar esses equipamentos. Então, ele tem que garantir o monitoramento em tempo real, garantir as informações sejam precisas e verídicas, transmissão de dados redundantes, para evitar que o apenado fique sem comunicação com a central por muito tempo. Isso é importantíssimo. Imaginem que se a pessoa ficar meia hora sem comunicação com a central. Ele pode ir lá, dar um tapa na ex-mulher dele, esfaquear a ex-mulher e você não vai saber, só vai saber meia hora depois. As transmissões são feitas de minuto em minuto no sistema, ou seja, a cada minuto, está sendo enviada a informação para a central. Prevenir



fraudes de identidade e autenticidade. Ou seja, caso de clonagem de equipamento. Nós utilizamos também a tecnologia GSM, aonde nós utilizamos a chave pública privada, aonde evita ter a duplicidade de equipamentos dentro da rede e eu poder criar um equipamento virtual e fraudar as informações. Prevenir fraudes contra o funcionamento dos equipamentos. Ele tem que ser seguro nesses aspectos contra o equipamento de monitoração, clone do equipamento, contra o grampo sobre as informações, como eu falei anteriormente, sistema auditável, evitando o conluio do supervisor com o monitorado. Ele tem que ter um sistema próprio com protocolo fechado, não pode ser um protocolo aberto. Na hora que se vende um equipamento na Internet protocolo aberto, esse é o ponto mais frágil de um sistema de segurança, porque você sabe como é que se comunica o equipamento, então, você pode criar artifícios para burlar essa segurança. Criptografia em todos os processos de transmissão. Toda a criptografia que é utilizada no sistema, ela é randômica. Ela é feita com a mudança do relógio interno do equipamento, ela vai mudando o código, código a código, e vai enviando e alterando as informações. Não dá para você pegar e quebrar essas informações. Você tem que saber exatamente o momento da transmissão, qual era a chave pública privada que estava sendo transmitida entre os equipamentos no momento daquela transmissão. É virtualmente impossível. E encriptado com 1.024 *bits*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Três minutos para concluir.

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Pois não. A assistência também deve ser 24 horas, 7 dias por semana. Enfim, o sistema tem que ter autenticação, sistema com criptografia, anti-fraude, auditável, redundante. O sistema precisa ser seguro e confiável. Na hora em que nós fizemos essa apresentação, nós começamos também, um tempo atrás, a analisar todos os mercados que utilizam um monitoramento eletrônico. Diversos países já adotam: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Suécia, Argentina, Chile, Israel, Alemanha, Nova Zelândia, Austrália. E nós notamos que, em cada país desse, cada um adotou a sua própria tecnologia. Uma coisa importante nisso é evitar com que o sistema possa também enviar informações de cidadãos que estão aqui para um governo estrangeiro. Você não sabe se nesse equipamento que você está utilizando, se colocado no pé de alguma



peessoa importante, vai ser transmitida essa informação para fora. Então, tem também esse lado da soberania nacional. Então, no sistema nacional, nós temos um sistema em língua portuguesa, customização de acordo com o DEPEN — nós já fizemos apresentação ao Dr. Maurício Kuehne, que estava aqui, ao Dr. Alexandre Cabana, o Ministério da Justiça, desde 2004, já estiveram nos visitando em Curitiba, as instalações —, de acordo com as normas brasileiras, atendendo à ANATEL, informações mantidas aqui, no Brasil, todas as informações não trafegam fora do Brasil, e sim nos servidores da empresa no Brasil. Equipe composta por brasileiros residentes para evitar o caso, como aconteceu no desastre aéreo da Gol, que os pilotos americanos voltaram. A Justiça nunca mais vai poder ter qualquer ação contra aqueles 2 pilotos americanos, e sim você tem que ter a responsabilidade aqui no Brasil, tem que ser feita por brasileiros. Sistema com transmissão GPS redundante, geração de emprego no Brasil, custo adequado à realidade nacional e conhecimento tecnológico nacional. No caso do estrangeiro, nós temos um sistema em língua estrangeira, customização demorada e cara, não atendem 100% às normas brasileiras, porque não são homologadas no Brasil, informações mantidas fora do Brasil, em servidores fora do Brasil, equipe composta por estrangeiros, sistema de transmissão sem redundância, não gera emprego para o Brasil e com o custo elevado. Então, obviamente, nessa balança, no nosso entender, nós resolvemos investir nessa tecnologia nacional porque nós detemos a tecnologia e queremos contribuir para esse problema aqui no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só fazer um pergunta, porque eu acho... Eu sou defensor do monitoramento eletrônico, e eu queria fazer um pergunta. O seguinte: o custo que tem sido apresentado, custo por preso do monitoramento eletrônico, ele é baseado realmente no custo do equipamento ou ele é baseado no custo que um preso supostamente tem para o Governo brasileiro hoje?

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Não, ele é composto de diversas variáveis. Um, na quantidade de informações que o Governo vai querer, na redundância do sistema, na redundância da central, na quantidade de equipamentos a serem produzidos para se fazer a monitoração e se ele deseja comprar o equipamento ou se ele deseja alocar e que seja prestado o serviço. Então, é uma variável. Os custos,



hoje, que rodam no jornal, que fala-se em 600 reais, não é um custo real ainda. Esse é um custo que nenhuma empresa vai lhe dar agora sem saber a necessidade de cada Estado, podendo ser menor do que 600 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas 600 reais por mês ou o custo de aquisição?

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Se isso for um serviço de prestação de serviço, sem aquisição do equipamento, isso seria aproximadamente, vai depender da quantidade e de todas as variáveis que eu falei. Podendo ser um pouco mais baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque eu percebo que fazem uma confusão muito grande quando falam do custo do preso no Brasil. Quando calculam o custo do preso no Brasil, levam em consideração o salário do agente e a quantidade de agente, a energia gasta dentro no presídio, a água gasta no presídio, o custo operacional ali de todos os funcionários comissionados ou não ou contratados ou efetivos, soma-se o custo daquela unidade, divide pelo número de presos, você acha o custo médio de um preso no Brasil. Mas o custo real de um preso... Porque, se você tem um presídio hoje com 300 vagas, vamos imaginar que você operasse com 150, o custo que ia diminuir ali era só o da alimentação praticamente, porque os agentes iam continuar trabalhando, o diretor ia continuar existindo, o médico ia continuar existindo, a energia ia continuar sendo gasta, a água ia continuar sendo gasta. Então, ao retirar, por exemplo, 50 presos de uma unidade com o monitoramento eletrônico, que custo que vai reduzir, se você vai continuar com o mesmo número de agentes, vai continuar com o gasto da energia, com o gasto da água, talvez da alimentação pouca coisa? Porque e a minha preocupação é o seguinte: é se os equipamentos que estão sendo criados poderiam custar, vamos supor, mensal, em vez de comprar, alugar. Está sendo levado em consideração realmente é o custo e a manutenção do equipamento ou se é baseado no... Já que o preso custa 1.500 no Brasil, um equipamento que a gente consiga introduzir valendo 500 já vai se lucrativo porque está economizando mil. Mas, na verdade,...

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Entendemos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... estaria economizando mil se você, ao tirar o número de presos, você reduzisse o número de agentes, você reduzisse o custo da gasolina, reduzisse da energia, porque, senão, nós vamos ter uma redução de custo também fictício.

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Sem dúvida. A preocupação da empresa em relação aos custos é que tenha um custo real e não em relação àquilo com que o Governo gasta. O que nós dizemos é que depende das necessidades e das características solicitadas pelo Governo e serão apresentados então os reais custos desses serviços. Um outro custo que nunca é mencionado aqui é o custo social. Quando aquele preso que sai sem acompanhamento comete delitos e volta ao albergue também. Esse custo é imensurável. Volta e meia vocês vêm na notícia o que ocorre. Às vezes, um assassinato. Que custo tem um assassinato? Qual é o custo de um assassinato? Qual é o custo de uma agressão? Qual é o custo de um roubo? Qual é o custo de um estupro daquele interno que estava sem acompanhamento e saiu para a rua? Tudo isso também é um lado que nós não analisamos, mas, porém, que eu gosto de ressaltar, porque, muitas vezes, eu sou questionado por repórteres. Repórteres querem sempre um número. Não, eu quero que você me dê um número. Eu falo assim: não é um número, não é simples. O Estado tem que saber o que ele vai pedir, tem que haver um planejamento do Estado. Nós estamos em contato com diversos Estados, o Estado de São Paulo, o Estado de Santa Catarina, aqui representado pelo Dr. Cleber, o Estado do Paraná, o Estado de Minas, enfim, em vários Estados nós já fizemos apresentações desse produto. E isso vai depender das características solicitadas por esses Estados.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Eu acho que o custo não é somente do equipamento, mas também em relação ao monitoramento,...

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Á prestação do serviço.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Quantos presos podem ser atendidos por uma única pessoa. Eu acho que essa conta é por aí.

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Eu queria falar um pouco em relação a equipamento também. Porque em outros países desenvolvidos, como, por exemplo, nos Estados Unidos — eu morei lá em 1999 e 2000 — isso já existia e era



uma coisa normal, e não acontece de existir essa caixa box, somente a tornozeleira, e eu acho que não tem problema.

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - Não. Nos Estados Unidos, o monitoramento por GPS começou em 2000 pela empresa PROTEC, é feito em 2 peças. A empresa israelense Elmotech, também faz em 2 peças, a iSecureTrac, em 2 peças, a Sentinel, também em 2 peças. Existem outros fabricantes que têm uma única peça. Nós temos um representante aqui da STOP, obviamente eu estou falando do meu sistema, ele vai ter oportunidade de falar sobre o dele. Mas nos sistemas, todos, incorporados no mundo, hoje, na Suécia o monitoramento é em 2 peças, em diversas regiões do mundo, um sistema seguro com informações em 2 peças e um sistema com uma única peça, algumas empresas adotaram esse serviço, que também tem as suas aplicações. Não é excludente, tem as suas aplicações para determinados casos. O mais importante é que o Estado, na hora de fazer a seleção do apenado que ele vai acompanhar, saiba em quem ele vai colocar. Não adianta colocar — desculpe a palavra — no Beira-Mar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

O SR. SÁVIO BLOOMFIELD - ...e achar que ele vai cumprir as regras. É ilusão. Não vai, ele vai sumir, vai tirar no primeiro momento. Então, é saber aplicar. Nós estamos dando a ferramenta com a qual é possível se fazer isso, mas o Estado também tem que ter um planejamento. Acredito que desta Comissão poderão sair diversas idéias e contribuições para o sistema penitenciário quanto a adotar, como muito bem disse aqui o Mauro, procedimentos, ou seja, seleção das pessoas que vão, avaliação de quem estará nesse programa. Isto não é feito para tirar 100% da cadeia, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria agradecer ao Dr. Sávio Bloomfield.

Vamos agora abrir um parêntese para ouvir um juiz, que convidamos para estar conosco, que já aplica o monitoramento eletrônico no Brasil. Nós vamos convidar o Dr. Bruno Azevedo, que vai nos falar sobre a experiência utilizada por ele na Paraíba com o monitoramento eletrônico de presos. Foi o primeiro Estado do Brasil a utilizar o monitoramento eletrônico de presos. O assunto que foi abordado pelo Mauro e pelo Sávio é questão que preocupa a CPI. Hoje temos uma Lei de



Execuções Penais nacional, mas cada Estado a aplica do seu jeito, cada diretor administra o presídio do seu modo. Entendemos também que esse é um dos problemas do sistema penitenciário brasileiro. Eu acho que é preciso ter, no Brasil, normas e procedimentos uniformizados sobre o que pode e o que não pode nos presídios, levando em consideração que a LEP é uma lei única, que vale para todo o Brasil. De que forma poderíamos contribuir para termos normas e procedimentos padrões para facilitar a administração penitenciária e evitar que diretores e funcionários sofram violência porque alguns apenados pensam que as normas implantadas no presídio são contra eles e que se eles saírem de lá voltarão as regalias, voltará tudo ao que era antes? Uniformizar normas e procedimentos nos presídios do Brasil já era uma preocupação desta CPI. Vamos propor uma discussão ampla com o Ministério da Justiça sobre o assunto. O Dr. Bruno Azevedo tem a palavra, por 5 minutos, para falar da experiência do monitoramento de presos no Estado da Paraíba.

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Primeiramente quero dizer que é uma honra muito grande atender a mais um convite da Câmara. É a terceira vez que eu estou aqui, sempre com muito boa vontade, claro, e também com bastante honra, porque a gente está prestando um serviço de cidadania e contribuindo para o debate. Quero dizer que não vou trazer para os senhores uma experiência tão técnica, tão detalhada como foi a do Dr. Sávio Bloomfield, porque ele é, sim, conhecedor técnico da matéria. E também quero, desde já, dizer aos senhores que não estou utilizando a tornozeleira eletrônica. O Dr. Sávio disse que ele estava utilizando a tornozeleira eletrônica porque assim sua esposa poderia monitorá-lo de lá de onde ela reside. Optei por trazer a minha esposa para cá. Então, da nova tornozeleira trouxe apenas uma foto. Vou exibir um vídeo breve, Deputado. Esse é o novo modelo. Como pioneiros, acabamos cometendo alguns pecados. E o pecado dessa nossa experiência é a apresentação em si da tornozeleira, o perfil da tornozeleira que deixa a desejar já para esse segundo momento, que é já uma evolução em uma peça única, como a que nós utilizamos lá. Na verdade são 2 experiências. *(Segue-se exibição de imagens.)* São esses 2 dos projetos que temos em curso na comarca de Guarabira, que mostram a presença do Estado, do qual sou membro como representante do Poder Judiciário, próximo à população



carcerária. E, com isso, à frente da Vara de Execuções Penais de Guarabira, onde há mais de 650 apenados nas 2 unidades prisionais, não tivemos, em 4 anos, nenhuma rebelião, nenhum motim, porque temos 3 projetos em curso e sempre a presença física do juiz muito próximo. Isso tem resolvido essa situação e dado viabilidade aos projetos. Quero dizer que o monitoramento eletrônico, essa idéia, esse projeto surgiu em sala de aula. Sou professor de Direito Constitucional e um aluno disse que tinha um amigo de uma empresa que poderia propiciar a realização do projeto. Em 3 meses estávamos executando o projeto, que é feito em peça única. Não vou entrar em detalhes técnicos porque não conheço do assunto e por questão de diplomacia e respeito ao Dr. Sávio. Mas quem vai dizer qual o melhor dos mecanismos serão as empresas quando concorrerem nas licitações que estão por vir. Quero dizer apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Bruno, só para ser didático. Há 5 apenados usando...

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - A tornozeleira eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quanto tempo?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Desde julho de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Algum deles já saiu fora da rota?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Não. Nós mapeamos toda a cidade por GPS. Na verdade, há aí um detalhe técnico e a imprensa, quando noticia, noticia de forma equivocada, até porque não conhece muito o “juridiquês”, mas os presos que utilizam a nossa tornozeleira são presos do regime fechado, que já participam de um outro projeto que nós temos, que foi o primeiro deles, chamado Projeto Prestação Social. Então, nós fizemos uma parceria com a Prefeitura local, fizemos uma longa triagem e selecionamos 12 apenados, dentro de um universo de mais de 500, só 12 apenados, e os liberamos para o trabalho em serviço de obras públicas. É o que diz o Código Penal: os presos do regime fechado podem ser liberados para o trabalho em serviço de obras públicas. Esses presos saem de manhã e à tarde e trabalham executando a obra ou o serviço do dia que a Prefeitura indica. Então, limpar uma rua, pintar um prédio público, limpar uma galeria. E 5 desses presos — Por que 5? Porque representam quase 1% da nossa população carcerária — se voluntariaram,



porque é um projeto piloto, se voluntariaram para participar do Projeto de Monitoramento Eletrônico. Então, nós mapeamos toda a cidade com GPS, os bares, possíveis pontos de prostituição, os limites da comarca, e aí, se esses presos saírem ou entrarem em algum desses pontos, o sistema, além de acusar no monitor do computador, para evitar ter de ficar uma pessoa 24 horas à frente do computador, também manda uma mensagem de texto, um torpedo para o celular que estiver cadastrado. Isso também é possível no nosso sistema. Se ele retirar a tornozeleira eletrônica, apesar de tão rústica — por trás das fivelas há fios —, é detectado. E quero dizer que já dispomos de uma nova geração da tornozeleira. Acho que na próxima semana já estaremos substituindo as atuais pelo novo modelo. Temos outros 3 modelos de tornozeleiras. Temos a tornozeleira chamada prisão domiciliar. A que utilizamos hoje precisa ser recarregada a cada 72 horas. Se bem que ao final do dia, quando o apenado volta para o presídio, a tornozeleira é retirada e o diretor renova a carga para o dia seguinte. Se bem que ela tem carga para 72h. Mas no caso da tornozeleira domiciliar, que é menor do que essa, a bateria agüenta 6 meses e fica uma central na casa do preso domiciliar. Ele pode se afastar até o máximo de 400 metros. Caso ele quebre essa norma, é detectado. Há também o monitoramento *off-line*, no qual se utiliza também uma tornozeleira menor. No sistema *on-line*, o acompanhamento do apenado, quando está na rua, é feito em tempo integral, 24 horas. Mas há o monitoramento *off-line*, que o preso não é detectado em tempo real, mas quando retorna para o presídio, a tornozeleira é tirada, aquilo é colocado no computador, onde sai todo o percurso por onde ele andou durante o dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Doutor, qual é o custo do preso na Paraíba?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Em torno de 800 a mil reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o custo da tornozeleira?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Da tornozeleira? O que a empresa me passou, e eu até anuncio no vídeo, à época, era em torno de 600 a 800 reais. À época, em julho de 2007. Mas com o aumento da demanda isso vai cair. Hoje eu já tive notícia — ele me passou essas fotos — de que seria em torno de 300 reais esse monitoramento *on-line*. Agora, o sistema *off-line* e o monitoramento domiciliar, ele



me disse que seria em torno de 60 reais e a tornozeleira seria dada em comodato para o Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor continua só com os mesmos 5?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Só os 5, os 5 porque representam 1% da nossa população carcerária.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por que não amplia?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - A idéia... primeiro porque essa parceria, esse projeto, não... o Estado não tem nenhum ônus. E aí, é questão de boa vontade da empresa parceira. Ela faz suportando todos esses gastos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Estado tem dado sinais de que pretende implantar?

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - O Governador Cássio Cunha Lima, através do Secretário, ele próprio disse que tem total interesse. Inclusive, está tramitando na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba um projeto de lei de iniciativa do Deputado Ranieri Paulino, porque aí eu tenho até visto muita gente boa dizendo que seria inconstitucional a iniciativa por parte do Estado, porque seria o Estado legislar em matéria processual penal, que não é da competência do Estado e, sim, da União. E aí eu acho um equívoco porque, na verdade, isso é procedimento processual penal, porque não é matéria de direito material. A tornozeleira não vai restringir a liberdade. O preso já tem a sua liberdade restrita. Isso é procedimento de fiscalização. Então, em procedimento processual penal e em matéria penitenciária, qualquer Estado da Federação, art. 24 da Constituição, é legislação concorrente. Mas é bom a lei federal, que venha a lei federal, porque unifica o procedimento em um País como o nosso, um País continental, é importante essa unificação à lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer o Dr. Bruno e parabenizá-lo pela iniciativa.

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pela coragem, pela determinação. (*Palmas.*) O Estado de Minas Gerais também já está utilizando, em fase experimental também, a pulseira eletrônica. O Dr. Maurício está utilizando lá em



alguns apenados também. No Estado de São Paulo existe uma iniciativa também de proposta de lei de um Deputado Estadual. Há controvérsia a respeito dessa decisão ou não, da possibilidade ou não de o Estado utilizar sem aprovação de lei federal. Há juristas que entendem que pode. E aí é o que nós batemos constantemente na CPI e na Comissão de Justiça: no dia em que o Brasil produzir lei para serem cumpridas e não para serem interpretadas, vão melhorar as coisas, porque nós só fazemos leis para serem interpretadas no Brasil. Aí cada um interpreta de acordo com a convivência, com a convivência ou com a consciência. E aí é por isso essa esculhambação toda e ninguém se entende. Até os próprios Ministros do Supremo têm dificuldade de interpretar a Constituição, cada um interpreta de uma forma diferente, porque nossa forma de legislar é legislar para ser interpretado, não é para ser cumprido. Nossas leis não são claras, não são definidas, e é por isso que nós geramos aí um calhamaço de papéis, de decisões que têm direito a recorrer em várias instâncias, porque nós não somos capazes de produzir leis para serem cumpridas no Brasil. É o nosso modelo de fazer leis. O nosso corpo legislativo, e aqui quando eu falo isso, não estou falando só dos Deputados e nem dos Senadores, porque normalmente as pessoas acusam: “Ah, porque vocês *Deputados*.” Não é vocês, Deputados; essas leis aqui na Câmara, ninguém faz uma lei dessa aqui na Câmara sem um ex-advogado ou um advogado dar palpite, sem um Juiz, que é Deputado dar palpite, sem um Promotor, que é Deputado, dar palpite, sem um delegado, que é Deputado, dar palpite, sem um Policial, que é Deputado, dar palpite. Então, todas essas categorias estão representadas no Congresso e todas essas leis, principalmente que tratam da área da segurança no Código Penal, todos eles têm participação.

Quando se fala que é a culpa é nossa, é como se os Deputados não representassem essas instituições e se as instituições não fizessem *lobby* aqui, na hora da discussão das leis para aprovar as leis do jeito que elas pretendem que sejam interpretadas por elas no futuro. Mas é um vício do Legislativo brasileiro e de outros direitos, que é herdada do Direito Romano essa cultura, mas que traz uma série de problemas para nós.

Mas quero, mesmo assim, parabenizar os Estados que estão tendo iniciativa e dizer que aqui, no Congresso, o Senado já aprovou, já está aprovado na Câmara,



na Comissão de Justiça, está agora no plenário, na Mesa Diretora do plenário para ir à votação. E a CPI vai pedir prioridade na votação para que não paire nenhuma dúvida a respeito da constitucionalidade ou não dessa matéria aprovada nos Estados. Parabéns, Dr. Bruno, pela iniciativa.

O SR. BRUNO CÉSAR AZEVEDO - Obrigado, Deputado. E eu queria dizer que o grande objetivo do nosso projeto, até a partir da sua nomenclatura, que é Liberdade Viglada e Sociedade Protegida, era estimular o debate em âmbito nacional. E Guarabira, à época foi manchete em todos os telejornais, em toda a mídia nacional, como também recentemente a Rede Globo esteve lá porque está fazendo uma ampla cobertura sobre o sistema carcerário, até foi indicação de V.Exa., aqui de público, agradeço a indicação de V.Exa.; a Rede Globo esteve lá há 15 dias, segunda e terça, e vai passar uma série de reportagens no *Jornal da Globo* sobre sistema carcerário, destacando os pontos positivos e negativos. E, em razão desses trabalhos, foram registrar em Guarabira só os pontos positivos. Então, o nosso grande objetivo em iniciar essa discussão era estimular o debate e aferir a utilização dessa tecnologia no sistema carcerário. A razão de eu estar aqui é, creio que, alcançando esses objetivos. Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos. Nós vamos convidar agora o Sr. Hebert Saul de Souza.

Está aí seu Hebert? Ok. Vai falar também sobre outro modelo de monitoramento eletrônico. Depois, nós vamos ouvir o Sr. Guy Igliori Machado.

O Sr. Hebert Saul de Souza tem a palavra neste momento.

O SR. HEBERT SAUL DE SOUZA - Agradeço a todos aí a presença aqui, à Mesa da Comissão, a todos os presentes. Bom, o produto que a gente tem para apresentar, como diz o Dr. Sávio, é um produto de monitoramento eletrônico para presos, utiliza somente uma peça, a gente só está trabalhando com uma peça única. Se vocês quiserem dar uma olhadinha. Bom, eu não vou entrar em detalhes de técnica ou, como já foi muito frisado, a parte de criptografia, segurança, *contra-hacker*, essa parte toda, que acho que todos no mínimo estão tendo esse requisito, esse pré-requisito de funcionamento. E a STOP/BR já é uma empresa que já está situada no Brasil; estamos nacionalizando a tornozeleira para uso e fabricação, aqui, no território nacional, por um fato de logística e trabalho em cima de *chips* de



celulares das locadoras locais. Bom, eu também quero salientar que o produto já é bastante usado nos Estados Unidos. Um dos primeiros Governadores dos Estados Unidos a utilizar a tornozeleira, e já está com um grande sucesso, é o Arnaldo Schwarzenegger, o Governador da Califórnia. Eu vou pedir a permissão que eu vou rodar um vídeo e primeiro uma apresentação. Esse vídeo mostra a campanha americana mostrando o funcionamento da tornozeleira. Como foi até já mostrado, áreas de exclusões e tal, no vídeo demonstra isso com muita clareza. Uma pessoa que adentra uma área de crime, ele deve ter praticado um crime de pedofilia, que não pode se aproximar de crianças em parques e tal. Então, você pode rodar aí? Vou dar uma apagadinha aí só para melhorar. *(Segue-se exibição de imagens.)* Pode ser apresentada essa aí primeiro. Aqui, é um breve documento sobre a empresa, STOP/BR, monitoramento de pessoas. A gente utiliza uma software chamado de Very Tracks, que já está rodando em uma versão em português. A nossa sede é em Houston, no Texas; atuação em todo o território brasileiro para a América do Sul. A sede fica em São Paulo, onde também estão os nossos servidores para todos os dados dos presos ficarem armazenados lá. A equipe técnica qualificada, treinada, toda nacional. *(Segue-se exibição de imagens.)* Pode adiantar. Bom, ali tem uma foto do produto, 170 gramas; ela tem uma fibra ótica interligando os 2 pontos, com emissão de luz. Se isso aqui for rompido por algum motivo, a gente tem o aviso no computador que o preso está violando uma condicional ou alguma situação dada por algum juiz. Memória interna para armazenamento e a necessidade de recarga é avisada na tornozeleira por uma vibração na tornozeleira. Então, o preso, ele, com a necessidade de recarga, ele é avisado que ele está necessitando plugá-la, como todo carregador de celular, para passar energia. Tudo bem? Bom, tecnologia patenteada; a implantação é muito simples, é um produto único, de um único *device*, uma única peça, a recarga é rápida, em torno de 30 minutos; a integração com o *software*, de rastreamento de GPS, e a dissimulação evita o constrangimento. E é à prova d'água. E o detento pode adentrar piscinas, ter qualquer tipo de função que envolve água, tomar banho normalmente. Não há o falso alarme da abraçadeira sumiu, que acontece com alguns dispositivos de 2 peças. E é um revolucionário *software* de GPS. O grande segredo do produto também é que tem grande força o *software* de monitoramento; o



sistema é todo baseado em *web*, com criptografia, segurança de informações se tudo o mais. Há capacidade de relatórios. Existe uma integração do usuário com toda a informação, podendo ser gerados relatórios, resumos diários por *e-mail*, para serem enviados diretamente para Juízes ou pessoas envolvidas no monitoramento. Aí a gente tem um breve comentário sobre onde podem ser usados, não é? Condenados de livramento condicional, infratores de regime semi-aberto, tal, como já foi até mencionado pelo Deputado. Bom, o funcionamento do sistema é a pessoa é monitorada via satélite e a informação é transmitida via GPRS, uma informação via dados por celular, onde passa informação onde que está o detento. Isso daí é uma foto, simplesmente uma foto do sistema de rastreamento, o *software*; a gente trabalha com base de mapas atualizada, para poder ter uma precisão melhor. Mais uma foto. Pode adiantar. Aqui também é uma foto de um rastreamento que a gente estava fazendo o teste em São Paulo. E terminou. Eu quero só passar mais uma informação que é o seguinte: a gente já fez testes com presos em território nacional, já. Um dos principais que a gente se envolveu foi no Estado de Santa Catarina e lá foi possível a implantação das tornolezeiras em 5 presos durante 1 semana. Um juiz, o pessoal da Polícia Militar e tudo o mais ajudaram a gente a colocar 5. Eles escolheram, por processo de triagem, com já foi comentado. E a parte social disso, a *Rádio Presídio*, dentro, pediu 5 voluntários e houve o preenchimento de mais 250. Todos queriam passar pelo primeiro teste e o uso e tal. E, na verdade, a gente fez a implantação em 5 e eram pessoas de assassinatos e tráfico de drogas. Mesmo assim, elas foram colocadas na rua e o aproveitamento do funcionamento foi ótimo. E houve até um caso que uma das detentas, que era do tráfico de drogas, ao retornar no último dia, ela pediu encarecidamente se ela podia ficar mais 1 semana em testes com o produto, com o equipamento, mas, como tinham acabado os testes, não foi possível. E os testes já aconteceram vários testes de procedimentos no Estado de São Paulo. A gente também já fez apresentação no Paraná. Agora eu queria que o Alexandre rodasse o vídeo. Está em inglês, mas dá para vocês terem uma noção de mais ou menos de como é o produto. (*Segue-se exibição de imagens.*) Bom, essa daí foi a apresentação. (*Palmas.*) Agradeço à Mesa a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos ao Dr. Hebert pela apresentação. Queremos ressaltar que, dos membros desta



Comissão Parlamentar de Inquérito, até hoje não vi nenhuma manifestação contrária de alguns membros pela não-utilização do monitoramento eletrônico. Sabemos que existem alguns movimentos no País já, algumas entidades ligadas a direitos humanos, Pastoral Carcerária, CNBB, que se têm manifestado contra, dizendo que vão constranger o preso. Mas a CPI entende a importância e sabe que constrangimento maior é um cidadão entrar na casa de um pai de família, estuprar o filho na frente do pai, chamar a mãe de vagabunda, meter o revólver na cabeça e sair dali sem nenhum tipo de acompanhamento.

Então, sabemos que vamos ter que vencer algumas resistências de alguns grupos ligados a movimentos sociais de direitos humanos contra o monitoramento eletrônico, mas temos a consciência da importância do monitoramento eletrônico de presos no Brasil.

O SR. HEBERT SAUL DE SOUZA - É, um fato importante que notei até num vídeo que vocês fizeram, uma produção muito interessante que mostrou a realidade, um preso dizendo que a família dele é o PCC. Essa daí poderia ser uma pessoa que não deveria estar lá dentro, como apareceu um outro preso que está há 2 anos e 8 meses sem um julgamento. Então, pessoas que estão em julgamento não deveriam estar dentro, na escola, fazendo a escola, o mestrado, o doutorado do crime. E o cara reverenciando uma situação que o PCC é a família dele. Então, acho que esse lado social que já todos nós comentamos, que é muito importante, é o fato mais principal a ser evidenciado nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Agradecemos ao Dr. Hebert.

Vamos convidar agora o Dr. Guy Machado, que vai falar sobre detectores de substâncias ilícitas, um equipamento muito importante, um tema bastante importante também.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Boa tarde a todos. Senhoras e senhores, Presidente, Relator, vou falar um pouco da EBCO. Trabalhamos com equipamentos de controle na entrada de presídios, principalmente de visitantes. A EBCO é uma empresa que já possui 16 anos de experiência nessa área, principalmente no Brasil. Ela é líder de mercado, comercializa serviços como equipamento de raios X, detectores de metal e equipamentos espectrômetros de massa. Já possuímos mais



de 1.100 equipamentos instalados e em funcionamento no Brasil. Então, isso nos dá a experiência necessária para poder até opinar sobre melhores soluções para o sistema carcerário brasileiro. Nós, hoje, vendemos equipamentos, locamos equipamentos; apresentamos soluções integradas, quando não é possível, às vezes, com a nossa própria mão-de-obra; damos assistência técnica em todos os nossos produtos; temos serviço de manutenção no Brasil, apesar de os equipamentos serem importados; estoque de peças, assistência técnica e solução de problemas em 72 horas. Vocês vão ver depois, nós temos equipamentos no Brasil inteiro. *(Segue-se exibição de imagens.)* Vou citar alguns *cases* recentes de sucesso em que fomos contratados: na visita do Papa Bento XVI, na visita do Presidente americano, nos Jogos Pan-Americanos e nos presídios de São Paulo. É uma apresentação rápida, então são só fotos mesmo. Visita do Papa. Então, prestamos todo o serviço. Colocação do equipamento, inclusive a mão-de-obra. Fomos contratados, nesse caso, pela Polícia Federal, e onde houve o deslocamento do Papa nós levamos os equipamentos. Visita do Presidente americano, George Bush. Ficamos fazendo todo o controle de acesso na entrada de todo o material que entrava no hotel onde ele ficou hospedado. Isso incluía bagagens e revista nas pessoas. Nos Jogos Pan e Parapan-Americanos, fornecemos equipamentos para o Ministério da Justiça, e esses equipamentos foram instalados nas entradas dos estádios e dos locais de jogos, proporcionando a inspeção de todas as pessoas que assistiam aos jogos. E nos presídios de São Paulo, especificamente para o caso aqui, fornecemos 178 equipamentos de raios X e 152 equipamentos de detectores de metal. Isso, primeiro, pelo prazo muito curto, e a quantidade de presídios no Estado de São Paulo... hoje, é o Estado que está, vamos dizer assim, mais equipado com relação ao controle da entrada de visitantes nos presídios. Justamente a questão do celular é o caso mais falado, mas é um dos casos. É um dos casos também que fornecemos todos os equipamentos. Nossa estrutura no Brasil envolve escritórios em Brasília, Rio, São Paulo e centros de operação. Ali, vocês podem ver algum centro de operação em fronteira onde operamos equipamentos, inclusive para a Receita Federal. Aí é onde possuímos equipamentos instalados no Brasil. Isso aí são cidades onde já estão instalados equipamentos nossos em funcionamento para serem testados e comprovada a sua eficiência. Os equipamentos estão distribuídos



da seguinte forma: nos presídios é a maior parte dos equipamentos que possuímos instalados; nos aeroportos, os sistemas... todos nós viajamos de avião, passamos pela revista, pelo raio-X e pelo detector de metal; nos Correios, que fazem a inspeção do SEDEX, por exemplo, e o SEDEX você não pode abrir, então você precisa realmente da inspeção não invasiva, você não pode violar a correspondência; Ministérios, temos equipamentos em Ministérios, outros estão espalhados em vários locais diferentes; tribunais, portos e aqui, no próprio Legislativo, temos aqui na Câmara dos Deputados. Como parceiros temos como fabricantes de raios-X a Smiths, líder mundial, e a CEIA, que também é líder no caso de detectores de metal. Especificamente agora para o caso em questão, que são as penitenciárias. O uso de equipamentos de raios X. Nós verificamos na prática o seguinte. A evolução começou com equipamentos de pequeno porte para inspeção daquilo que era carregado com o visitante. Ou seja, a visitante chegava com uma sacola para o seu marido, ou o seu filho, e passava no equipamento de raios X. Mas, na prática, nós verificamos que hoje nos presídios de São Paulo e nos presídios federais são utilizados equipamentos também de grande porte para inspeção de todo o resto que entra no presídio, seja a roupa que entra, seja a lavanderia, seja a quentinha, seja tudo, enfim, mantimentos, material de limpeza, tudo que entra, também com equipamento de grande porte. No Estado de São Paulo foram instalados 111 equipamentos e estão em pleno funcionamento e dando bastante resultado. Ali nós temos 2 modelos de equipamentos pequenos. Esses equipamentos que nós estamos apresentando aqui são soluções adicionais, são equipamentos inteligentes que detectam substâncias ilícitas, sejam elas drogas ou explosivos. A gente já tem experiência com presídio e a gente já viu muito diretor de presídio falar: *“Não, você tem que deixar entrar um pouco de droga para acalmar”* — talvez o próprio Presidente tenha confirmado isso aí nas visitas —, *“para acalmar e tal”*. É uma prática ilegal. Então, seja pequena quantidade, porque, como... Nós estávamos vendo a apresentação do pessoal de segurança de Brasília. Do contingente penitenciário, do contingente de detentos, 70% estão lá para cumprir sua pena, 20% estão naquela... vai para um lado e vai para o outro, e 10% estão comandando a criminalidade dentro do presídio. Esses 10% estão entrando com celular, esses 10% estão entrando com drogas, esses 10% estão traficando drogas



dentro do presídio, estão controlando os outros 90%. Esses equipamentos... Nós já temos aquele equipamento, o Sabre 4000, instalado nas penitenciárias federais, e nós temos o Ionscan 500 DT instalado nos aeroportos. Esses equipamentos, eles são automáticos e coletam substâncias, vestígios de drogas ou explosivos na roupa das pessoas, ou nas bagagens, e em 7 segundos apontam qual droga ou qual explosivo que foi detectado, se foi cocaína, se foi maconha, heroína ou o que quer que seja. Nós temos esses 2 equipamentos, para mostrar ali fora se alguém quiser ver. O Sentinel faz a mesma coisa, só que em formato de pórtico. Nós trouxemos esse equipamento, ele ficou em demonstração no aeroporto de Guarulhos. Inclusive teve um caso de um angolano que foi pego com droga na palmilha do sapato. Você pega justamente o vestígio de droga. Aqueles 2 equipamentos, eles são complementares. Eles são equipamentos de primeira resposta. Eles já não são mais restritos a drogas e explosivos, nem a produtos químicos. No caso ali, o Sabre 4000 também pega produtos químicos. Por exemplo, é muito utilizada em presídios água sanitária como forma de você afugentar tanto o agente carcerário como eventualmente animais, etc., porque você sufoca. Então, o Sabre também pega produtos químicos. No caso do Hazmat e do Gazmat, não, é qualquer substância na natureza, ou seja, eu cadastro naquele equipamento ali 40, 50 mil substâncias e eu também, em 7 segundos, posso identificar — é um laboratório portátil — que substância é aquela. Por exemplo, no caso de um combustível, eu sei se ele é um combustível adulterado, se não é. Sei se é um agrotóxico permitido ou proibido de comercialização no Brasil. Então ele é um equipamento adicional. Não há necessidade de haver 1 em cada presídio, talvez 1 em cada Secretaria de Administração Penitenciária, no máximo, para situações de emergência ou de primeira resposta. Você tem uma resposta imediata. Às vezes, o preso jogou algum produto, você não sabe o que é; você precisa agir com rapidez, e aquilo lhe dá resposta imediata. Uma outra questão muito discutida é o seguinte. Não adianta muito você ter um excelente equipamento se você não tem um bom operador. Pensando nisso, os fabricantes também já desenvolveram *softwares* auxiliares para ajudar o operador a identificar substâncias suspeitas. Então, hoje em dia, os equipamentos, por exemplo, vendidos em São Paulo e nos presídios federais possuem a função de detectar automaticamente drogas ou explosivos. Ele alerta o



operador, chama a atenção do operador para a questão da droga e do explosivo. Então, isso facilita o trabalho do operador. Vocês estão vendo uma imagem de uma mala, por exemplo. Não é uma coisa simples de se ver. A gente acha que é muito simples, mas você tem que entender por que aquela sola de sapato é de borracha, por que aquela sola é laranja. Enfim, você tem que ter um curso mais aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixe-me só fazer uma pergunta.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No caso desse aí, por exemplo, vamos imaginar que tenha droga ali dentro. O operador está defronte dele. Vai aparecer no painel. Fica armazenada essa informação? Por exemplo, no final do dia, vamos imaginar que o diretor do presídio queira fazer uma inspeção nesse aparelho para saber se o agente recebeu o sinal, mas não tomou nenhuma providência porque ele foi subornado, para deixar entrar. Fica armazenado para, no final do dia, emitir um relatório, por exemplo, do diretor do presídio? *“Olha, passou isso aqui. Entrou droga, entrou celular, e o agente fez vista grossa”*. Fica guardado, ou é emitido algum sinal para uma central que não é operada por aquele agente ali, num outro equipamento? Como é que é?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Você tem 2 formas. A próxima função que vou apresentar já responde a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Mas basicamente é o seguinte: tudo pode ser feito, inclusive um monitoramento remoto. Você pode ter essa imagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em outro local.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - ..num presídio federal, lá em Catanduvas, e uma cópia dessa imagem sendo apresentada num presídio em Brasília... desculpe, na central, que é no Ministério da Justiça. Há uma pessoa que está auditando ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, mas já existe em funcionamento um sistema assim?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Já existe em funcionamento. Nos presídios, inclusive, de Minas Gerais foi solicitada, na última aquisição que foi feita



em Minas Gerais, essa função que seja... que tenha a possibilidade de você ver a imagem remotamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que é uma fiscalização sobre agente.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Mas a próxima função, que é uma outra... Na verdade é o seguinte. Depois do fatídico 11 de Setembro, nos Estados Unidos, verificou-se que os equipamentos de raios X tinham uma excelente capacidade, mas os operadores não podiam ser aferidos. Não tinha como eu aferir a capacidade do operador. Então, o Governo americano incentivou todos os fabricantes a disponibilizarem um *software* a mais, que era justamente isso. Por exemplo, você viu aquela imagem anterior. Tinha só uma arma nessa imagem. O que o raio-X fez sozinho? Ele projetou uma segunda imagem, aleatória, uma imagem do meu banco de dados, essa imagem é falsa, não é verdadeira. Se não tivesse uma arma ali, tanto fazia. Por exemplo, poderia ter uma bagagem limpa, e eu projetaria uma imagem suspeita, no caso uma arma, uma droga, um celular, qualquer que fosse, para ver se o operador está atento. Se o operador estiver atento, ele vai ter que apertar uma tecla. Aí essa imagem automaticamente some, e fica registrado no arquivo que ele identificou aquela imagem. Se ele deixou passar, fica registrado que ele deixou passar determinada imagem. Isso é uma forma de você conseguir aferir a qualidade do operador, para ver se ele está realmente atento ao serviço a que ele se dispõe a fazer. Os equipamentos detectores de metal. A gente discute muito o detector de metal, a gente lembra muito do detector de metal de presídio... desculpe, de banco. O detector de metal de banco, ele não é projetado para pegar, por exemplo, lâminas de barbear, pequenos estiletes, balas, etc. E outra, a questão do presídio, vocês viram na construção, o Nathaniel mostrou ali, é tudo concreto, concreto armado, ferro para tudo quanto é lado. Então, hoje você tem equipamentos de altíssima sensibilidade e inteligentes, ou seja, ele se ambienta eletronicamente onde ele foi instalado, ele absorve toda a massa metálica ao seu redor e ele passa a desprezar essa massa metálica e só considerar a massa que ele está buscando identificar. Então, isso faz com que o detector de metal seja, obviamente, mais caro,



porque ele é mais inteligente, vamos dizer assim, mas você tem garantia de quê? Você não precisa reduzir a sensibilidade do detector para ele não apitar porque a porta de grade está se mexendo. Você pode deixar a porta de grade se mexendo, você pode deixar ela instalada num piso de concreto, ou do lado de uma parede de concreto, e você pode deixar a sensibilidade dele ao extremo que ele vai continuar detectando pequenas lâminas e pequenos objetos. Essa outra tecnologia nós estamos trazendo para o Brasil. Não tem em local nenhum instalada aqui ainda, e já existe em alguns aeroportos estrangeiros. Esse é raio-X literalmente de corpo humano. A gente chama *duo body scan*. Por quê? Porque ele tem 2 geradores, tem 2 visões do corpo humano. Com isso, posso ver, inclusive, se a pessoa ingeriu... No caso ali foi apontado narcótico. É muito comum, mais comum do que a gente pensa, introdução de objetos proibidos em cavidades do corpo humano, entrada tanto de celulares como de substâncias ilícitas. Com esse equipamento, você faz uma única inspeção, tanto seja ela de detector de metal como detecção de narcótico, ou explosivo, ou qualquer outra substância ilícita. Esse equipamento ainda está em teste. Esse equipamento, ele precisa da aprovação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, porque, independente de qualquer coisa, ele também é um equipamento de raios X, só que ele é um raio X aplicado no corpo humano. Se alguém perguntar, a gente já responde que ele é mil vezes menos potente do que um raio X odontológico. Então, se você vai num dentista e tira uma radiografia daquelas panorâmicas, você vai tomar muito mais radiação, mil vezes mais, do que se você passar num equipamento desse. Ele é um raio X de baixa energia. Mas, mesmo assim, a CNEN regula esse equipamento. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele está em teste no mundo ou está em teste no Brasil?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Não. Nós trouxemos um para o Brasil, para fazer testes, inclusive junto à CNEN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, mas lá fora ele já funciona?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Já funciona, normalmente. Nos aeroportos do Peru... Inclusive, o pessoal dos presídios de Brasília foi... O Nathaniel acho que não, mas 2 profissionais aqui de Brasília foram ao Peru ver o equipamento, que já



está em funcionamento no aeroporto, normal. No dia-a-dia o embarque de passageiros é feito, e as pessoas passam aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só a título de curiosidade, esse equipamento é vendido ou é locado?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Ele é vendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o custo?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Ele hoje está em torno de 200 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cada equipamento?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Cada equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para comprar unidades.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Uma... unidade, é. Por exemplo, no presídio de Brasília, como existem vários locais, estima-se que seriam necessários 7 equipamentos. Dependendo... Por exemplo, no Estado de São Paulo, são 180 unidades prisionais distintas umas das outras. Então, se fosse o caso, no Estado de São Paulo, teria que ser 180 unidades. Quer dizer, Brasília tem a vantagem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto tempo de vida útil?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Vida útil, boa pergunta. Primeiro, bem mantido... Eu vou pegar um bom exemplo, no caso da INFRAERO. Nós vendemos equipamentos na INFRAERO em 1994. Hoje, esses equipamentos de 1994 são utilizados nos aeroportos de maior freqüência, inclusive Congonhas, Santos Dumont, Galeão, e Guarulhos também. Então, estão funcionando até hoje — já faz 14 anos — os equipamentos de raios X. Isso também é um equipamento de raios X, do mesmo fabricante. Não tem por que ser diferente, uma vez que, bem mantido, não funciona... Os equipamentos da Câmara dos Deputados foram vendidos em 1995, para o senhor ter uma idéia, por exemplo. Então, aqui dá para ter uma boa idéia, aqui na Casa mesmo. Um exemplo de inspeção prática é o que a gente vê nos aeroportos brasileiros: a pessoa passa a bagagem dela... ou o que ela tiver trazendo para o seu apenado... no equipamento de raios X... a pessoa passa pelo detector de metal, mas, ainda assim, ela poderia estar portando alguma substância ilícita, drogas ou explosivos. Então, ela entra numa salinha, onde ela faz a inspeção, sem retirar roupa nenhuma — não precisa tirar a roupa —, é feito com coleta de vestígios na mão, nos bolsos, nas roupas. Tudo isso aqui é feito justamente para não ser



necessária a retirada da roupa da pessoa. Nós fizemos testes práticos. Existe isso funcionando em 170 presídios brasileiros. Isso comprova que só em casos extremos faz-se necessária a retirada de roupa da pessoa para se fazer uma vistoria mais íntima. Até porque o detector de metal, sendo de extrema potência e capacidade, ele é capaz de pegar um celular, mesmo que ele estiver em alguma cavidade do corpo humano. Aqui é um assunto que eu trouxe à pauta. Aqui é o seguinte: o próprio Congresso, especificamente a Câmara dos Deputados, já discutiu o assunto “detector de metal e raios X nos presídios federais”, desde 2002. Nós temos, ali, projeto de lei, projeto de lei de 2003, projeto de lei de 2004, projeto de lei de 2005, projeto de lei de 2005, projeto de lei de 2005 e, último, projeto de lei de 2007. Todos eles, com uma nomenclatura ou com outra, de Estados diferentes, de Deputados de diferentes Estados e de diferentes partidos. Ou seja, parece já ser um consenso a discussão sobre o assunto da obrigatoriedade do uso de raios X e detector de metais nos presídios. Só que, até para questão de nomenclatura, e falando daquela questão constitucional, a maior parte deles fala de penitenciárias federais. As penitenciárias federais já possuem, é uma lei que não será mais necessária, porque as penitenciárias federais já possuem. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a firma iria quebrar também, porque só tem 3...

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - É. E as...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para vender...

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - É. As penitenciárias de segurança máxima ou de segurança média, etc., tudo bem, a gente pode... mas, nas penitenciárias federais, perde o sentido. Então, qualquer pergunta, agora, que vocês tiverem a respeito do uso dessa tecnologia, do uso de... como é na prática, enfim, estamos à disposição. E, eventualmente, nos nossos contatos através do *site* também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, eu, particularmente, já visitei o presídio federal de Catanduvas, e tivemos lá uma demonstração de boa parte desses equipamentos. Pelo menos, eu me lembro que lá, acho, só não tinha esse que faz o raio-X completo, mas os demais... Eu me dou por satisfeito.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, não é uma pergunta. Apenas pediríamos a todos os expositores que deixassem conosco a exposição feita.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Não, com certeza. aliás, eu até tinha gravado um CD, já. É porque eu nem sabia que a gente iria usar o computador.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Eu só gostaria de saber do expositor se foi feito um levantamento de custo no sentido de cobrir todos os presídios do Brasil. De quanto seria?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Olha, a gente nunca fez esse levantamento, mas posso dizer o seguinte: São Paulo gastou 30 milhões de reais para os presídios de São Paulo, 170 presídios, mais ou menos. No Brasil, segundo, acho, no levantamento do DEPEN, são em torno de 700 a 1.000 unidades prisionais, sendo que vários Estados já possuem... Outros Estados. O Distrito Federal já recebeu recursos do DEPEN para aquisição; Curitiba, Paraná, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, vários outros Estados já têm, já estão implantando essa política.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - São Paulo já tem cobertura total?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Total. Só nas novas, nas novas unidades é que não tem, as que ainda estão em construção. Todas as outras antigas já têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, em São Paulo, nós percebemos um problema: eles têm os aparelhos, mas eles não têm monitoramento eletrônico de câmara para acompanhar quem está monitorando o aparelho.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - É. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nos presídios onde nós entramos, inclusive os de segurança máxima, em São Paulo, Presidente Venceslau, tem aparelho, mas não tem monitoramento eletrônico. Se um agente quiser ser conivente ali, vai, porque não resolve.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - É. Aquela função que eu mostrei ali, de projeção de uma ameaça suspeita, ela é chata para o operador, porque a cada 10 bagagens, ou a cada 5, depende do critério que você estabelecer, ele vai ficar jogando alguma coisa lá. A gente vê pelo uso em aeroportos. Os aeroportos também são assim. Ele tem que ficar jogando alguma coisa porque você tem que manter a



atenção, prender a atenção do operador ali, na bagagem. Uma olhada de lado, passou alguma coisa. Então, quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Agora, se ele desabilitar, isso é uma função. Habilitável ou não, é a direção do presídio ou a Secretaria de Administração Penitenciária que decide como vai ser, em que frequência, e como vai ser utilizada essa função. A mesma coisa, os pórticos. Os pórticos, eu não falei, mas os pórticos também podem ser monitorados à distância. Os pórticos, como eu falei, são inteligentes. É um mini... É um computador aquilo ali. Não são pórticos normais de banco. Então, eles são interligados. A cada alarme... Eu posso soar o alarme na central, saber que a tal hora; tal dia deu o alarme; o que aconteceu com o alarme. Eu posso até interligar o alarme ao acionamento automático da câmara de vídeo para filmar. Agora, isso tem que ser... Não adianta, o equipamento, sozinho, não vai resolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Ele precisa da colaboração tanto do diretor do presídio como da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos ao Dr. Machado.

Concluiu? Concluiu a exposição?

O SR. GUY IGLIORI MACHADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Agradecemos ao Dr. Machado pela exposição.

Vamos convidar agora o Dr. José...

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - José Carlos, é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - José Carlos? Por que tiraram o Carlos daqui? (*Riso.*) Ele vai falar sobre o sistema de segurança integrado.

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Em primeiro lugar, boa tarde. Parabenizar e agradecer à Comissão pela oportunidade de estar trazendo a informação. Eu represento aqui a Bosch. (*Segue-se exibição de imagens.*) O pessoal conhece a Bosch por uma empresa de ou produto automobilístico ou ferramenta. Furadeira? Como isso virou sistema de segurança? Então, eu vou fazer



um breve relato, porque a Bosch, de fato, começou como indústria automobilística. O fundador é o Robert Bosch, ligado à indústria automobilística, por causa do magneto. Inclusive, o símbolo da empresa é o magneto. E aí é o precursor da vela; e aí, casado com a indústria automobilística até hoje. Ele faleceu em 64. Deixou um testamento com 92% das ações para uma fundação. Então, a Bosch, na Alemanha, é uma fundação, e daí uma empresa que ou reinveste, sem fins lucrativos, ou reinveste na própria empresa ou em obra social. As divisões no mundo, sim, têm que ser lucrativas. E com esse faturamento e reinvestimento na própria empresa, virou uma indústria de idéias, de patentes — são 12 patentes por dia útil de trabalho. Mas também deixou lá uma orientação — isto aqui é um investimento em obras comunitárias no Brasil — deixou lá uma orientação que nenhuma divisão poderia representar o percentual maior do que 60, 65% do faturamento da empresa, e aí obrigou à diversificação. Ela passou a atuar em várias áreas: ferramentas, eletrodomésticos, geladeiras etc. e sistema de segurança. No Brasil, nós estamos baseados em Campinas. Esta é uma vista aérea da planta, lá. Lá, são quase 6 mil funcionários. Estamos lá desde 1956. E a nossa área ainda é pequenininha aqui — começou em 2001, mas, a partir dali, nós atendemos toda a América Latina. Então, é uma cultura, também, que a Bosch está baseada na América Latina, a partir do Brasil. Lá, temos assistência técnica, laboratório, *marketing* em todas as áreas, diretamente, para atendimento ao mercado. Começou, em 2001, numa cultura de aquisição de empresas para entrar no seguimento. De 2001 até 2006, estas são as principais aquisições. Os senhores conhecem esta, aqui, muito, na área de circuito fechado televisão. Aquela lá, na área de áudio, a TELEX. E agora, em dezembro, por isso que não está aí, foi em dezembro de 2007 autorizado pela Comissão de Valores, nos Estados Unidos, em março, e por isso estou anunciando aqui, agora, a Extreme. Nós vamos ver essa solução daqui para frente. E com isso, o grupo pode proporcionar, a nível mundial, solução em 5 grandes áreas: intrusão, que é o sistema de detecção de alarme; circuito fechado de televisão; detecção de incêndio; controle de acesso e o que a gente chama de *public address*, endereçamento de áudio. É isso que nós temos aqui. Na área de presídios, nós temos uma herança muito legal em circuito fechado de televisão por essas 2 empresas, Philips e Extreme, e algumas novas instalações. Isso aqui é uma instalação recente. East



Mesa Juvenile é quase a FEBEM deles, mas é para presos de alta periculosidade. Lá, o que há de interessante é o monitoramento com imagens arquivadas por 12 meses — um ano de gravação em tempo real. Só para vocês terem idéia do que é o banco, este é o banco, é o *storage*, é o banco de HDs que grava essas imagens. Vamos adiante. Aí, algumas outras referências no mundo de instalações prisionais. Nós temos a maior, não é lá, em vídeos sobre IP. São mais de 400 câmeras, e mais algumas aí. No Brasil, inclusive, nós temos já as primeiras unidades, através do SAP, lá em São Paulo; a primeira, inclusive, com vídeo sobre IP, que está sendo instalada agora, que é em Iperó. Monitoramento de imagem, para nós... Tem muita tecnologia, eu não vou me alongar tecnicamente, mas vídeos sobre IP, sistemas modulares, integração de sistemas, recursos que a gente chama *auto track* e *auto track 2*: você despreza um movimento e foca no movimento que interessa, e a câmera opera sozinha nisso. Você tem movimento numa área, movimento na outra área. Leia aqui, por exemplo, uma área de presídio, onde ele, ao passar a linha detectada... Então, você tem gente andando aqui, gente andando ali, e o sistema detecta um movimento que não deveria, não poderia acontecer. Estabilização de imagem. A gente sabe o que é vibração, calor, e todos os defeitos que podem gerar numa captação de imagem. Nós temos *software* para tratar isso. A gente tem que se preocupar, quando coloca monitoramento de imagem, com direito de propriedade de imagem. Nós temos uma grande experiência em área pública. Nós fazemos monitoramento, grandes monitoramentos em cidades, e a gente tem que garantir ao cidadão a não invasão da privacidade. Então, a própria câmera tem, dentro dela, recurso para você mascarar áreas que não podem, desta forma, desta forma, ou até desta forma, que é aquele mosaico que a gente costuma ver na TV. Câmeras para aplicações antivandalismos. Começamos a enxergar aqui uma solução que, dentro de um evento, isso aqui está arreventado, num momento de uma rebelião. Isso daqui, ele não consegue nem chegar até o cantinho, lá, ou bater na forma para poder romper uma câmera dessa. E aí, embalagens blindadas, e outros tipos de coisas. Os sistemas baseados em IP permitem o que a gente chama de matriz virtual. Então, você começa a trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Neucimar Fraga) - Só para lhe interromper, volte ali naquela câmera.



O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Volta lá, Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela é blindada? Nem fogo...

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Cinqüenta quilos... como é policarbonato, ela vai queimar depois de um tempo. Ela tem uma resistência relativa. Quer dizer, teria que fazer o fogo e manter o fogo lá. E, naquela altura, então, pela localização, você inibe a ação de botar fogo lá. Tem que fazer a pilha do que for queimado para chegar até lá. Mas nós temos uma coisa superior a esta, ainda, se precisar, para alguns ambientes. Há a matriz virtual, a gravação virtual, local e, remotamente... Alguém falou muito sobre a preocupação de monitorar remotamente as coisas. A idéia é esta: se ter, em um local remoto, toda a informação replicada. Se aquele local cair, aquele *site*, eu poderia ter a documentação, remotamente. Aí, as matrizes virtuais, aquelas telas que têm... A gente pode ter plantas, a gente pode ter câmeras *linkadas* na planta. Você clica em cima, e já te dá acesso à câmera, e você sai operando. Então, se você tem o alarme localizado, você rapidamente busca o que está acontecendo no evento. E aí, até a capacidade de interagir com o sistema existente e os sistemas que a gente chama de IP. Tudo isso em vídeo sobre IP. A Bosch como fabricante. Esta foi a aquisição recente, a Extreme, uma empresa canadense — como o nome diz, são aplicações extremas para circuito fechado de televisão. Então, eles têm bastante base no mundo, bastante câmera antivandalismo, bastante operação de iluminação a infravermelho — o que é o tipo de iluminador de infravermelho, como se enxerga, como se enxerga uma situação noturna com iluminação, e num comprimento de onda que o olho humano não enxerga. Então, as pessoas estão monitoradas sem saber, e a diferença, inclusive do que é visão noturna e o que é iluminação ativa, infravermelho ativo. Porque há diferença entre prevenir falsos alarmes... Ou a diferença entre identificar e ser informado do que está acontecendo. Então, isto aqui é um normal, térmica, e isto é uma infravermelha ativa, no mesmo evento. Áreas duras, de clima ruim... Ou até a gente tem aí uma instalação para visualização de longa distância, com infravermelho. Uma linha toda de câmeras móveis blindadas. Essa linha é bem resistente, é toda em aço, é utilizado o inox. É utilizada por algumas entidades que os senhores conhecem bem, são famosas, para aplicações muito duras de



(*ininteligível.*) etc. Depois, vou mostrar um filme sobre o que é esse evento aí, resistência a água. O bombeiro vai jatear essa câmera para vocês vê-la operando. A guarda costeira utiliza esse sistema nos Estados Unidos. Aí, lentes duplas, para dia e noite. Câmeras de 360 por 320 de PAN/TILT, movimentos pesados, aplicações de dome térmico, câmeras móveis, térmicas. Essas daqui já são utilizadas há alguns anos, acho que... Não em Iperó. Alguma instalação, lá, em São Paulo, da SAP. São câmeras, também, antivandalismo, essas, sim, à prova de fogo. Toda linha de intrusão, detecção, desde residencial até industrial. Então, vocês conhecem isso como os detectores e centraizinhas de alarme, os sensores sem fios. A gente tem que cuidar do perímetro também. Instalação comercial sem fio, mais elaborada, para múltiplos usos, e industriais, pesadas — a PETROBRAS é um grande cliente usuário — e receptoras. A gente pode ter aqui, a partir de um serviço que hoje, no Brasil, é locado; a gente pode ter, a um custo muito reduzido, a recepção de todos os alarmes, de todos os locais remotos do País, por vários meios: linha telefônica, Internet, GSM, o que precisar, tudo dentro de um único sistema de comunicação, tudo gerenciado pela mesma plataforma. Nós vamos chegar muito rápido na plataforma. Há uma série de detectores para tudo: para teto, para incêndio, microondas, profissional, para uso de perímetro, para uso de quebra de vidro, sísmico — eu estou cavando túnel, então mede-se a vibração — e uma plataforma operando tudo isso. Nós vamos chegar a falar dessa plataforma, chama-se BIS, também integra incêndio. É muito longo, eu não vou... Eu vou falar direto do BIS, o que é essa plataforma. A função dele é ser, primeiro, modular, que está dividido em tipos de controle, e, como o predial, ele integra controle de acesso, alarme de intrusão, detecção de incêndio, circuito fechado de televisão e outros sistemas que a gente queira ter. A gente chama de predial, mas veja esse prédio como um presídio. É uma automação de todos os sistemas de segurança. Então, a gente pode organizá-lo por eventos críticos. Você pode determinar o que é alarme para ele, e aí a gente garante, mesmo na ausência do agente ou na falta de pessoal para fazer gestão, que o sistema, sozinho, faça algumas gestões. Então, por exemplo, tem uma detecção de um alarme de qualquer tipo, o sistema avisa: é uma intrusão; ou então o sistema de gravação passa a gravar em alta velocidade; passa a transmitir para outra pessoa; armazena; trava as portas ou faz qualquer coisa no controle de



acesso. Então, são vários outros subsistemas, inclusive de outros fabricantes, de vários parceiros que estiveram aqui, hoje, apresentando soluções, integradas numa única plataforma. Esta é a cara de uma tela. Quer dizer, eu tenho planta, eu tenho reporte de alarme, eu tenho, inclusive, a instrução para o operador do que ele pode fazer sobre o sistema. E aí a cara das telas. Esse aqui é para vídeo, para controle de acesso, para sistema de circuito de televisão controle de acesso, vídeo e outro sistema. Eu quero controlar a iluminação; eu quero controlar o consumo de água; eu quero controlar alguma coisa no sistema, é automatizado. A tela dele pode ter a carinha que a gente quiser. Ele é aberto, cada um faz; tudo que ele suporta, tanto das linhas de produto Bosch que nós vimos, como de outros fabricantes. Esses já estão inclusive feitos, e se nenhum daqui que falou já está integrado, se ele tiver um protocolo chamado OPC, que você pode olhar nesse site — *opcfoundation.org* — ele já se comunica automaticamente. Então, teve lá uma detecção, um incêndio. Ele automaticamente avisa o sistema, abre o controle de acesso, faz o reporte de alarme, manda o e-mail para alguém, aciona o celular, liga para o bombeiro, chama o guarda, faz o que precisar. Então, a guarda fica sabendo antes, tem uma imagem, não tem imagem. Isso, por exemplo, é intrusão mais vídeo. Então muda a velocidade, começa a transmitir para alguém, manda essa imagem num formato acessível para alguém remotamente. São ferramentas de gestão predial ou dos sistemas de segurança. São plataformas. Eu queria pedir autorização para passar o filme. Pode ser modular também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Eu estou correndo muito, né? Muita informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta: já existe algum presídio no Brasil com esse sistema de integração, completo, assim?

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - No Brasil não. Completo, ainda não. Temos projetos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Parcial, existe algum?

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Inaugurando em Iperó, a parte de vídeo sobre IP. Eles estão migrando de um analógico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Onde?



O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - Em Iperó, do SAP. São os 3 agora recentes que estão sendo implantados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Iperó é onde?

O SR. JOSÉ CARLOS HOLLAENDER - São Paulo, interior de São Paulo, perto de Sorocaba. Do SAP, tá? Isso. Iperó. Esse aí pode ser um filme. Esse é interessante, esse aí é uma situação de iluminação noturna. Para vocês terem uma idéia da distância que é isso, isso é um barco que está numa baía a 750 metros de distância da câmera, com iluminador infravermelho. Aqui eu estou voltando o *zoom* para vocês terem idéia onde é isso, tá? Uma câmera normal, uma câmera móvel, tipo dome, com recursos da Extreme de infravermelho. Apaga, acende. Vamos voltar lá. Esse comprimento de onda de luz o barco não está vendo que está sendo monitorado e foi identificado: o DH1-76, estava pescando irregularmente naquele local naquela hora. Isso é bom, esse aqui também, *zoom*. Olha aqui uma distância de *zoom*. Essa é uma estação de esqui. A base que está monitorando está um pouquinho distante desse local. Então, para vocês terem uma idéia o que é um perímetro, por exemplo, de um presídio podendo ser monitorado. Esse é um *zoom* de uma câmera de qualidade, não o que a gente está acostumado a ver. Isso, da câmera aquela, que eu prometi para vocês mostrar o filme do que o bombeiro faz com a nossa câmera. É aquela dome sob a ação pesada de água. Não achou bom daquela distância, e achou que mais perto era melhor. Aí o operador resolveu enxergá-lo também, em contrapartida, né, debaixo daquela tempestade. Dá para ter uma idéia do que é a resistência de um equipamento desses. Vou mostrar o filme do BIS, o que é essa plataforma operando todo esse sistemas. BIS, aqui em baixo. Esse aí. Pula a apresentação, Paulo, que isso é muito chato. Vai ali na direita. Está coberto ali pela plaquinha. Isso. Pode clicar que... Quero mostrar alguns recursos do sistema da plataforma que integra várias operações. Qual é o conceito? Ele está mostrando as aplicações do sistema, mas a gente poderia pilotar isso e ir para o que nos interessa. A câmera detecta, manda aquela tela que vimos lá da imagem e, automaticamente, passa a transmitir; vai buscar a imagem gravada do quando é que a pessoa estava; mostra, por exemplo, um controle de acesso identificando a pessoa que chega, a imagem ao vivo versus o cartão da pessoa e o que ela tem acesso ao local. A integração de sistemas, quer dizer, automação: qual o andar que



ele pode, qual andar que não pode, qual é a ala do presídio. Então, você garante a pessoa no local em que a pessoa tenha ou não tenha acesso àquele recurso, fica registrado; você dá e tira o privilégio no *software* e quem fez o quê no *software*, todo um *log* de atividades, quem fez o quê, todo um registro de tudo o que aconteceu, local e remotamente. Isso permite ao gestor do sistema daqui, sem precisar ir até lá, alterar esses privilégios, essas configurações e todo o sistema; resgatar uma imagem, fazer uma auditoria a partir de uma central única. Esse é o conceito desse sistema. Exemplo de aplicação, não. Eu quis ser rápido, extremamente rápido, porque a gente já está com o tempo estourado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós agradecemos ao representante da Bosch, o Dr. José Carlos Hollaender.

Vamos convidar agora o último expositor, Dr. Mário Montenegro, que vai nos falar também sobre automação penitenciária. É a última exposição, e logo em seguida vamos encerrar a nossa audiência.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Boa-noite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Boa noite.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Quero agradecer aqui aos Deputados pelo tempo — já são 19h e todo mundo deve estar cansado; senhores e senhoras, vou fazer uma apresentação do sistema da empresa Renifer. (*Segue-se exibição de imagens.*) Estamos sediados em São Paulo. É uma empresa que já atua... Quer dizer, tenho um sócio, pelo menos, aqui que é o Antônio (*ininteligível*) que já está há 15 anos no sistema prisional trabalhando com acompanhamento, desde as necessidades básicas de todos, tanto do lado do preso, tanto do lado da gente. Então nós temos algumas premissas e alguns sistemas para serem mostrados. Antes disso, também, eu gostaria de falar... A gente falou várias vezes aqui em automação, e falou em sistemas IP e falou em monitoramento remoto. Então, um coisa que eu não vejo nos projetos inicialmente, né, distribuídos nas penitenciárias do Brasil, é uma preocupação da infra-estrutura de comunicação. Tudo que a gente fala que vai interligar, que vai monitorar remotamente, se predispõe de sistema de infra-estrutura básica, e essa infra-estrutura não é contemplada hoje na maioria das aplicações. Bom, a Renifer é uma empresa especializada em desenvolvimento, integração de produtos de automação e



supervisão do sistema penitenciário. Só complementando o José Carlos, nós já temos uma automação completa na penitenciária de Araraquara e em Iperó, Assis e São Vicente está sendo feito agora, já no Estado. Fizemos uma pré-automatização básica no ano 2000 só da parte pneumática em Bangu, e agora, este mês, está sendo retomada a modernização dessa base. Os produtos e serviços que a gente tem: automação e gerenciamento, prevendo abertura, fechamento, tranca à distância, tudo isso remotamente, eliminando a necessidade do agente penitenciário na vivência. Uma das preocupações colocada por todo mundo aqui é a separação entre ao agente penitenciário e o preso. Por quê? Porque ele é o primeiro a ser tomado como refém; ele é o primeiro que é culpado, às vezes, por alguma droga que é passada, por algum celular que é passado. Então, geralmente cai sobre ele isso. Se há uma falha desse agente, também é passado em livro. Então, o que seria falha do agente, não seria falha do preso. Então o preso às vezes é condenado por isso. Todos esses comandos são dados através de perfis. Outro processo que a gente tem é o gerenciamento e vigilância de arquiteturas de câmeras IPs. Aqui o José Carlos mostrou o sistema da Bosch. Nosso sistema... Todos os sistemas legados aqui no Brasil prevêm o que a gente chama de CFTV, que é uma câmera analógica vindo por um cabo coaxial chegando numa central. Esse sistema basicamente não se usa mais lá fora. Então, vai se começar agora os processo de migração. Qual a vantagem disso? Quando se tem uma câmera IP, a central de gerenciamento pode estar no local, na frente de uma galeria, na frente de uma raio, ou como ela pode estar remota, ela pode estar na sala do diretor, ela pode estar aqui no Ministério da Justiça, ela pode ser auditada de qualquer lugar que se tenha. Então, essa é uma grande vantagem. Outra coisa é... O Dr. Nathaniel estava aqui, falou sobre as construções. Uma dificuldade que a gente tem hoje é que, quando são projetadas, as salas de controle geralmente elas estão do lado da galeria. Elas estão do lado das celas. E a primeira coisa que acontece, quando um preso toma, ele toma a sala de controle. Com sistemas com infra-estrutura IP, você pode manter toda essa infra-estrutura e todo esse gerenciamento fora da área, inclusive fora do presídio, dependendo da qualidade e tipo de comunicação que a gente tenha. Todo controle de acesso funcionários e de visitantes, advogados, também é feito por autenticação biométrica. Nós hoje temos o sistema que já foi colocado no DEPEN, tanto em



Catanduvas quanto em Campo Grande, que usa dispositivos biométricos. Qual a vantagem disso? Você tem uma base única de cadastro. Quando o usuário ou um visitante está entrando no presídio, se ele coloca o dedo dele, a gente já sabe, pode remeter essa identidade diretamente para o DEPEN, que irá saber se ele tem alguma ficha ou não. Também é muito importante isso num sistema de inteligência. Eu sei que visitante fala que é, por exemplo, namorada de um preso nesse presídio, e ela está se passando como namorada de um preso de um outro presídio. Na verdade ela é informante. Também consigo monitorar aonde os advogados estão indo. Então, essa é a grande vantagem. Nosso sistema já prevê totalmente a integração do sistema biométrico. Aí, a base de dados pode ser integrada com o INFOPEN. No caso de Catanduvas e Campo Grande, já é. Entre nossos produtos, temos o sistema de antivandalismo — a gente pode checar violação, sensores parecidos com o da Bosch; monitoramento de sistemas hidráulicos, elétricos e iluminação, o que a gente chama de gerenciamento de utilidades. Também foi colocado, o Dr. Peregrino falou: eu posso fechar a água do lado de fora da cela, né, e cortar a água do presídio. Eu posso fazer isso; nós fazemos isso tudo com comando elétrico, comando à distância. Então, se num raio, eu tenho uma eletroválvula, eu posso fechar a água daquele raio. Se numa cela eu tenho uma eletroválvula, eu posso fechar a água só daquela cela. Isso, nós, hoje temos no sistema de Araraquara. Todos os modos de controle são baseados em tecnologia IP. Novamente, a base IP, a base de protocolo hoje é a base única que interliga todos os sistemas. Quem somos? A Renifer Automação é responsável pela produção dos elementos metálicos. Hoje nós temos um sistema em que a tranca da porta e o movimento da porta, não importa se ele é movimento pivotante ou deslizante, nós fazemos o fechamento remoto. Não há contato de partes elétricas ou de acesso para o detento. Então, não dá margem de um prisioneiro ou um detento sabotar e mexer no mecanismo. Também fazemos portas, grades, escadas etc. Desenvolvimento do sistemas biométricos de automação. Todos esses comandos são baseados em premissas de padrão ou permissão baseada no usuário. Um exemplo: em Araraquara, quando o diretor fala que tais agentes vão ser os agentes que vão fazer aquele turno, ele pode, de uma hora para outra, trocar o turno. Então, não tem perigo de um agente entrar, passar pelo sistema e abrir uma porta que não



era permitido, e todo esse sistema é logado e registrado. Nós detemos a patente mundial de um sensor biométrico eletroluminescente, que é usado na rede federal, e nós produzimos também placas de controle e algoritmos de identificação. Também se trata de uma empresa nacional, que produz produto aqui no Brasil, e hoje estamos exportando. Nós integramos sistemas de câmeras IPs, hoje da Bosch, da Indigo Vision e outros sistemas IPs. Nós temos experiências penitenciárias mundiais, aeroportos, portos etc. Em software de gerenciamento IP, nós temos experiência com gerenciamento na cidade de Praia Grande, com 1200 câmeras. Então, nós temos 1200 câmeras gerenciadas. Se você acessar hoje www.praia grande.sp.gov.br, você vai ver algumas câmeras, que são câmeras públicas. Essas câmeras públicas podem ser acessadas por qualquer um. Mas existem 1200 delas, e essas 1200 são usadas pela Secretaria de Segurança, que as administra. Nossa pesquisa em desenvolvimento tem algumas entidades que patrocinam e que ajudam. Um é o Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul; a outra é a Universidade Luterana, a ULBRA, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nós adotamos todos os padrões que o Ministério usa. São entidades de apoio acadêmico e pesquisa e certificação de projetos desenvolvidos. Uma das nossas premissas, a maior premissa é evitar ou minimizar o contato direto do agente penitenciário com o interno. Para vocês imaginarem, nós fizemos uma automação do CDP de Araraquara, e existe a penitenciária de Araraquara. Hoje existe um clamor, inclusive do Sindicato dos Agentes, para que seja feita a automação também do lado deles. Porque eles estão do lado da penitenciária e estão vulneráveis aos detentos, e quando eles estão do lado do CDP, eles não estão vulneráveis, e também diminuiu. Hoje nós temos às vezes 3, às vezes 2 agentes que controlam as 64 celas. Nós provemos sistema alternativo eletromecânico e controle remoto para abrir, fechar, trancar, quer dizer, toda a abertura, processo de abertura e fechamento não só das celas, mas como galerias, controle de iluminação, gerenciamento de água, é tudo feito por uma console central, e nós adaptamos em qualquer porta já instalada, qualquer padrão, pivotante ou deslizante. Nossa premissa também é criar uma blindagem especial no sistema baseado em alarmes de pontos estratégicos, na verdade todos os sistemas interligados; ser implantados em penitenciárias em pleno funcionamento, sem grandes transtornos, o que está acontecendo agora em Bangu.



Eles estão fechando um raio, saem os presos; nós fizemos a manutenção, implantamos, voltam os presos novos, mudamos de raio. No caso de Assis e São Vicente, nós estamos fazendo do zero. Utilizar o máximo de componentes passíveis de manutenção em ambientes externos. Também um alerta: toda vez que há uma concorrência pública, há sempre a preocupação com o quanto se vai gastar, mas nunca há uma preocupação de quanto é que se gasta para manter. Qualquer sistema que não tenha manutenção, ele é suscetível a falha. Em Araraquara, nós temos 2 anos, nós não temos um incidente. Nós temos funcionário 24 horas por dia, que mantém todo o sistema. Isso foi previsto, no caso da Secretaria de Administração Penitenciária, em São Paulo, foi previsto em contrato não só a instalação do produto, mas como a manutenção do produto. Ter equipe disponível para inspeção, já falei. Oferecer o mesmo controle de sistemas, é, oferecer os mesmos controles dos produtos que tem no ambiente exterior. Outra preocupação nossa é: nunca pegar um produto e trazer esse produto, que tem fora, para o Brasil, sem uma adaptação. Nós temos uma realidade diferente. Um exemplo disso é o de portas automatizadas. Vocês pegam uma porta elétrica, um dispositivo elétrico, e traz para o Brasil; o detento, ele estraga, ele urina em cima da porta, ele põe uma, um, qualquer coisa na frente; queima o motor. Porque lá fora tem uma lei que, se o cara danificou a porta, ele é apenado a mais. Aqui no Brasil, a gente quebra, faz tudo e não se muda. Então, se a gente não muda a legislação, nós temos que se preocupar que os produtos têm que ser adequado à nossa realidade. Disponibilizar nossos técnicos e parceiros para um desenvolvimento customizado para o DEPEN. Uma vez colocado o sistema, ele pode ser integrado já no DEPEN8, que é o caso que acho que vai acontecer agora em Vitória — que estão colocando, já tem verba para isso — e São Paulo. Aqui é um exemplo da sala de controle. Que vocês imaginam: eu tenho duas telas, que são monitores *touch screen*, sensíveis ao toque, que essa você gerencia as imagens; uma tela central, que tem o sinótico, que mostra o que está aberto, o que está fechado, se tem luz queimada, se tem água ou não; e uma tela de controle no meio, que eu mando do comando para abrir e fechar a porta. Esse, em Araraquara, um agente toma conta das 64 celas. Aqui, os painéis elétricos, automatizados, só para referência. Mais uma. Um sistema nosso também contemplando o monitoramento, o cadastro das pessoas, a checagem por biometria.



E, aí, a visão do Presídio de Araraquara, foto de 2005, essa unidade em funcionamento, e nós temos uma unidade em fase de finalização: Iperó, São Vicente e Assis. Nesse caso, nós estamos usando câmeras Bosch. Eu tenho um vídeo — está sem áudio aqui, mas é só para vocês, mostrando aqui. É o sistema de Araraquara. Lá, nós pegamos uma adaptação, quer dizer, já existia o presídio e, depois da reforma, nós adaptamos e colocamos as portas pneumáticas. Por que pneumático? Porque nós trabalhamos com ar. Não há contato, não há como roubar energia para carregar celular, para fazer nada. A manutenção é toda superior à cela, sem contato com a área interna. Aí, é um exemplo de comando. Estou comandando abrir uma porta, ou estou comandando ligar uma luz ou estou comandando cortar a água, e aí mostrando as portas abrindo automaticamente. Então, é basicamente o sistema. Então, nós temos hoje o sistema de automação de portas, o gerenciamento e monitoramento por câmeras, mais o sistema de controle de fluxo de visitantes, tudo por biometria, e mais... Ah, controle d'água, de utilidades, iluminação etc.. Basicamente, é isso, para ficar rápido. Dúvidas? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Dr. Montenegro?

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Sim?

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Como é que foi feito esse convênio, não sei como seria, essa negociação com a Secretaria de Assuntos Penitenciários, em relação a essas localidades? Por que não outras localidades como está aí? Porque é muito importante isso aí para o controle, para proteção dos agentes penitenciários, enfim.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Sim. Araraquara... Um exemplo, eu tenho aqui uma foto. Não sei se souberam da rebelião que teve lá. Essa aqui era uma sala de controle, e depois, como ela ficou. Aqui, se imagina depois da destruição da galeria, e como ficou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - É. Existia um contrato, que foi feito com uma construtora, em caráter emergencial, que foi a manutenção do presídio e, dentre essa manutenção do presídio, envolvia a recuperação do sistema eletrônico, que era totalmente manual. Era eletroímã, e não funcionava. O que a gente fez: fizemos uma proposta com a SAP e, pelo mesmo preço, nós integramos,



porque não é tão mais caro. Pelo mesmo preço integramos o sistema. A partir desse funcionamento, houve o convite das próximas 3 penitenciárias que estava saindo, que são justamente Iperó, São Vicente e Assis, que já foi pedido o sistema automatizado. Mesmo assim, o que acontece: o desenho do presídio contemplava ainda uma, a automação anterior. Então, a minha preocupação, e o Dr. Nathaniel pode ajudar nisso também, nos próximos projetos, é: já projetar com a sala de controle afastada, pelo menos onde vão ficar todos os seus equipamentos, afastada da área de comando, ou fora. Pode ser até fora da muralha, não necessariamente. Mas, já fazer um desenho novo. Então, essas 3 penitenciárias estão sendo entregues agora — acho que São Vicente é entregue a semana que vem, acredito; depois, vem Assis, depois, Iperó — e já há o desenho de os próximos 54 presídios serem já todos feitos dessa maneira. Ah, claro, existe também a facilidade de integração e de reformas de presídios. Começamos com o CDP.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Então, já tem o projeto para as outras penitenciárias do Estado de São Paulo?

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Já. Já. Hoje, já está contemplado no desenho do edital, já, essa automação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor pode informar qual é o custo do preso, quando é... A partir desse processo implantado, qual o custo de implantação e manutenção?

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Hoje, nós estamos fazendo... Existem duas maneiras de medir o custo. Uma, é custo/preço, e outra, é custo/cela. Na base de custo/cela, está variando de 15 mil a 20 reais por cela. Tem... Araraquara é para 8 presos, né? Isso, na aquisição. E manutenção é um décimo disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu não estava... Tive que me ausentar um pouquinho. Esse sistema, ele tem mais aplicabilidade nos projetos arquitetônicos já construídos pensando no sistema ou eles podem ser aplicados nas instalações antigas?



O SR. O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim, sim. Instalações antigas. Na verdade, ele foi desenhado para as duas situações. Existe um projeto, por exemplo, da Verdecom, não sei se conhecem, talvez no Sul, que é pré-moldado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, conheço.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Então, aquele, já nasce dentro, com todo o sistema embutido. É um exemplo. Um outro é o que a SAP está fazendo nos próximos editais. Sai ele já contemplado. Agora, a gente sabe que a grande demanda é para reforma e adaptação de sistemas. Então, onde vai passar o cabo do CFTV, continua passando o cabo do CFTV. A única coisa que é adicionada é uma linha de ar, uma linha, tubulação, como se fosse cano d'água, só que está passando ar, e alterado *in loco*, em cada cela, o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aquele modelo que o senhor citou, eu só vi um até hoje no Espírito Santo.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Sim, tem em Criciúma e em outros lugares também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Outros lugares?

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - É. Agora, os movimentos... A automação está sendo feita agora, porque não era também prioridade do Governo. O Governo se preocupava em colocar pessoal dentro de cela, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - E não, evitar o contato entre agente, cela, ter um sistema de inteligência, que acho muito importante hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu confesso que visitei, em 17 Estados, mais de 80. O federal lá de Catanduva é um bom modelo, mas aquele modelo lá do Espírito Santo eu gostei muito, gostei muito. Achei um dos melhores modelos até hoje em termos de integração de sistema eletrônico, de automação e quantidade de presos por cela também. Eu achei um modelo prisional muito bom.

E lá no Espírito Santo tem uma inovação — eu não ouvi ninguém falar aqui, mas vai mais para a questão da ressocialização —, que é a questão da televisão a serviço da educação prisional. Lá tem um convênio com uma TV a cabo e lá existe



uma grade de televisão específica para a população carcerária. E eles só têm acesso àqueles programas. Então, a televisão funciona como educador dentro dos presídios. Sabemos que, hoje, uma população carcerária ficar assistindo a esses jornais que passam à tarde, ao *Jornal Nacional*, ao *Jornal da Tarde*, aos programas que têm de canal aberto, que falam o calendário da bandidagem todinha no Estado, dos assaltos, dos roubos, quem morreu, quem traficou e quem foi preso com alta quantidade de cocaína é a informação de que o preso precisa para aumentar o seu interesse pelo mundo cá fora, não é?

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Sim, inclusive há uma linguagem, que é colocada pelos presos, que transmite essa imagem subliminarmente dentro do próprio sistema de TV. Foi bom ser alertado porque, quando a gente fala em infra-estrutura Ipê, nós estamos falando em tudo: estamos falando em gerenciamento de vídeo, estamos falando em automação de portas, os detectores de metal, os Raios X, todos interligados. E também, quando a gente fala em TV digital, estamos falando em TV Ipê. Então, nos projetos de presídios novos seria muito interessante existir salas de aula, porque hoje nós temos ensino a distância, TV pública e videoconferência. Isso tudo, para o PRONACE, nos moldes do PRONACE, seria muito interessante, só que nós precisamos de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em alguns países, inclusive, a visita é videoconferência. A visita não tem acesso, para alguns criminosos, a visita é videoconferência. Então, ele fica a uma certa distância, conversando...

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Videoconferência pede uma infra-estrutura: rede, rede Lógica, não é? É claro que tem toda preocupação de criptografia, como esse dado é transmitido, como o *link* é feito, mas tem que essa rede lógica. Houve uma sugestão dentro do Estado de São Paulo para fazer visita. Seria um tipo de... como se fosse uma *lan house*, que a mãe de um detento que está constrangida em entrar no presídio, ela possa fazer uma conversa com o seu filho como se fosse videoconferência. Existem ferramentas muito baratas para isso hoje. Mesmo o movimento do *software* de ensino a distância também permite fazer isso.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - E, no caso da televisão, qual seria a sugestão de uma televisão segura?



O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Televisão segura seria... primeiro, tem que ter uma entidade que gere o conteúdo. Esse é o principal recurso que se deve prover. Alguém deve prover um conteúdo: ou TV Educativa ou alguma TV para isso.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Eu não digo em termos de conteúdo, mas em termos de aparelho.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Maneira digital. Maneira digital é a TV Ipê, é o ISDB, que está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Normalmente o aparelho não fica na cela. As celas ficam no (*ininteligível*) e a televisão fica numa galeria. Ela pode ser até móvel.

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Essa TV poderia até, em hipótese, estar de uma maneira blindada dentro da cela, desde que ela só tenha um receptor digital e desde que o conteúdo seja provido pelo Governo. Então, isso é tranqüilo. A tecnologia permite isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Mário, diante da exposição que vimos hoje aqui, com tantas ofertas de tecnologia, que podem tanto garantir a segurança dos presos, dos servidores públicos e dos visitantes como também desafogar o sistema penitenciário, pergunto ao senhor se é possível informatizar os processos administrativos e judiciais dos apenados. Porque este é um dos problemas do sistema. É quase tudo manual e, muitas das vezes, o preso está ali há mais tempo e já tem direito de ter a remissão da pena, mas, como está tudo manual, é preciso um advogado que peticione, que provoque o juiz. Então, eu pergunto ao senhor: é possível haver essa informatização dos processos?

O SR. MÁRIO VINICIUS MORAES MONTENEGRO - Sim. Olhe, se você imaginar que estamos no Brasil e que, em qualquer agência de banco que vá, em caixa automático, você fala com o sistema único. Nós temos que ter um gerenciamento de central de identidade. Esse gerenciamento tem que ser... aí pode ser projeto de lei, não sei, ou separado por Estado, mas que se mantenha base. Em alguns lugares chamam de Infocrime, em outros lugares tem outro nome, mas esse sistema é plenamente viável e fácil de implantar, desde que tenhamos a infraestrutura para chegar no presídio. Hoje o que acontece? Quando se desenha o



projeto de um presídio, primeiro se desenha para uma construtora construir o presídio. Não se pensava em automação e nem se pensava em infra-estrutura eletrônica, e isso dificulta muito depois uma adaptação. Então, teria que ser pensada essa infra-estrutura. Agora, com a infra-estrutura, hoje nós estamos com uma proposta para Bangu de colocar todo um sistema biométrico para controle de visitantes e tudo. Se nessa mesma base... Aí o problema é onde reside essa base de dados? Se está na Secretaria de Segurança Pública... Onde está? Ela tem um acesso seguro, ela é plenamente viável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos a exposição feita pelo Dr. Mário Montenegro (*palmas*) e a Dra. Andremara dos Santos (*palmas*).

Nós convidamos Secretários de Estado, presidentes de comissões de segurança e juízes. E nós temos uma juíza aqui conosco da Bahia, que veio e acompanhou a audiência o tempo todo conosco aqui. Queríamos agradecer e até pedir uma salva de palmas. Acho que foi a única juíza que esteve aqui conosco. (*Palmas.*)

Como disse o Domingos Dutra, juiz visitar presídio é difícil, doutora. E participar de uma audiência também o dia todo assim eu acho que é caso raro conosco. Nós queríamos agradecer, então, à Dra. Andremara dos Santos.

Ela queria fazer uma pergunta ao expositor ou queria fazer uma explanação sobre o que foi falado aqui hoje também. Concedo a palavra à Dra. Andremara dos Santos, que é Juíza da VEC de Salvador.

A SRA. ANDREMARA DOS SANTOS - Obrigada. Agradeço o convite. Saúdo a todos da Mesa e do plenário. E gostaria, inclusive, de dar uma resposta. São vários os agradecimentos que eu gostaria de fazer, uma congratulação, os parabéns mesmo, por ver esta Casa resgatando a função original das Comissões Parlamentares de Inquérito, que não é somente investigar escândalo e nem correr atrás de escândalo. É verificar *in loco*, perante a sociedade, qual o efeito da legislação que produz e o que fazer para garantir que essa legislação seja efetiva, seja eficaz, saia do papel, seja uma lei viva. Somente assim, verificando, examinando: isso é criminologia pura. Não adianta fazer política pública sem verificar qual a efetividade e qual o alcance efetivo das medidas legislativas. Porque



já foi-se o tempo em que as medidas eram meramente programáticas. Na vigência da Constituição atual, as leis, toda e qualquer lei, tem que ser cumprida. Ela é executável, ela gera o direito de ser exigida, o direito subjetivo, o direito subjetivo público. Eu gostaria de responder, basicamente, à questão do processo digital. O Conselho Nacional de Justiça já estabeleceu o cumprimento da Lei de Execuções Penais. Eu própria, numa Vara-Crime, no interior, cumpria, mas a nossa legislação exigia o quê? Uma visita semestral à cadeia pública. A lei de Execuções Penais prevê a visita mensal aos estabelecimentos mensais, aí entendidos aqueles de cumprimento da pena efetiva, e não as cadeias públicas, que são de presos provisórios. Mas, como resultado dessa última gestão do CNJ, foi exigido isso. Há uma resolução, a Resolução n.º 14. As Corregedorias reproduziram e o resultado disso é olhar o sistema, obrigar que o sistema seja examinado pelo juiz e seja cumprida a Lei de Execuções Penais. Eu estou por conta da penitenciária Lemos Brito de fevereiro para cá. E digo o seguinte: estou correndo atrás, junto ao CNJ — e nesta minha corrida aqui não vou nem mais ao CNJ, porque estive no dia 28 passado, no mês de março —, cuidando da digitalização, que é um sistema nacional criado pelo PROJUDI ou pelo Conselho Nacional de Justiça. O PROJUDI é um sistema de digitalização dos processos, virtualização dos processos, que já está aplicado em maior escala no sistema de juizados especiais. Na Bahia mesmo nós temos um, mas Rondônia, por exemplo, ou Roraima, já o têm aplicado para Varas de Família e Varas de Fazenda Pública, mas na execução penal não tem; tanto que nós corremos atrás. Eu vim no dia 28 de março. A Presidente do Tribunal também e um assessor já estavam aqui. E eu trouxe a proposta de implantação na Vara de Execuções Penais do PROJUDI, da virtualização do processo. É muito simples, é verificado através da Internet. Hoje, nos locais onde tem PROJUDI, se acompanha o processo através da Internet, se protocola petições, se faz requerimentos. A execução penal ainda não está desenvolvida, então eu apresentei uma proposta, que foi aceita pelo CNJ, de implementação do sistema, o que eles chamam das funcionalidades específicas que o processo de execução penal requer. Eles já autorizaram a contratação de pessoal para desenvolver, quer dizer, fazer a adaptação, porque é um *software* livre, então fazer o desenvolvimento dessas funcionalidades específicas da Vara de Execução Penais. E a Bahia já está, quer



dizer, está saindo na frente nesse aspecto, porque eles já autorizaram a contratação de pessoal lá. Sexta agora eu já volto para ter uma reunião para dizer — eu já apresentei a eles — quais são as funcionalidades específicas, para garantirmos essa disponibilização, essa digitalização do processo, que garante uma maior agilidade e uma maior eficácia, que é o objetivo final. Então, eu já adianto isso. É possível, sim, e com muito menor custo, acessível e controlável, e auditável via Internet. É o que eu digo sempre: a primeira providência que eu tomei, quando eu assumi a Vara, que foi em julho — mas o sistema fechado eu só assumi agora em fevereiro —, foi colocar na Internet o movimento da Vara. O que um juiz faz tem que ser auditável. Se um processo está concluso, tem que se saber: *“Olha, o processo já foi... está para ser despachado, já foi despachado, falta isso, falta aquilo”*. Tem que ser acompanhável, e lá através do *site* do Tribunal. Mas a nossa meta agora é garantir a digitalização. Na minha proposta, que eles aceitaram inicialmente, foi de 180 dias para desenvolver, tornar adaptável isso e garantir — eles já têm um *software* que garante — a importação de dados: é o Sinopse. É um *software* que capta os dados existentes em outros sistemas, porque nós temos um sistema processual. Mas, dada essa informação, eu gostaria de agradecer e, mais uma vez, parabenizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo grande serviço que está prestando à Nação e à democracia, afinal de contas todos somos brasileiros, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, como está tudo gravado, só para evitar que a minha fala tenha sido generalizante, eu também quero ressaltar que nessas visitas nós temos encontrado experiências positivas; são minoritárias, mas também temos encontrado juízes que têm se esforçado para cumprir a Lei de Execução Penal e, além disso, cumprir com o seu dever de ser humano; não só a Juíza que aqui está presente, mas o Juiz do Espírito Santo que aqui veio nesta Comissão fazer as inspeções, que, no meu modo de entender, são as que são concretas. O juiz vai, acompanhado do promotor, e convida a OAB, convida a Vigilância Sanitária, convida o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Regional de Engenharia. Portanto, essas inspeções, pelo menos do que eu consigo entender do espírito do legislador, essas inspeções não são nem para ver o andamento do processo, mas para ver situações irregulares dentro do presídio.



Portanto, eu quero também deixar claro que a minha fala no começo não teve o objetivo de excluir aqueles bons juízes, bons promotores e outros agentes públicos que se esforçam para dar uma dignidade, para dar um acompanhamento digno ao nosso encarcerado. Eu registro a pessoa da Dra. Andremara como uma dessas exceções, inclusive lá na audiência no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Deputado Jorginho Maluly, um minuto para a consideração final; Dr. Talmir também. Estamos tendo votação nominal, nós temos que encerrar depois.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Eu só queria agradecer ao Presidente Neucimar pelo apoio à audiência, ao nobre Relator, Domingos Dutra, aos participantes desta audiência, ao Deputado Talmir, que permaneceu aqui até o fim da Comissão. Nós começamos com o plenário cheio, depois fomos esvaziando, mas entendo, Presidente, que acho que valeu a pena essa nossa proposição.

Mostramos que a Comissão está preocupada, Meritíssima Juíza, não apenas em botar o dedo na ferida, mas em arrumar um cicatrizante para essas feridas, em todas as suas vertentes. Esse é um projeto complexo, porque é um emaranhado de situações que se interligam, desde o inquérito policial até o processo, a condenação, o momento da pena.

Enfim, o que nós vimos aí, Sr. Presidente, que está claro que, se quisermos enfrentar para valer esse problema, tem alternativas, tem caminhos. Não se quer aqui que se resolva, da noite para o dia, um problema talvez secular no Brasil, não entrar na estrutura da formação do País, a questão educacional, a questão social, a questão racial, enfim, uma série de situações. Acho que a Comissão mostrou aqui que, se quisermos realmente enfrentar com coragem, com determinação, nós podemos, na medida do possível, das condições financeiras do País, chegar a uma situação muito melhor do que essa que está exposta aí nesse quadro.

No mais, agradecer a todos que vieram, que nós convidamos, e a todos que nos prestigiaram. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Talmir.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Sim. Eu só gostaria de pedir até para a nossa assessoria que fizesse um levantamento de quantos clientes têm o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no sentido aí da informatização, comparado



com o sistema carcerário, porque a pergunta do Deputado Domingos Dutra, Relator, é muitíssimo importante, porque a gente precisa informatizar tudo hoje: é escola, é sistema penitenciário... Então, com isso, sim, nós vamos fazer com que sejam mais céleres todos os julgamentos e transparente o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós queremos agradecer a todos os nossos convidados e palestrantes, aos expositores que aqui estiveram.

Queremos agradecer à Dra. Juíza Andremara; ao Dr. Damásio, que está conosco também durante todo o tempo, representando aqui o Ministério da Justiça; ao DEPEN, o Departamento Penitenciário Federal, parabenizá-los pela luta à frente do trabalho.

Nesta Comissão, o objetivo desta audiência foi justamente mostrar que para todos os problemas que nós percebemos no País tem solução. O que falta realmente são os governantes entenderem que a população carcerária pode deixar de ser um problema para eles e ser uma oportunidade. Eu defendo que, no dia em que o Estado vir a população carcerária como uma oportunidade, uma oportunidade que a vida está dando, uma segunda chance para que ele possa aplicar agora a essa população carcerária as políticas públicas — muitas vezes, para boa parte da população a falta delas contribuiu para que esse emaranhado de pessoas fizessem hoje parte dessa estatística carcerária —, vê-las como uma oportunidade para aplicar a elas políticas públicas de qualificação profissional, de cidadania, e ter a oportunidade de preparar essa população para voltar à sociedade, nós deixaremos de ter esse grande problema, porque hoje a gente sabe que a maior parte dos presos no Brasil são reincidentes.

Se nós não tivermos essa oportunidade e aproveitá-la — eu falo nós, o Estado —, essa população vai sair pior do que entrou, porque quem é tratado como bicho dentro da cadeia o tempo todo dificilmente sai de lá como gente. E o que nós percebemos nas visitas é que em muitas unidades prisionais o preso é tratado como bicho. E nós sabemos que nem todo mundo que está preso é bandido. Tem muita gente que está preso que é um infrator, cometeu um delito. Nós percebemos muitas pessoas presas porque roubaram uma lata de leite ninho no supermercado — e não foi um nem dois casos como esse, não. Há uma pessoa presa, em Rondônia,



porque não pagou o aluguel. Então, nós temos casos como esses, e muitos no Brasil, de mães que são presas dentro de casa porque um filho é viciado, faz tráfico. A polícia entra, prende o filho e prende a família toda. E nós sabemos que poucos são os pais que têm o controle sobre um filho viciado, dificilmente têm o controle e conseguem fazer um enfrentamento com ele dentro de casa. E muitas vezes a casa acaba se tornando um espaço para o tráfico, porque o pai não tem condições de fazer um enfrentamento com o filho dentro de casa. E muitas dessas mães estão presas, senhoras de 60, 70 e até 78 anos já vimos na cadeia, presas por causa de problemas como esses.

Então, eu acho que é a oportunidade que o Estado está tendo. O Congresso Nacional está fazendo a sua parte.

Nós agradecemos a todos que têm contribuído para que esta CPI possa trabalhar: a Aeronáutica do Brasil, os funcionários aqui da Comissão, da Câmara Federal, do DEPEN, do Governo e dos Governos Estaduais. Onde nós fomos encontramos o apoio dos Governos, principalmente no atendimento à CPI. Então, ficam aqui os nossos agradecimentos. Queremos agradecer ao pessoal de Santa Catarina que está conosco desde o início também aqui participando. Minas Gerais estiveram aqui já conosco também; da Paraíba, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, todos estiveram conosco. Muito obrigado a todos pelo apoio. Agradecemos aos expositores e aos nossos funcionários.

Declaramos encerrada esta audiência.

Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)